



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

ANTONIO JORGE COLARES CARNEIRO

FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA EM LOCALIDADES RIBEIRINHAS:
realidades e perspectivas no Marajó Ocidental

Breves, Pará
2016

ANTONIO JORGE COLARES CARNEIRO

**FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA EM LOCALIDADES RIBEIRINHAS:
realidades e perspectivas no Marajó Ocidental**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, sob a orientação de Ligia Terezinha Lopes Simonian, Ph. D.

Área de Concentração: Gestão Pública Municipal.

Breves, Pará
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Carneiro, Antonio Jorge Colares

Filosofia de Polícia Comunitária em localidades ribeirinhas: realidades e perspectivas no Marajó ocidental / Antonio Jorge Colares Carneiro. Orientadora Ligia Teresinha Lopes Simonian - 2016.

165 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Gestão Pública, Belém, 2016.

1. Policiamento comunitário - Filosofia. 2. Segurança pública. 3. Governança local. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Marajó, Ilha do (PA). I. Simonian, Ligia Teresinha Lopes, orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 362.2

ANTONIO JORGE COLARES CARNEIRO

**FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA EM LOCALIDADES RIBEIRINHAS:
realidades e perspectivas no Marajó Ocidental**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, sob a orientação de Ligia Terezinha Lopes Simonian, Ph. D.

Área de Concentração: Gestão Pública Municipal.

Aprovado em: 01 de setembro de 2016

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian
Orientadora –PPGGP/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Examinador Interno – PPGGP/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso
Examinadora Externa – PPGSA/UFPA

Este trabalho é dedicado a todos os profissionais da Segurança Pública e Defesa Social, da Educação, da Saúde, da Assistência Social e da Agropecuária que atuam junto aos ribeirinhos da zona rural do Marajó, levando atenção e esperança a esses batalhadores e verdadeiros guardiões de nossas belas e exuberantes paisagens amazônicas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao Pai Todo Poderoso pela vontade, força e sabedoria para me manter nesta caminhada, em muitos momentos, solitária, no decorrer dos dois anos de estudos.

Aos meus pais, Almir José (falecido) e Vitória Maria, pelos cuidados e preocupações nos meus primeiros anos de estudo, quando fui moldado com excelência na disciplina do trabalho e dos estudos. Aos meus irmãos queridos e amados, Flávia Matilla, Vilani Matilla, Letícia Matilla, Robson Luis, Raimundo Nonato e Juscilene, pelo apoio distante e desejo de sucesso.

À minha esposa Elaine Maria Silva de Freitas, Pedagoga e Especialista em Educação inclusiva, pelo amor, apoio, dedicação, compreensão e companheirismo ao longo desta tão sonhada e esperada conquista.

Aos meus filhos Alexandre, Vitória Helena e Maria Sofia (de sangue), Paulo Vítor, João Manoel e Maria Juliana (do coração), pelo amor verdadeiro e esperança neles depositada por meio da formação do caráter e da instrução educativa.

A todos os nobres Mestres, Doutores e colaboradores da pós-graduação. Cada um com sua contribuição, esforço e dedicação em oferecer o seu melhor para o sucesso dessa bela e trabalhosa jornada em prol do povo marajoara, com destaque para o Dr. Adagenor Lobato Ribeiro, Dra. Denise Machado Cardoso e Mestre João Francisco Garcia dos Reis, pelas observações pertinentes, críticas construtivas, questionamentos desafiadores e motivações, imprescindíveis para a externalização de minhas ideias, anseios e pensamentos.

Aos amigos e colegas de turma, pelo companheirismo, amizade e respeito nesta longa e dura jornada intelectual, permeada de renúncias, dúvidas, sustos, alegrias, tristezas, conquistas e vitórias.

A todos os amigos e colaboradores que se dispuseram a ajudar, fornecendo direta e indiretamente valiosas informações que puderam subsidiar a construção desta obra com o máximo de fidelidade à realidade regional marajoara.

A todos os nobres milicianos da Polícia Militar do Pará, sobretudo os componentes do 9º BPM (Breves), 8º BPM (Soure), CPR XI (Marajó Oriental) e CPR XII (Marajó Ocidental), pelo companheirismo em todos os momentos de minha vida profissional nesses rincões marajoaras.

À minha querida orientadora Ligia Teresinha Lopes Simonian – Ph. D. e pós-doutora, pela paciência, palavras de incentivo, questionamentos desafiadores e espetacular experiência em direcionar com firmeza e garbo acadêmicos a construção desta produção.

Ao NAEA e ao PPGGD (UFPA), pela ousadia de terem levado o Mestrado em Gestão Pública e Desenvolvimento a Breves, Marajó, em sua política de interiorização da pós-graduação stricto sensu. Assim, a todos os professores e funcionários, o meu muito obrigado pela oportunidade. Por fim, a todos os que contribuíram, mas que não foram citados; sintam-se contemplados, pois este trabalho é uma conquista de todos nós!

RESUMO

O foco principal desta pesquisa foi o de demonstrar que a conjunção de forças e ações embasadas nos conhecimentos e práticas da Filosofia de Polícia Comunitária - FPC, Governança local e Desenvolvimento sustentável podem contribuir de forma positiva para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das localidades ribeirinhas da zona rural de Breves. A metodologia de trabalho foi desenvolvida em duas etapas. A primeira, de natureza exploratória, baseada na pesquisa documental e bibliográfica, e a segunda, de natureza descritiva, por meio da aplicação de questionários fechados sobre os temas Filosofia de polícia comunitária, Governança local e Desenvolvimento sustentável. Foram consultados documentos oficiais nos quais foram identificadas características e questões relativas aos aspectos demográficos, socioeconômicos, ambientais, estruturais, identidade territorial, capacidades institucionais, perfil da participação social e indicadores socioeconômicos produzidos no período entre 2003 e 2015. Diante dos dados obtidos, buscou-se responder o questionamento sobre a possibilidade ou não da aplicação da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas do Marajó ocidental. O resultado da pesquisa apontou para a possibilidade de se aplicar a FPC, desde que respeitadas as peculiaridades geográficas, socioeconômicas e ambientais da região estudada.

Palavras-Chave: Filosofia de Polícia Comunitária. Segurança pública. Governança local. Desenvolvimento sustentável. Marajo Ocidental (PA).

ABSTRACT

The main focus of this research was to demonstrate that the combination of forces and informed actions on the knowledge and practices of the Community Policing Philosophy - FPC, local and sustainable development Governance can contribute positively to improving the quality of life of residents of the localities riverine rural Breves. The methodology was developed in two stages. The first exploratory based on documentary and bibliographic research and the second descriptive nature through the application From closed questionnaires on the topics community police philosophy, Local Governance and Sustainable Development. Official documents revealed characteristics and issues related to demographic, socioeconomic, environmental, structural, territorial identity, institutional, profile social participation and socioeconomic indicators produced between 2003 and 2015. The evidences allowed to answer the question about whether or not it is possible the implementation of the community policing philosophy in riverside locations in western Marajo. The results of the survey pointed to the possibility of applying the FPC, in compliance with the geographic, socioeconomic and environmental peculiarities of the region studied.

Key words: Philosophy of Community Police. Public security. Local governance. Sustainable development. Western Marajo, Para.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Representação artística do arquipélago do Marajó.....	58
Figura 2 -	Município de Breves com seus Distritos administrativos e principais cursos d'água.....	74
Figura 3 -	Localização da RESEX Mapuá no município de Breves.....	80
Figura 4 -	Rotas do transporte de cargas e passageiros no sul do Marajó.....	85
Figura 5 -	Organograma parcial do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no Marajó Ocidental.....	94
Figura 6 -	Divulgação do Projeto Arco Norte de escoamento de grãos do Centro-oeste	114
Figura 7 -	Temas para elaboração do Diagrama de Ishikawa a ser utilizado na pesquisa de campo 2016.....	128
Figura 8 -	Localização da origem dos moradores pesquisados da zona rural de Breves em 2016.....	129
Figura 9 -	Diagrama de Ishikawa ou Diagrama de causa e efeito.....	143

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mesorregião e microrregiões do Marajó.....	59
Mapa 2 - Projeção da área desmatada no Pará em 2013 com destaque para o Marajó.....	64
Mapa 3 - Localização do município de Breves no estado do Pará.....	73
Mapa 4- Divisão territorial dos CPR da Região de Integração do Marajó, 2016.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Municípios participantes do PMV da RI do Marajó até o ano de 2015.....	52
Quadro 2 -	Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios marajoaras ano 2010	69
Quadro 3 -	Estudo de situação do suporte policial para atendimentos no Marajó ocidental em 2015.....	102
Quadro 4 -	Estudo de situação sobre a presença dos órgãos estaduais no Marajó ocidental em 2015.....	103
Quadro 5 -	Estudo de situação sobre a presença de órgãos do Sistema de Segurança Pública Municipal e organizações ou entidades que colaboram com a segurança pública no Marajó ocidental em 2015.....	104
Quadro 6 -	Limites, desafios e perspectivas da PMPA no Marajó ocidental.....	117

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1 e 2-	Pesquisa de campo da Disciplina Planejamento e Gestão Urbanos com destaque para prolongamento de ruas na área de expansão Cajual em Breves, novembro de 2014.....	68
Fotografia 3 -	Área portuária da cidade de Breves às margens do rio Parauaú com destaque para a Igreja Matriz e para a Imagem de Santana, julho de 2015.....	76
Fotografias 4, 5, 6 e 7 -	Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação em visita e entrevista com o Presidente da Associação de Moradores do PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, julho de 2015.....	79
Fotografia 8 -	Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá na comunidade Santa Rita do Cumaru, com participação do Prefeito Municipal, 13 de fevereiro de 2016.....	81
Fotografia 9 -	Abordagem das demandas de Segurança Pública e Defesa Social na Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá, 13 de fevereiro de 2016.....	81
Fotografias 10 e 11 -	Embarcações para transporte de passageiros e de cargas no sul do Marajó, 2014.....	84
Fotografias 12 e 13 -	Policciamento Montado em búfalos do 8º BPM em Soure.....	88
Fotografia 14 -	Turma do Curso de Promotor de Polícia Comunitária em Breves, dezembro de 2012.....	91
Fotografia 15 -	Vista aérea do Quartel sede do 9º BPM em Breves, junho de 2013...	91
Fotografias 16 -	Reunião em assentamento em Portel, 2012.....	96
Fotografias 17 -	Aula do PROERD em Portel, 2011.....	96
Fotografias 18 e 19 -	Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação com visita ao Igarapé Parauacá no centro da PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, julho de 2015.....	118
Fotografias 20 e 21 -	Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação em visita e entrevista com o Presidente da Associação de Moradores do PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, julho de 2015.....	119
Fotografia 22 -	Barco empurrador com balsa de cargas cruzando o Furo Buiçu na rota de Manaus-AM para Belém-PA, julho de 2015.....	119
Fotografia 23 -	Escola Municipal no Igarapé Parauacá no PAE Ilha de Santo Amaro, julho de 2015.....	119
Fotografias 24 e 25 -	Serraria beneficiadora de cabos para vassoura e Trecho de transpasse do Linhão do Marajó ambos localizados no leito do Furo de Breves no PAE Ilha de Santo Amaro, julho de 2015.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição percentual dos pesquisados com o primeiro questionário em Breves no ano de 2016.....	129
Gráfico 2 -	Crimes apontados como principais problemas de Segurança Pública nas localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves em 2016.....	130
Gráfico 3 -	Situações apontadas como causas da violência na zona rural do município de Breves em 2016.....	131
Gráfico 4 -	Deficiências principais nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016.....	132
Gráfico 5 -	Atividades produtivas que podem estimular a geração de renda e garantir a sustentabilidade nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves em 2016.....	132
Gráfico 6 -	Atividades de cunho coletivo que devem ser estimuladas para melhoria da qualidade de vida de moradores de localidades ribeirinhas da zona rural de Breves em 2016.....	133
Gráfico 7 -	Distribuição percentual dos pesquisados com o segundo questionário em Breves no ano de 2016.....	135
Gráfico 8 -	Atividades de Filosofia de polícia comunitária que podem ser aplicadas nas comunidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016.....	136
Gráfico 9 -	Perfil da participação das comunidades rurais ribeirinhas de Breves em ações coletivas no ano de 2016.....	136
Gráfico 10 -	Interesse entre moradores da zona rural do município de Breves em participar de atividades relacionadas à FPC na área da comunidade em um determinado campo de atuação profissional, em 2016.....	137
Gráfico 11 -	Forma de colaboração do morador da zona rural ribeirinha de Breves para o sucesso de eventos de FPC organizados por Agentes de segurança pública, em 2016.....	138
Gráfico 12 -	Agentes de segurança pública e Funcionários públicos municipais que aceitaram desenvolver atividades de FPC em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves por período maior que dois dias no ano de 2016.....	139
Gráfico 13 -	Interesse entre Agentes de segurança pública e dos Funcionários públicos municipais em participar de atividades relacionadas à FPC diferente de seu campo profissional em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016.....	139
Gráfico 14 -	Dificuldades ou deficiências que podem prejudicar a permanência prolongada de Agentes de segurança pública e Funcionários públicos municipais em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, em 2016.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados demográficos com acréscimo das populações urbanas e rurais do Marajó, em 2010.....	66
Tabela 2 - Distribuição de efetivo policial e de embarcações nos municípios do Marajó ocidental.....	100
Tabela 3 - Série histórica da quantidade de crimes de homicídios, latrocínios e roubos nos municípios do Marajó ocidental no período de 2001 a 2015.....	107
Tabela 4 - Variação da população no Marajó ocidental entre 2010 e 2015.....	112
Tabela 5 - Agentes do SIEDS e Funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Breves disponíveis para desenvolver atividades de FPC no interior do município, em 2016.....	124
Tabela 6 - Quantitativo amostral dos Agentes do SIEDS e Funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Breves disponíveis para desenvolver atividades de FPC no interior do município, em 2016.....	125
Tabela 7 - Grau de importância e possibilidade de desenvolvimento da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016.....	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ACIAB	Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Breves
AISP	Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AM	Amazonas
AP	Amapá
AMOREMA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BAPM	Boletim de Atendimento Policial Militar
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BM	Bombeiro Militar
CAC	Curso de Adaptação de Cabos
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBMPA	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará
CCIN	Comando de Cooperação Interinstitucional
CDL	Câmara de Diretores Lojistas
CETSP	Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público
CFB	Constituição Federal do Brasil de 1988
CFSD	Curso de Formação de Soldados PM
CGU	Controladoria Geral da União
CIPFLU	Companhia Independente de Policiamento Fluvial
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CMDC	Conselhos Municipais de Defesa Civil
CNPPC	Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança Pública
CPC	Centro de Perícias Criminais “Renato Chaves”
CPE	Comando de Policiamento Especializado
CPR	Comando de Policiamento Regional
DEAM	Delegacia de Especializada no Atendimento a Mulher
DEMA	Delegacia de Especializada no Atendimento a Mulher
DEPOL	Delegacias de Polícia Civil
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Pará
DMTRAN	Departamento Municipal de Trânsito

DPM	Destacamentos Policiais Militares
DSEARIM	Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Marajó
DSARIM	Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Marajó
EAT	Embarcação de Ação Tática
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará
FPC	Filosofia de Polícia Comunitária
GDM	Guarda municipal
GEI	Grupo Executivo Interministerial
GGIM	Gabinetes de Gestão Integrada Municipal
GMB	Guarda Municipal de Breves
GPCE	Grupamento de Policiamento Comunitário Escolar
GPE	Grupamento de Pronto Emprego
GTO	Grupamento Tático Operacional
HRM	Hospital Regional do Marajó
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDHM	Índices de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPA	Instituto Federal do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPS	Índice de Progresso Social
IVP	Indicadores de Vulnerabilidade do Pará
JIFE	Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes
JOE	Jornada Operacional Extraordinária
LAR	Lancha de Ação Rápida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOB	Lei de Organização Básica
LOS	Lei Orgânica da Saúde
LV	Lancha voadeira
MD	Ministério do Desenvolvimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MJ	Ministério da Justiça

MPF	Ministério Público Federal
MR	Microrregião
MSR	Mesorregião
NAP	Nova Administração Pública
NIP	Núcleo de Inteligência Policial
NPM	New Public Management
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCPA	Polícia Civil do Estado do Pará
PE	Planejamento Estratégico
PEL DEST	Pelotão Policial Militar Destacado
PDTSAM	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Policial militar
PMB	Prefeitura Municipal de Breves
PMPA	Prefeitura Municipal de Breves
PMV	Programa Municípios Verdes
PPD	Posto Policial Destacado
PNPCT	Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPA	Plano Plurianual
PREC	Programa de Redução da Criminalidade
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélites
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QO	Quadro Organizacional
RATM	Relatório Analítico do Território do Marajó
RESEX	Reserva Extrativista
RI	Região de Integração
RISP	Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social
SAGO	Secretaria Adjunta de Gestão Operacional
SAIC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
SEAD	Secretaria Municipal de Administração de Breves
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Pará
SEFA	Secretaria de Estado de Educação do Pará
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará

SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SEIR	Secretaria de Estado de Integração Regional
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Breves
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Breves
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESMA	Secretaria Municipal de Saúde
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde do Pará
SIAC/SEGUP	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SPU	Superintendência de Patrimônio da União
SIGPOL	Sistema Integrado de Gestão Policial
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
STTR/Breves	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Breves
SUDEPOL	Superintendência de Polícia Civil
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UC	Unidades de Conservação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UIPP	Unidade Integrada Pro Paz
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
URE	Unidade Regional de Educação
ZPOL	Zona de Policiamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO – “UM SONHO REALIZADO”	19
2	FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SUAS RELAÇÕES COM A GOVERNANÇA LOCAL E COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	32
2.1	Aspectos teóricos, conceituais e aplicação da Filosofia de polícia comunitária – FPC	32
2.2	Relação da FPC com a governança local	43
2.3	Relação da FPC com o desenvolvimento sustentável	49
3	O <i>IMBARA-YO</i> - BARREIRA DO MAR	57
3.1	As diversas definições de Marajó	57
3.2	Aspectos geoambientais do Marajó	60
3.3	Aspectos sociais do Marajó	65
3.4	Localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves	72
4	SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL NO MARAJÓ: “A ÚLTIMA FRONTEIRA”	86
4.1	Síntese histórica da Polícia Militar no Marajó	86
4.2	O Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no Marajó Ocidental	93
4.3	Limites, desafios e perspectivas da PMPA na Amazônia Marajoara rural ribeirinha	98
5	MÉTODOLOGIA	120
5.1	Uma breve discursão sobre o método adotado	120
5.2	O Público escolhido para a pesquisa e o cálculo da amostra	123
5.3	Os questionários	127
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	129
7	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	146
	REFERÊNCIAS	152
	APÊNDICES	160

1 INTRODUÇÃO: “UM SONHO REALIZADO”

Concebida em sua essência pela vontade inquietante de continuar a servir, de forma positiva, a abençoada terra-mãe denominada Marajó, este trabalho de pesquisa aborda a temática “Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas: perspectivas no Marajó ocidental”, e busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida do homem e da mulher marajoara, a partir do protagonismo sobre seus sonhos e necessidades, desancorados dos planos “enlatados” que historicamente desrespeitam as múltiplas culturas e modos de vida dos nativos, sob o discurso da integração do Marajó ao contexto do desenvolvimento nacional.

Mas, por que “um sonho realizado”? No ano de 1983, o autor ganhou três mapas de seu pai, Almir Carneiro (falecido), um piauiense inteligente e estudioso. A coleção englobava os mapas Mundi, do Brasil e do Estado do Amazonas. O Seu Almir explicou como deveriam ser manipuladas as imensas folhas coloridas, e isso despertou o seu interesse. Literalmente, o mundo foi descoberto, tendo como ponto central a cidade de Manaus - AM. Em alguns dias, já era um vício, comparado ao uso do vídeo game, com direito a noites em claro, ciúmes do material e tudo mais. Um local em especial denominado “I. de Marajó” chamou a atenção e, após exaustivas pesquisas em livros, conhecer o gigantesco arquipélago passou a ser um sonho.

Os mapas continuaram a ser manipulados e consultados até dezembro de 1988, quando a família se mudou para Belém do Pará e o material se perdeu em alguma caixa da mudança. Apesar de ter fixado residência próximo ao local do sonho, a realização só ocorreu no ano de 1997, em uma viagem aventureira para a cidade de Soure em uma balsa. Dez dias prazerosos de muitas descobertas e novos conhecimentos. Em 1999, uma viagem para Vitória do Xingu, com direito a escalas em Currálinho, Breves e Gurupá completaram o sonho de infância. Os conhecimentos adquiridos até hoje auxiliam o autor no desenvolvimento dos trabalhos nos campos da segurança pública e do planejamento estratégico regional.

Nos últimos dez anos, pesquisas apresentaram a dimensão dos limites e dos desafios que caracterizam a histórica dicotomia entre o potencial produtivo e a pobreza no Marajó (BRASIL, 2007c; BRASIL, 2012a; PARÁ 2012a; PARÁ, 2015b). O presente estudo abordará as questões relativas à governança local, desenvolvimento sustentável e segurança pública no contexto marajoara. Ao mesmo tempo pretende verificar a viabilidade da aplicação da Filosofia de polícia comunitária (FPC) como estratégia de fortalecimento das relações ente as comunidades ribeirinhas e o poder público local e estadual, com vistas à melhoria da qualidade de vida dessas populações.

A zona rural ribeirinha do município de Breves, no Marajó ocidental (PARÁ, 2014) foi escolhida para realização dos estudos de aplicação da FPC¹ na região. Agentes de segurança pública, Funcionários públicos municipais e moradores ribeirinhos (comunidades tradicionais) foram envolvidos na pesquisa, pois aqui se busca entender melhor a realidade regional e apresentar opções de práticas cidadãs para o enfrentamento da pobreza e da criminalidade, já que os esforços governamentais ainda não conseguiram frear essas mazelas que a cada ano têm aumentado no território (PARÁ, 2012a).

Para melhor entendimento da definição genérica dos moradores abordados, destaca-se a consideração de Diegues (2000, p. 22), ao definir comunidade tradicional:

Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.

O Manual do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (CNPPC) (BRASIL, 2007b) descreve também como características da vida em comunidade a forte solidariedade social, os relacionamentos interpessoais frequentes, a discussão para solução de problemas comuns e a organização para uma vida social durável.

Sem a pretensão entrar no mérito de qualquer discussão antropológica, no contexto das comunidades tradicionais será destacada a figura dos ribeirinhos, os quais são os protagonistas desta pesquisa e alvos dos esforços aqui emanados. Sobre os ribeirinhos, nos termos de Gonçalves (2005, p. 154), comenta-se:

[...] ribeirinho é sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de imigrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta.

Ainda segundo Corrêa (2003 apud CRISTO, 2007, p. 65), “[...] Ribeirinhos/as são homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, vivem, convivem e se criam, existem e resistem às margens dos rios [...]”. Silva e Malheiro (2005, p. 151) acrescentam: “[...] se faz presente um

¹ A Filosofia de Polícia Comunitária possui metodologias próprias para o desenvolvimento de suas atividades, tais como o mapeamento e divisão de área, constituição do Conselho Comunitário de Segurança, capacitação de promotores, didáticas de mobilização social e registros de atividades (BRASIL, 2007b).

determinado tempo que se constitui a partir de um vínculo tênue existente entre o ribeirinho e o tempo da natureza”, que mesmo com os atuais avanços tecnológicos não foi mudado.

Mas aqui se entende que o termo “ribeirinho” representa, apesar de ser um termo genérico, uma miscelânea de cidadãos e cidadãs que têm formas diversas de se manter no meio rural fluvial. Destacam-se os médios e pequenos comerciantes, os proprietários de serrarias e seus funcionários (fixos ou temporários), os pescadores, os artesãos, os carpinteiros navais e residenciais, os roceiros, os roçadores, os funcionários públicos municipais (concurados ou contratados), os médios e pequenos proprietários de embarcações de linha e seus funcionários, os extrativistas de frutas regionais, os camaroeiros, os produtores de açaí, os festeiros, os vendedores de combustíveis fósseis e os produtores de farinha de mandioca.

Não obstante, a relação com a sede municipal também não é uniforme. Enquanto muitos ribeirinhos estão constantemente na cidade resolvendo problemas particulares ou aproveitando o ócio, muitos outros só se deslocam quando é extremamente necessário. Também, há pessoas que nunca estiveram na zona urbana. A tecnologia eletrônica e digital não são novidades, mas as comunicações de tempo real ainda se encontram em estágio de notório atraso e precariedade estrutural. Segundo Cristo (2007, p. 67):

Como a grande maioria da população que vive no meio rural é muito pobre [...] o aparelho eletrônico mais comum utilizado por esses moradores é o radinho à pilha, por meio dos quais os mesmos sabem das notícias da região e mandam suas mensagens para os parentes, amigos e vizinhos, uma vez que não possuem o rádio amador ou a fonia e o serviço dos correios não é disponibilizado a todas as pessoas.

A telefonia rural se faz por meio de estações fixas e móveis (aparelhos celulares com antenas adaptadas). O rádio ainda é o principal meio de comunicação entre as embarcações, entre as embarcações e os moradores, entre os próprios moradores e entre esses com a sede municipal. No entanto, o valor financeiro desse equipamento não o torna acessível a todos.

Por ser o objetivo maior deste trabalho, cabe tratar sobre o que é qualidade de vida. De acordo com Minayo et al. (2000, p.10), vem a ser:

Uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

Em 1958, o filósofo, economista e escritor John Kenneth Galbraith criou o conceito de “qualidade de vida”, no qual veiculou uma visão diferente das prioridades e efeitos dos

objetivos econômicos de tipo puramente quantitativo. As metas político-econômicas e sociais não deveriam ser baseadas somente em termos de crescimento econômico quantitativo e de crescimento material do nível de vida, mas sim de melhoria em termos qualitativos das condições de vida dos indivíduos avaliados.

Isso só seria possível por meio do desenvolvimento de infraestrutura social, ligado à supressão das disparidades sociais e regionais, bem como a defesa e conservação do meio ambiente relacionado à população avaliada. Desde a década de 1960, a Organização Mundial da Saúde (OMS) adota o constructo qualidade de vida como um de seus elementos primordiais para emissão dos relatórios periódicos. Para a OMS (1995), a qualidade de vida é “[...] a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”; portanto, este conceito alinha-se à concepção defendida por Galbraith.

Outros autores concordam com a essência da proposição inicial de Galbraith e da adotada pela OMS. Nahas (2001, p. 68) define como “Condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”. Já para Gonçalves (2004, p.13), é “[...] a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um de nós vive seu dia-a-dia”. Neste sentido, Schaff (1967, p. 31) aponta que:

O homem nasce numa determinada sociedade, sob determinadas condições sociais e inter-humanas que ele próprio não escolhe; são elas o resultado da atividade de gerações anteriores [e] a opinião do que é bom ou mau, do que é digno ou não, quer dizer, o determinado sistema de valores, é dado socialmente, igualmente como o conhecimento do mundo, que é determinado pelo desenvolvimento histórico da sociedade. As condições sociais formam, com a ajuda da consciência social vigente, o indivíduo humano, que nasce e se desenvolve numa sociedade. É neste sentido que as condições criam o indivíduo.

A cada contribuição conceitual surgem demandas e percepções que expandem o alcance do termo. Não existe conceito único e definitivo, mas conforme Barbosa (1998), se pode estabelecer elementos para se pensá-la enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção de que os sujeitos constroem em seu meio.

No intuito de poder entender com mais profundidade a realidade socioeconômica e ambiental do Território do Marajó, foram consultados quatro documentos oficiais com descrições, análises e dados estatísticos atualizados. Os documentos, de modo direto e

indireto, ajudam a entender os principais fatores que influenciam a qualidade de vida das populações da região. As pesquisas se complementam, se reafirmam e se fortalecem.

O primeiro documento é o “Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM)” (BRASIL, 2007c) lançado pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI), do Governo Federal. Era um plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), e pretendia modificar paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira e suas sub-regiões. O ponto forte do documento eram as estratégias para implementação do plano, as quais lançavam olhares sobre pontos sensíveis e fundamentais, tais como: ordenamento territorial, regularização fundiária, gestão ambiental, fomento às atividades produtivas sustentáveis e infraestrutura.

O segundo é o “Relatório Analítico do Território do Marajó (RATM)” (BRASIL, 2012a), elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ele analisa os resultados da pesquisa realizada entre outubro de 2010 e setembro de 2011, a partir da execução do projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará, e faz uma caracterização sintética do território, com base em dados de organizações governamentais, do PDTSAM e do PAS. O relatório trata de questões relativas aos aspectos demográficos e socioeconômicos, economia (produção rural), infraestrutura, identidade territorial, capacidades institucionais e o Índice de Condições de Vida (ICV).

O terceiro documento é denominado “Indicadores de Vulnerabilidade do Pará (IVP)” (PARÁ, 2012a), elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP)². Ele apresenta dados que demonstram que a dimensão e o grau de pobreza influenciaram na dinâmica socioeconômica marajoara no período de 2000 a 2010. No conteúdo, é possível traçar comparações entre os índices calculados de cada região, e fica clara a situação de desvantagem do Marajó em relação às demais áreas do Estado.

O último estudo, intitulado “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Marajó (DSEARIM)” (PARÁ, 2015b), elaborado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA)³, também apresenta dados preocupantes do ponto de vista do desenvolvimento social.

No documento, são apresentadas estatísticas e análises referentes às dinâmicas econômica, social e ambiental, bem como o Índice de Progresso Social (IPS). Tal documento

² Disponível em: <<http://www.idesp.gov.br>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

³ Disponível em: <<http://www.fapespa.gov.br>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

se destina a subsidiar a elaboração de políticas públicas a serem inseridas no Plano Plurianual de 2016-2019. Os documentos do IDESP e da FAPESPA foram produzidos a partir de demandas do Governo do Estado do Pará.

Nesses documentos, os dados indicam quão preocupantes são as condições de vida dessas populações. Fragilidades e potencialidades são apresentadas, de forma tal que os estudos permitem definir possíveis ações em áreas prioritárias, com o objetivo de propiciar subsídios favoráveis à superação dos pontos frágeis da conjuntura social e econômica marajoara, principalmente em relação àquelas populações que habitam a zona rural.

A escolha dos temas foi baseada no papel constitucional da Polícia Militar: “Art. 144-A. O Estado no cumprimento de seu dever de assegurar a segurança como serviços de relevância pública [...], § 7º Às polícias militares [...] cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 2013). Então os rumos deste trabalho seguirão os caminhos estabelecidos pela temática Ordem pública. Marcineiro e Pacheco (2005, p. 43), citam a definição de Meirelles para Ordem pública como sendo: “[...] é a situação de tranquilidade e normalidade que o Estado assegura – ou deve assegurar – às instituições e a todos os membros da sociedade, consoantes as normas jurídicas legalmente estabelecidas”.

Sobre Ordem pública Nassaro (2012, p. 36), discorre e esclarece:

Uma das razões de existência do próprio ente estatal (polícia), tendo por seu objeto a busca do chamado bem comum, é o provimento do equilíbrio da vida em sociedade, o que se pode nominar estado de “ordem pública”, expressão que compreende amplo conceito no qual se incluem as esferas da segurança pública, da salubridade pública e da tranquilidade pública. [...] Álvaro Lazzarini, no seu valioso estudo “Polícia da Manutenção da Ordem Pública e a Justiça” (em Direito Administrativo da Ordem Pública, 2ª edição, ed. Forense, 1987) citou vários autores para consolidar a noção de que a ordem pública abrange os aspectos de segurança pública, de tranquilidade pública e de salubridade pública, conforme acentuou: “Louis Rolland, Professor de Direito Público Geral da Faculdade de Direito de Paris, ao cuidar da política administrativa (1947), enfatizou ser a noção de ordem pública extremamente vaga. Mas partindo de textos legais, diz ter a polícia por objeto assegurar a boa ordem, isto é a tranquilidade pública, a segurança pública, a salubridade pública, concluindo, então, por assegurar a ordem pública é, em suma, assegurar essas três coisas, pois a ordem pública é tudo aquilo, nada mais do que aquilo. Paul Bernard, na sua clássica “la notion d’ordre public em Droit Administratif” (1962), atesta ser tradicional o entendimento de que a ordem pública é a ausência de desordens (“l’absence de troubles”), chamando, porém, atenção para o fato de essa noção, mais recentemente, estar se alargando, como parece consagrar a jurisprudência, à vista dos seus três elementos citados por Louis Rolland”. Todavia, inquestionável que a “segurança” é o aspecto mais evidente do universo da chamada “ordem pública” (NASSARO, 2012, p. 36).

Lazzarini (1999, p. 21-23, apud Marcineiro e Pacheco, 2005, p. 41-42) define Segurança pública, Tranquilidade pública e Salubridade pública:

Segurança pública: É o estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei de contravenções penais, com ações de polícia repressiva, afastando-se, assim por meio de organizações, de todo perigo, ou de todo o mal que possa afetar a ordem pública em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a;

Tranquilidade pública: Exprime o estado de ânimo tranquilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz às pessoas uma serenidade, ou uma paz de espírito. A tranquilidade pública, assim revela a quietude, a ordem, o silêncio, a normalidade das coisas, que, se faz lógico, não transmitem nem provocam sobressaltos, preocupações ou aborrecimentos, em razão dos quais possa perturbar o sossego alheio. A tranquilidade, sem dúvida alguma, constitui direito inerente a toda pessoa, em virtude da qual está autorizada a impor que lhe respeitem o bem-estar, ou a comodidade do seu viver;

Salubridade pública: Referindo-se às condições sanitárias de ordem pública, ou coletiva, a expressão salubridade pública designa também o estado de sanidade e de higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias as condições de vida de seus habitantes.

Como caminho para se garantir a Segurança foi escolhida a FPC, para se alcançar a Tranquilidade se optou pela Governança local e para se atingir a Salubridade se optou pelo Desenvolvimento sustentável.

Os estudos apresentados no PDTSAM (BRASIL, 2007c), pela UFPA (BRASIL, 2012a), pelo IDESP (PARÁ, 2012a) e pela FAPESPA (PARÁ, 2015b) demonstram com clareza a preocupante realidade no Marajó. Causa perplexidade a proporção de pessoas vivendo em condições consideradas abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza dentro de uma região com tanta abundância de recursos naturais e potencialidade produtiva.

Em específico, o documento da UFPA (BRASIL, 2012a) demonstra baixo índice de participação popular em todo o território; essa realidade reflete a fragilidade dos mecanismos de controle social das populações locais sobre o poder público, sobretudo o municipal. É comum notar nos eventos que anunciam novos investimentos no território um repertório excludente, em que a população só é citada na qualidade de beneficiária. Raramente se enfatiza a necessidade de acompanhamento popular durante a execução.

Os mesmos estudos que apontam índices preocupantes no campo socioeconômico, demonstram que a região possui índice baixo de desflorestamento, estando as áreas naturais predominando em cerca de 96,5% do território (PARÁ, 2015b). O potencial das cadeias produtivas do pescado, do açaí, da mandioca e da madeira, apesar do impacto nas economias

local e estadual, ainda carecem de mais atenção em assistência técnica, pesquisa, tecnologia e financiamento, sendo uma esperança viável para elevação do padrão de vida dos marajoaras.

Entretanto, a cultura de subsistência ainda predomina, com seus tratos culturais rudimentares e baixa produção, acarretando o desinteresse das gerações mais novas pela vida no campo. A situação de estagnação na produção agrícola regional se dá, em parte, devido à baixa produtividade, burocracia na aquisição de crédito para investimento em custeio e tecnologia adequada (HERRERA, 2003, p. 41). Daí a necessidade de desenvolvimento de metodologias que mudem essa realidade, a partir da adoção de experiências exitosas baseadas nas concepções do desenvolvimento sustentável executadas em outras partes da Amazônia.

Aqui, nos deparamos com uma situação que merece atenção: o Marajó possui inestimável potencial para produção de alimentos, é rico em recursos naturais e possui a área verde mais preservada do Estado, mas, de modo paradoxal, apresenta os índices mais elevados de pobreza e extrema pobreza do Pará. Paralelamente, os índices que avaliaram os Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismo de Solução de Conflitos e Iniciativas Comunitárias tiveram resultados baixos (BRASIL, 2012a), revelando a pouca eficácia das ações de mobilização social que buscam envolver de forma plena os entes do poder público (nacional, estadual e municipal) e a população nas questões de interesse comum.

Mediante essas constatações, é imperativo que haja mais empenho do poder público e da população na busca por soluções que tenham como parâmetro a inclusão social e produtiva de indivíduos e comunidades locais. Também, há de haver mais investimento na educação de base tecnológica produtiva local e nas potencialidades dos territórios, buscando possibilitar condições para a erradicação da fome e da miséria (BRASIL, 2012a). É necessário que as soluções para a maioria das demandas surjam no próprio solo marajoara.

Conforme afirma Ckagnazaroff (2009, p. 4), “[...] se antes o desenvolvimento era entendido apenas como desenvolvimento econômico, agora passa a ser uma relação mais próxima com o nível local e com a qualidade de vida dos cidadãos”. Desta forma, emergem, então, novas tendências, como o desenvolvimento sustentável, a governança democrática e a participação, que buscam a promoção do desenvolvimento em nível local. A afirmação reforça as recomendações do estudo realizado pela UFPA (BRASIL, 2012a), deixando claro que o papel participativo dos atores locais é fundamental para a construção do bem comum.

Nesse sentido, a parceria sinaliza como uma estratégia viável para a governança e o desenvolvimento local, envolvendo a municipalidade e os moradores. A parceria pode ser entendida como uma relação acordada baseada em um conjunto de ligações entre duas ou mais organizações em um projeto de desenvolvimento, em geral, envolvendo uma divisão de

responsabilidades, tendo em comum a busca dos mesmos objetivos (LEWIS, 2001, apud CKAGNAZAROFF, 2009). Assim, a polícia pode ser considerada uma potencial parceira nesse processo, já que sua atuação, além da segurança pública, é bastante eclética.

Sobre o papel da polícia em relação ao bem-estar, o Desembargador do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, Liroy (apud GALLI, 1991, p. 16) afirmou “[...] polícia não deve velar senão pelo progresso da sociedade e dos bons costumes, pelo bem-estar do povo e pela tranquilidade geral”. Mais ainda, argumenta Murphy (1993, p. 3), [...] numa sociedade democrática a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade não é somente da polícia, sendo necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los.

Falar sobre qualidade de vida da população em um país de complexas carências é um tema de difícil abordagem, mas possível de ser discutido quando a polícia assume o papel de interlocutor dos anseios sociais. Nesse caso, o trabalho policial assume o papel de motivador da participação social. Nessa condição e segundo o CNPPC (BRASIL, 2007b, p. 37), há de se entender que todas as forças vivas da comunidade hão de assumir papel relevante na sua própria segurança e nos serviços ligados ao bem comum.

Na afirmativa do Chefe KERR, da Polícia Metropolitana de Toronto – Canadá, “Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade” (BRASIL, 2007b, p. 37). Assim, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), subordinada ao Ministério da Justiça (MJ), fomenta, apoia e financia ações de aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança públicas e defesa social em todo o país.

No âmbito da SENASP, a FPC é o programa mais difundido e adotado, pois é direcionado para a melhoria da qualidade de vida das populações por meio do estímulo à mobilização social e a governança pública. Nesse sentido, parte-se do seguinte questionamento: É possível aplicar a Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas do Marajó ocidental? Conseqüentemente, a pesquisa apresenta como objetivo analisar a possibilidade de aplicabilidade ou não da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas do Marajó ocidental. De maneira secundária, recomendará adaptações na metodologia e aspectos da gestão local, desenvolvimento sustentável e segurança pública.

Nos documentos do IDESP (PARÁ, 2012a) e da FAPESPA (PARÁ, 2015b), os dados referentes à segurança pública demonstram baixos índices de criminalidade. Os resultados são compatíveis com a estatística apresentada pela Secretaria de Estado de

Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), que considera a região do Marajó como a mais pacífica do Pará (PARÁ, 2014). Para efeito de estatística, os índices de criminalidade são computados a partir dos registros de roubo, homicídio e latrocínio contabilizados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) (PARÁ, 2011b. art. 23, VII).

Apesar dos índices baixos apresentados, o que chama a atenção é o recorrente fato de metade dos homicídios e latrocínios ocorrerem na zona rural, justamente onde as forças de segurança não estão presentes de modo ostensivo e permanente (PARÁ, 2015c). Por esse motivo o presente trabalho lançará o foco para a necessidade da concepção de uma política adaptada e articulada com base na FPC que atenda as áreas rurais. Por esse motivo, a pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionários, buscará identificar os principais motivos que levam ao cometimento desses crimes.

Com base nessas demandas, o Governo do Estado busca, por meio de suas instituições de segurança pública e defesa social especificamente a Polícia Militar do Pará (PMPA), dar respostas positivas ao comportamento criminoso que afeta parcela considerável da população. Dentre uma das respostas dadas pela PMPA está a Filosofia de polícia comunitária (FPC), que vem sendo trabalhada conforme as diretrizes da SENASP, que coordena e difunde a FCP em todo o território nacional (BRASIL, 2007b; SÃO PAULO, 2010). A estratégia de trabalho tem atenção especial no atual Quadro Organizacional (QO) da Corporação e no Plano Estratégico do ciclo 2015-2025 (PARÁ, 2015d).

No Capítulo II, intitulado “Filosofia de polícia comunitária e suas relações com a governança local e o desenvolvimento sustentável”, são apresentados os caminhos a serem trabalhados dentro da realidade local. As três temáticas são abordadas a partir de seus pontos em comum e que estão voltados para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. A pesquisa se restringe à perspectiva do desenvolvimento conjugado das atividades das três temáticas em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, mas sem se furtar do fato que as três seguem diretrizes legais que partem do nível nacional, se fortalecem e operacionalizam na organização estadual e se aplicam de forma adaptada no nível local.

Na abordagem da segurança pública, o foco se dá diretamente na exposição do que trata a Filosofia de polícia comunitária, com sua evolução histórica, fundamentações teóricas, amparo legal, aplicação e operacionalização. As experiências e tentativas de sua aplicabilidade em outras regiões do Brasil também são citadas, discorrendo sobre as respectivas peculiaridades de alguns casos. Também são apresentados alguns dos obstáculos que a FCP enfrenta dentro da própria organização policial, com resistência institucional, e

também frente à sociedade, pela falta de confiança que a população tem em relação às organizações policiais em geral.

Todas as temáticas são trabalhadas de modo conjunto, complementando-se em todos os aspectos possíveis. Dessa maneira, busca-se demonstrar que podem e devem ser desenvolvidas de forma unificada, direcionadas em seus objetivos, metodologias e ações em prol das comunidades ribeirinhas da zona rural do Marajó ocidental, mas não desconsiderando as dificuldades características da natureza predominantemente fluvial, da precariedade da infraestrutura regional e do comportamento diferenciado das populações nativas.

No Capítulo III, denominado “O *Imbara-yo* – Barreira do mar”, são tratados os aspectos geoambientais e sociais que ocorrem no Marajó como um todo, tomando-se como base o PDTSAM (BRASIL, 2007c), o RATM (BRASIL, 2012a), o IVP (PARÁ, 2012a), o DSARIM (PARÁ, 2015b) e as dissertações de Antonio Herrera (2003), Ana Cláudia Cristo (2007) e Ana Priscila Magalhães (2014), além de outras. O destaque é para a heterogeneidade da produção, para os recursos naturais, para as principais cidades do Arquipélago e as influências das Capitais Belém – PA e Macapá – AP. Buscou-se evitar o discurso recorrente que ressalta a pobreza, os problemas e as dificuldades associadas à vida do ribeirinho, com destaque para a descrição das potencialidades e das qualidades do modo de vida marajoara.

Foi construído um aparte interessante no qual foram também abordadas as diversas definições de Marajó que, por serem tantas, realmente careciam de uma atenção a título de esclarecimento quanto ao uso. Mesorregião do Marajó, região de Integração do Marajó, Arquipélago do Marajó, Marajó das Floretas, dentre outros são alguns dos termos trabalhados, ocasião em que se buscou justificar de maneira detalhada a origem e o uso de cada um. No final, foi dada atenção especial às localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, com destaque à polarização exercida pela cidade de Breves sobre os demais municípios de seu entorno e a evolução da organização social no interior do município.

O Capítulo IV, denominado “Segurança pública e Defesa social no Marajó: A última fronteira” inicia fazendo uma síntese histórica da trajetória do estabelecimento da Polícia Militar nas terras do Marajó, de meados dos anos de 1970 até o lançamento do Plano Estratégico da PMPA em 2015 (PARÁ, 2015d). A narrativa da evolução da organização e das atividades da Corporação na região deixa transparente que houve uma busca permanente pelo avanço dos serviços oferecido à população em todos os municípios, tanto do ponto de vista estrutural (quartéis, veículos e equipamentos) quanto no aumento de efetivo humano, com as respectivas diversificações e divisões de funções.

Em seguida, é tratado como funciona o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) (PARÁ, 2011b) no Marajó ocidental, obviamente com destaque para a organização e operacionalização das atividades desenvolvidas pela PMPA, de modo isolado ou conjunto com as demais instituições do Sistema. Ao finalizar-se o capítulo, é feita uma abordagem crítica e delicada sobre os limites, desafios e perspectivas da PMPA na Amazônia marajoara rural ribeirinha, onde é possível identificar com mais clareza alguns dos percalços que de modo contextualizado dificultam o avanço dos serviços, mas que ajudam a entender e selecionar quais ações precisam ser priorizadas pelo SIEDS e pela Corporação Polícia Militar.

No Capítulo V, foram abordadas as questões referentes à metodologia. Inicialmente, foi feita uma breve discussão sobre o método adotado, ocasião em que foi tratada a construção do significado de metodologia e como ela se processa, por meio da abordagem superficial do que é cultura, conhecimento, ciência, método, hipótese e pesquisa, bem como o amparo legal da ética na pesquisa em ciências humanas. Para a construção da lógica conceitual, foram pesquisados e citados autores de renome, tais como: Japiassú e Marcondes (2006), Chauí (2000), Hannerz (1997), Gerhardt e Silveira (2009), Gil (2007), Silva e Menezes (2005), Lakatos e Marconi (1991), dentre outros não menos importantes.

O público escolhido para a pesquisa foi dividido em três grupos, sendo o primeiro formado por Agentes do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, notadamente policiais militares (49) e bombeiros militares (16). O segundo grupo foi formado por funcionários da Prefeitura Municipal das áreas da educação, saúde, assistência social, administração e meio ambiente, com destaque para os guardas municipais (58). O terceiro formado por uma amostra de 130 moradores de localidades ribeirinhas do interior do município de Breves, com idade acima de 18 anos. A quantidade de participantes foi obtida por meio do cálculo do tamanho mínimo da amostra e, posteriormente, pelo cálculo da amostra estratificada proporcional.

Todos os participantes responderam a dois tipos de questionários para elaboração da parte descritiva da pesquisa. O primeiro foi intitulado “Questionário para caracterização da área e percepções”, continha seis perguntas fechadas que se objetivaram a coletar informações sobre os aspectos da governança local, desenvolvimento sustentável e segurança pública. O segundo, intitulado “Questionário para aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária”, era constituído de nove perguntas fechadas e tratou da possibilidade ou não da aplicação da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves e suas eventuais dificuldades em caso de aplicação.

O Capítulo VI foi reservado à Análise dos resultados, no qual se pôde aprofundar um pouco mais as impressões sobre a dinâmica social da região. A pesquisa confirmou mais uma

vez o baixo nível de participação popular e a persistência dos obstáculos gerados pela precariedade da infraestrutura regional e seus desafios. Entretanto, apresentou resultados favoráveis à aplicação da FPC na região em todos os pontos abordados no segundo questionário, bem como conseguiu identificar ações que favorecem e situações que desfavorecem o desenvolvimento dos trabalhos.

Por conta das facilidades de se reunir os pesquisados, de forma complementar foi elaborado um “Diagrama de causa e efeito”, no qual se buscou identificar com um pouco mais de profundidade algumas dificuldades conjunturais, compatíveis e coerentes com o conteúdo da pesquisa, que afetam as comunidades ribeirinhas da zona rural do Marajó ocidental. A dinâmica de grupo reuniu policiais militares, guardas municipais e moradores de localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves.

Por fim, no Capítulo VII, foram feitas as conclusões e algumas recomendações. Após a análise total dos resultados, chegou-se à conclusão que é possível aplicar a Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural do Marajó Ocidental, pois a pesquisa de campo apontou que todos os participantes julgaram ser importante o tema e que é possível desenvolvê-lo, ao mesmo tempo em que foi identificada uma predisposição, por parte de todos os pesquisados, para a participação voluntária na execução das atividades pertinentes à estratégia de trabalho.

Os resultados obtidos confirmaram os conteúdos das produções científicas e institucionais trabalhadas ao longo dos Capítulos I, II e III sobre a lentidão dos avanços nos âmbitos organizacionais e social na região marajoara, provavelmente por conta do isolamento geográfico e do custo-benefício oneroso que pesa sobre os investimentos de infraestrutura. Apesar da atualização dos resultados da pesquisa, o conteúdo não esgota a possibilidade de que novos questionamentos para proposição de diagnósticos acerca da aplicação ou não da FPC adaptada às peculiaridades regionais, bem como em outros pontos da Amazônia.

2 FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SUAS RELAÇÕES COM A GOVERNANÇA LOCAL E COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 Aspectos teóricos, conceituais e aplicação da filosofia de polícia comunitária – FPC

A designação “polícia” comumente leva a se pensar na organização policial, em geral a militar. De forma similar, o termo “polícia comunitária” parece expressar uma modalidade de policiamento, ou mesmo outra organização policial. São enganos corriqueiros, mas é preciso esclarecer que “polícia comunitária” não tem o sentido de assistência policial, mas sim o de participação social (BRASIL, 2007b, p. 36). O ponto de partida é o conceito formulado por Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 4), em que polícia comunitária é:

[...] uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar (juntos) para identificar, priorizar e resolver os problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da cidade. Tudo isso baseado na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão.

O conceito esclarece haver um sentido maior, que é a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs. E mais ainda, de forma tal que o protagonismo é a mola mestra das ações.

Ao se estudar a evolução da postura corporativa policial voltada para servir a sociedade, é obrigatório saber que no ano de 1829 Sir Roberto Peel fundou a Polícia Metropolitana de Londres, definindo com clareza o papel e o propósito da polícia. Naquele momento, a visão da corporação era “Fazer de Londres a metrópole mais segura do mundo” e a missão “Tornar Londres segura para todas as pessoas a quem serve” (SÃO PAULO, 2010, p. 80). A decisão foi inovadora e necessária para a época, pois as condições impostas pela revolução industrial eram extremamente severas do ponto de vista da dinâmica do crescimento urbano e comportamento social para com a administração pública britânica.

Em 1847, o Japão desenvolveu o processo mais antigo de policiamento comunitário, que está alicerçado em uma ampla rede de postos policiais espalhados por todo o país, denominados Kobans e Chuzaishos. Ele baseia-se na visualização dos postos e na interligação por meio de patrulhas a pé, em bicicletas, veículos motorizados e embarcações. Tem como pontos fortes, a divisão de área e a visita comunitária, em que cada policial é responsável por uma área e sua respectiva população, e acompanha e cadastra famílias, órgãos públicos e

estabelecimentos comerciais (SÃO PAULO, 2010, p. 94), de tal forma que o policial conhece e convive com a população pela qual está responsável.

Entre a metade do século XIX e os dias atuais, o mundo como um todo passou por momentos extremos em todos os sentidos. O fato da dinâmica social e mentalidade coletiva estarem em constante transformação, sempre levou governos e autoridades a se valerem da força policial para manter o controle social e político. E a considerar que a polícia é uma organização inerente a praticamente todos os Estados, não é difícil imaginar que a relação entre população e polícia seja permeada de muita desconfiança e troca de acusações quando eclodem momentos críticos em que o Estado julga necessário demonstrar maior controle.

No Brasil, em consequência da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CFB) (BRASIL, 2013), as forças policiais reavaliaram sua atuação. Isso porque a participação social ficou mais efetiva e obrigou as organizações a melhorarem sua imagem e executarem ações que as aproximassem cada vez mais da comunidade. Para Urbinati (2010, p. 67), “[...] em uma democracia representativa, as palavras ‘dão vida’ porque os cidadãos com sua variedade de reivindicações e opiniões precisam fazer-se ouvir para se tornarem visíveis e se comunicarem com os cidadãos plenamente ativos que têm assento na assembleia”.

Ferreira, Demutti e Gimenez (2010, p. 4), ao discorrerem sobre a “Teoria das necessidades de Maslow”, reforçam que a necessidade de segurança só é menos básica que as necessidades corporais (se alimentar, respirar, se reproduzir etc.). Ainda segundo os autores, a segurança inclui a proteção contra danos físicos e emocionais, o que se traduz na defesa de si mesmo, do grupo e das posses, de tal forma que necessariamente defesa, proteção e segurança têm o mesmo fundamento existencial para a espécie humana.

Ao longo da trajetória da evolução dos grupos humanos, a instituição segurança se fez necessária para defesa própria, do grupo, da propriedade e mesmo do poder. O crescimento dos grupos originou as primeiras organizações para defesa ou segurança, caracterizadas pela força física, pela quantidade de indivíduos e pelas armas. Para Rico (1992, p. 32), polícia é:

[...] uma instituição social cujas origens remontam às primeiras aglomerações urbanas, motivo pelo qual ela apresenta a dupla originalidade de ser uma das formas mais antigas de proteção social, assim como a principal forma de expressão da autoridade. Encontra-se, portanto, intimamente ligada à sociedade pela qual foi criada, e seus objetivos, a sua forma de organização e as suas funções devem adaptar-se às características sócio-políticas e culturais da comunidade em que ela deverá atuar.

Em tempos de exceção, é possível que a polícia tenha desempenhado papel puramente político, para servir ao próprio governo, perseguindo e extirpando os inimigos do Estado.

No entanto, a CFB de 1988 elegeu objetivos fundamentais tais como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e o respeito à dignidade da pessoa humana. Subsidiariamente, há de se observar que no modelo democrático brasileiro a segurança pública é uma das vias de acesso para a cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e aos próprios direitos humanos (CARVALHO, 2002). Como se vê em Brasil (2013a), o Artigo 144 da constituição trata dessas questões, definindo atribuições e elencando os componentes do sistema de segurança pública nacional.

O artigo 144 apresenta o Sistema de Defesa Nacional e de Segurança Pública tendo como introdução: “A defesa e a preservação da ordem política, social, pública e da paz dentre os aspectos do Estado Democrático de Direito [...]” (BRASIL, 2013, art. 144). No mesmo artigo, configuram-se as atribuições legais da Polícia Militar:

Art. 144-A. O Estado no cumprimento de seu dever de assegurar a segurança como serviços de relevância pública, prestará, através dos seguintes órgãos policiais de segurança pública:

III – Policiais dos Estados, instituídos por lei, organizados, estruturados em carreiras, mantidos pelos respectivos Estados, ressalvados os casos extraordinários que requeiram a convocação e a mobilização nacional pela União, para o exercício de funções típicas no âmbito de suas respectivas jurisdições, compreendem:

- a) as polícias civis e as polícias civis científicas;
- b) as polícias militares e os corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 7º Às polícias militares, comandadas por oficiais de carreira, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Isso demonstra que a corporação não desenvolve suas atividades constitucionais de modo isolado e que existe para garantir a preservação da ordem pública.

No âmbito estadual, a atribuição da PMPA está definida no corpo da Constituição Estadual (PARÁ, 1989, art. 198), com o seguinte texto:

Art. 198. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares [...]:

- I- o policiamento ostensivo fardado;
- II- a preservação da ordem pública;
- III- a segurança interna do Estado;
- IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;
- V- a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural.

Esse texto é seguido por praticamente todos os estados da Federação, e que incorpora outras atribuições além da ostensividade, tais como fiscalização e proteção.

Ante o exposto, é seguro afirmar que segurança é: 1- necessidade humana básica; 2- instituição social inerente a todo e qualquer grupo social; 3- fundamento das organizações destinadas à defesa e à segurança pública ou privada. É imprescindível esclarecer que o ciclo de polícia e o ciclo de justiça dependem da ação continuada e coordenada de outros órgãos dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça. Portanto, as ações do policial militar não se dão de forma isolada, assim como não se encerram com sua imediata chegada e atuação.

Estudos sobre a sociologia do crime e as causas da violência permeiam produções sociológicas e humanistas há mais de um século e incidem diretamente sobre as diretrizes do serviço policial. A partir da CFB, as organizações policiais brasileiras passaram a rever seus conceitos de como atingir melhores resultados para a redução da violência (BRASIL, 2007b, p. 5). Mas a situação é mais profunda e extrapola a ação policial:

Apesar de prender cada vez mais, os resultados de redução da violência e criminalidade, em geral, não foram atingidos. Verifica-se então que vivemos um ciclo caro e vicioso do prende, solta, prende novamente. O Sistema Prisional Brasileiro apresenta-se ineficaz, superlotadas suas estruturas, concorrendo para mais violência dentro e fora das prisões. Há uma frustração crônica da sociedade com relação ao sistema de justiça penal brasileiro e dos operadores desse sistema (BRASIL, 2007b, p. 5).

Esse panorama desfavorável demonstra a necessidade de mudança estrutural do atual sistema e exige que haja uma consciência e uma postura decidida a prevenir o crime, não se contentando somente com a presença numerosa e ostensiva do policial ou por meio de investigações mais céleres e eficientes.

Agir sobre o crime de forma proativa, estratégica, oportuna e qualificada é imprescindível para a interrupção do ciclo da violência e criminalidade. No entanto, os Agentes de segurança pública precisam ser reconhecidos socialmente como promotores de direitos humanos e materializadores das leis básicas de convivência. Nesse sentido, é necessário que a profissionalização tenha conteúdos técnicos e científicos para potencializar o arcabouço de conhecimentos e experiências adaptadas e aplicáveis ao cotidiano comunitário.

Entretanto, o desafio da preparação profissional não é uma busca pessoal do agente, mas um desafio e um dever do Estado, que precisa articular e se adequar conceitual e operacionalmente para materializar essa busca em prol de mais eficiência e eficácia em suas ações. É um desafio enorme de médio e longo prazo, em que as árvores precisam ser

persistentemente cultivadas para darem frutos desejados. Esse papel de coordenação e organização em caráter nacional atualmente é atribuído à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)⁴.

A SENASP vem promovendo, desde o ano de 2007, cursos de capacitação na Filosofia de Polícia Comunitária nos Estados Federados. Em informação contida no Relatório de Gestão, entre os anos de 2007 e 2008, foram formados cerca de 49.000 alunos em todo o país, nas modalidades presencial e à distância. Esses alunos são dos mais diversos órgãos, dentre os quais se destacam: Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis, Policiais Peritos, Guardas Municipais, Forças Armadas, Agentes penitenciários e Policiais Rodoviários Federais. Também, participaram das formações, representantes comunitários e de organizações não governamentais.

Polícia Comunitária não é uma nova organização policial, mas uma filosofia e uma estratégia baseada nos mesmos fundamentos da governança, que são a participação ativa dos cidadãos nos processos de tomadas de decisão e o controle social sobre interesses comuns. Para tanto, o papel dos policiais militares não se restringe a melhorar os níveis de policiamento ostensivo e sensação de segurança na área (rua, bairro, vila, distrito, assentamento rural ou comunidade ribeirinha), mas fomentar a mobilização social, para que os moradores, de forma consciente, identifiquem problemas comuns, analisem cada situação, determinem prioridades e, por fim, articulem ações visando resolver tais demandas.

⁴ A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP foi criada pelo Decreto nº 2.315, de 4 set. 1997. À SENASP compete: I - assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade; II - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública; III - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, nos setores público e privado; IV - promover a integração dos órgãos de segurança pública; V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública; VI - promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional; VII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência; VIII - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade; IX - exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais; X - implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; XI - promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública; XII - incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública e XIII - coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública. Texto dado pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/a-senasp>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Os problemas identificados e priorizados não são necessariamente de segurança pública; podem ser de iluminação pública, abastecimento de água potável, saneamento básico, educação, geração de emprego e renda, mobilidade urbana, destinação do lixo, assistência social, dentre outros assuntos de interesse de todos. As resoluções, necessariamente, devem se dar por meio da união de forças entre comunidade e poder público, sempre buscando garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs (BRASIL, 2007b, p. 6). De tal modo, a sinergia das forças precisa ser positiva para construção de um bem comum.

As atividades de polícia comunitária carecem de duas providências técnicas fundamentais: primeiro, a capacitação de agentes da segurança pública, funcionários públicos da localidade e membros da comunidade, por meio do CNPPC, promovido pela SENASP (BRASIL, 2007b, p. 7); segundo, a criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG), que é o fórum permanente para identificação, priorização e determinação de ações para resolução de problemas que afetam a comunidade (BRASIL, 2007b, p. 297; MARCENEIRO e PACHECO, 2005, p. 96). Esses passos concretizam uma fase avançada em que os trabalhos de FPC já se encontram devidamente implantadas.

O espírito de polícia comunitária apregoado pela SENASP vai muito além do conteúdo técnico e científico, ele trabalha os textos de forma humanizada e linguagem acessível e se expressa de acordo com as seguintes ideias centrais:

- A primeira imagem da polícia é formada na família;
- A polícia protetora e amiga transmitirá na família imagem favorável que será transferida às crianças desenvolvendo-se um traço na cultura da comunidade que aproximará as pessoas da organização policial;
- O policial, junto à comunidade, além de garantir segurança, deverá exercer função didático-pedagógica, visando a orientar na educação e no sentido da solidariedade social;
- A orientação educacional do policial deverá objetivar o respeito à “Ordem Jurídica” e aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal;
- A expectativa da comunidade de ter no policial o cidadão íntegro, homem interessado na preservação do ambiente, no socorro em calamidades públicas, nas ações de defesa civil, na proteção e orientação do trânsito, no transporte de feridos em acidentes ou vítimas de delitos, nos salvamentos e combates a incêndios;
- A participação do cidadão se dá de forma permanente, constante e motivadora, buscando melhorar a qualidade de vida (BRASIL, 2007b, p. 37).

As considerações apresentadas revelam que o conjunto de esforços deve se concentrar na participação consciente, solidária e permanente dos cidadãos e cidadãs, pois a polícia é apenas uma das externalidades da ação do estado.

No caso deste trabalho, o estímulo à participação ativa dos cidadãos e cidadãs nos processos de decisão coletiva é uma estratégia que objetiva fomentar e fortalecer a parceria entre poder público e comunidades ribeirinhas da zona rural, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento das relações sociais locais e melhoria da qualidade de vida com base na solidariedade e no desenvolvimento sustentável. É evidente que ações de FCP não se sustentam por si só, muito menos se forem conduzidas de forma isolada pela polícia militar; as parcerias e o envolvimento dos agentes locais são fundamentais para que haja uma sinergia mínima.

Partindo de uma abordagem mais direcionada para as questões de segurança pública e enfrentamento à criminalidade, Correia, Purificação e Peixe, estudiosos do Projeto POVO de Curitiba – PR, apresentam uma concepção mais focada na organização policial:

Doutrinariamente, Polícia Comunitária é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade sob a coordenação de policiais especialmente designados no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida como uma filosofia de atuação da Polícia Militar marcada na resolução de problemas afetos a segurança pública (CORREIA; PURIFICAÇÃO; PEIXE, 2007, p. 226).

A filosofia tem sido comumente aplicada em centros urbanos, principalmente nas capitais dos entes federados e Distrito Federal, mas iniciativas em áreas rurais têm apresentado resultados positivos, mas nenhum em áreas ribeirinhas de forma continuada. Daí o desafio em formular um estudo cuja aplicabilidade e continuidade não dependam das inconstantes conjecturas políticas do poder público.

Em geral, as experiências de aplicação da Filosofia de polícia comunitária se dão em área urbana, seguindo critérios mínimos da metodologia, com diferenciações estabelecidas por cada Estado da federação que a adota e desenvolve. Experiências na zona rural estão sendo realizadas em Goiás (GO), Mato Grosso do Sul (MS) e Paraíba (PB); as atividades são desenvolvidas em áreas de terra contínua, com a utilização de veículos terrestres tracionados⁵.

⁵ Disponível em <<http://sistemafaeg.com.br/noticias/13043-criacao-de-policia-comunitaria-rural-e-destaque-em-debate>>, <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=363>>, <http://www.pm.pb.gov.br/noticia6513-patrolha_rural_comunitaria_reduz_indices_de_criminalidade.html>, <<http://oab-ms.jusbrasil.com.br/noticias/1645584/policia-comunitaria-no-municipio-de-campo-grande-ms>>, <<http://conseg.ssp.go.gov.br/13/11/2014/policia-comunitaria-rural-reunioes-na-fundacao-tiradentes-preparam-comandos>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

A metodologia desenvolvida conjuga atividades de policiamento ostensivo⁶ e FPC, com saída diária de ponto base (quartel) na sede municipal, o que só é possível graças à malha viária disponível e em boas condições de trafegabilidade.

A presente pesquisa busca oferecer uma resposta viável ante a difícil tarefa de se ofertar os trabalhos de segurança pública na desafiadora zona rural do Marajó ocidental, de características predominantemente ribeirinhas. No entanto, a aplicação da Filosofia de polícia comunitária nessas localidades não substitui o policiamento ostensivo característico da Polícia Militar. O escopo da FPC é o trabalho conjunto entre o Sistema de segurança pública e os cidadãos, visando à prevenção de delitos, por meio da aproximação com a comunidade visando o bem-estar da comunidade (CORREIA; PURIFICAÇÃO; PEIXE, 2007).

No entanto, para aplicação da FPC em localidades ribeirinhas da zona rural há de se considerar seis fatores fundamentais: 1- a geografia e o clima do território; 2- a dispersão populacional na área; 3- o comportamento social, como fatores determinantes; 4- o efetivo policial; 5- a logística disponível; e 6- a infraestrutura das localidades, como fatores condicionantes. Esses fatores serão mais bem dirimidos mais adiante, nos capítulos III e IV, quando de uma descrição mais específica dos desafios regionais e os devidos esclarecimentos acerca da definição dos parâmetros determinantes e condicionantes desta pesquisa.

Acerca dos aspectos fundamentais a serem considerados no policiamento comunitário, podemos destacar quatro de grande importância, segundo Skolnick e Bayley (2001 apud SÃO PAULO, 2009, p. 13): “1- trabalho voltado para a prevenção do crime com base na comunidade; 2- reorientação das atividades do trabalho policial para ênfase aos serviços não emergenciais; 3- responsabilização da polícia em relação à comunidade e 4- descentralização do comando”. Esses aspectos enfatizam que a proximidade entre polícia e comunidade é salutar, pois beneficia a todos quando ambos comungam do sentimento de responsabilidade e cuidado mútuo em prol de um bem comum por meio da prevenção ativa.

Ao continuar os estudos, Bayley (1998 apud SÃO PAULO, 2009, p. 14) redefiniu o conceito de policiamento comunitário a partir de quatro características fundamentais:

- 1- realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução;
- 2- estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos;
- 3- mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes e
- 4- foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção).

⁶ Policiamento Ostensivo é a atividade de manutenção da Ordem Pública executado pela Polícia Militar, observando características, princípios e variáveis próprias, visando a tranquilidade pública.

Essas características fortalecem os aspectos anteriormente frisados por Bayley, agregando um caráter mais técnico às ações a serem desenvolvidas, concentrando o foco nas causas geradoras do crime e da desordem, ou seja, priorizando o planejamento estratégico por parte do sistema de segurança pública, a proatividade dos agentes e a prevenção técnica e social.

O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo lançou o Manual de Policiamento Comunitário em 2009 (NÚCLEO, 2009), com subtítulo Polícia e Comunidade na Construção da Segurança, disponível apenas eletronicamente em formato pdf. Foi produzido por meio de convênio firmado entre o Núcleo e o Programa de Apoio Institucional às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, financiado pela União Europeia.

No PDTSAM (BRASIL, 2007c), o diagnóstico sobre a segurança pública no Arquipélago apresentou expressiva deficiência, marcadamente estrutural, representada pelas condições de trabalho das Unidades da Polícia Militar e pelo próprio quantitativo do efetivo disponível. No RATM, elaborado pela Universidade Federal do Pará (BRASIL, 2012a), no que se refere à construção do Índice de Condições de Vida (ICV), o componente segurança não foi incluído.

Estudo do IDESP, intitulado “Indicadores de Vulnerabilidade do Pará” (IVP) (PARÁ, 2012a), definiu oito dimensões para composição do Índice de Vulnerabilidade do Pará: Renda, Demografia, Educação, Saúde e Saneamento, Segurança, Mercado de Trabalho, Economia e Ambiental. Na comparação entre as taxas de homicídios das 12 Regiões de Integração (RI)⁷ do Pará, o Marajó apresentou o segundo menor valor (9,0), sendo que a taxa estadual atingiu 46,4. No mapa representativo da Dimensão Segurança, o Marajó apresentou desempenhos “bom” ou “desejável”.

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA) produziu o DSEARIM (PARÁ, 2015b), que objetivou subsidiar a identificação de áreas prioritárias para elaboração de políticas públicas a serem inseridas no Plano Plurianual de 2016-2019. Segundo o resultado da pesquisa, as taxas de homicídio dos municípios da RI do Marajó (4,3) estão abaixo da taxa do Estado (41,69). Já o IPS, na Dimensão Necessidades Humanas Básicas os Indicadores do Componente Segurança Pessoal afirmam que os níveis são “ideais”, o que caracteriza a região como não violenta.

⁷ A fundamentação e a aplicabilidade do termo Região de Integração – RI serão melhores tratadas no subitem 2.1 do Capítulo II desta pesquisa, ocasião em que serão tratadas as questões relativas ao Marajó.

Em geral, o policiamento comunitário enfrenta resistências institucionais (internas) e conjunturais (externas) para sua implantação. Alguns obstáculos se destacam, conforme pode ser consultado nos próprios materiais didáticos produzidos pela SENASP. Eis alguns: 1- Violência e áreas dominadas pelo crime organizado; 2- Hierarquia e burocracia no processo decisório dos órgãos governamentais; 3- Obstáculos e ingerências políticas de impacto negativo; 4- Falta de continuidade no planejamento; 5- Pouca cooperação entre os órgãos do Sistema de segurança pública; 6- Divergências entre as estratégias de repressão e prevenção; 7- Baixa cultura associativa; 8- Rotatividade excessiva da policial militar; e 10- Falta de confiança popular (BRASIL, 2007b).

Conhecer as dificuldades e as possibilidades que envolvem a operacionalização da Filosofia de policiamento comunitário permite objetividade e pragmatismo. Essa postura permite a elaboração prévia de estratégias direcionadas à solução de problema, identificar quais as ações que precisarão de mais tempo que outras e o estabelecimento da confiança entre os parceiros. A consideração desses aspectos permite que o policiamento comunitário possa ultrapassar a condição de mais um simples projeto criado para resolver problemas da comunidade. Isso significa pensar e planejar qual é o tipo de segurança e polícia que se deseja construir, de forma participativa e duradoura, independente de troca de comando ou governo.

Por meio da Lei nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015, o Governo do Estado do Pará lançou seu Plano Plurianual (PPA) relativo ao quadriênio 2016-2019 (PARÁ, 2016), em cumprimento ao disposto no art. 204, § 1º e § 2º da Constituição Estadual. Em seu texto inicial define:

Art. 2º O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental estratégico, e de médio prazo, que contém diretrizes de governo, programas, indicadores, objetivos, metas e ações, definidos pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes, com o propósito de viabilizar a execução, monitoramento e avaliação, bem como o controle social das políticas públicas no Pará (PARÁ, 2016, art. 2º).

O artigo 3º do Plano Plurianul apresenta como macro-objetivo “[...] reduzir a pobreza e a desigualdade social e regional por meio do desenvolvimento sustentável” (PARÁ, 2016, art. 3º). Para atingir tal objetivo o documento elenca cinco diretrizes de implementação: 1- Promover a produção sustentável; 2- Promover a inclusão social; 3- Agregar valor à produção por meio do conhecimento; 4- Fortalecer a gestão e governança com transparência; 5- Promover a articulação político-institucional e desconcentração de governo. Dessa forma os componentes do aparato estatal desenvolvem suas ações com mais solidez visando um conjunto de resultados intermediários que constroem um resultado maior e mais amplo.

No corpo da lei, também estão definidas suas quatro dimensões estratégicas:

Art. 4º O Plano Plurianual apresenta-se de forma setorial e regionalizada, e estruturado nas seguintes dimensões estratégicas:

I - governança territorial e político-institucional;

II - economia sustentável;

III - inclusão social;

IV - infraestrutura social (PARÁ, 2016, art. 4º).

Alinhados à proposta de cada dimensão, foram definidos vinte e cinco objetivos estratégicos cujos desempenhos contribuem diretamente para o alcance do macro-objetivo. Na dimensão Inclusão Social, há sete objetivos, dentre eles destacamos: 1- Assegurar a prevenção social da violência e criminalidade e redução da impunidade, e 2- Promover a cidadania e os direitos humanos, os quais balizam a contribuição da Polícia Militar no Mapa Estratégico do Estado.

Em conformidade com o PPA do Estado (PARÁ, 2016), o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social também construiu seu Mapa Estratégico, o qual se constitui de quatro perspectivas: orçamento, pessoas, processos e sociedade. Na perspectiva de processos, há dois objetivos que se coadunam com a FPC: 1- Fomentar a cidadania, a responsabilidade e a participação social; e 2- Aprimorar o desempenho na prevenção à violência e à criminalidade. Na perspectiva de sociedade, há quatro objetivos: 1- Promover o respeito à vida e ao meio ambiente; 2- Diminuir os índices de criminalidade; 3- Aumentar o sentimento de segurança na população; e 4- Acrescer a confiança na população nas instituições de segurança pública.

A Polícia Militar do Pará também elaborou seu Plano Estratégico (PARÁ, 2015d); a estrutura segue a mesma do Mapa Estratégico do SIEDS, com as mesmas quatro perspectivas. Nas perspectivas de processos e sociedade, os objetivos que coadunam com a FPC são os mesmos contemplados pelo SIEDS. É apresentado como missão da Corporação: “Servir e proteger as pessoas e o patrimônio no território paraense, preservando a ordem pública, prevenindo e reprimindo as ações delituosas e integrando-se com a sociedade, por meio da polícia ostensiva e da promoção dos direitos humanos para garantir a paz social”. Sem discutir o mérito, percebe-se o caráter amplo e desafiador do trabalho a ser executado.

Por fim, cabe salientar que a presente pesquisa segue as diretrizes emanadas pelo Plano Plurianual do Estado do Pará (PARÁ, 2016), no que se refere à dimensão Inclusão Social, a qual abrange a formulação e implantação de políticas públicas multissetoriais e transversais, tais como educação, saúde, segurança, trabalho, assistência social, cultura, esporte e lazer, visando à prestação de serviços públicos com qualidade e o pleno exercício da cidadania, considerando as peculiaridades regionais. Bem como está devidamente alinhada

com o Planejamento Estratégico do SIEDS e com o Planejamento Estratégico da Polícia Militar do Pará, referentes ao ciclo 2015/2025 (PARÁ, 2015d).

2.2 Relação da FPC com a governança local

Nos termos de Diniz (1995, p. 400), a expressão “governance” surge a partir das reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, “[...] tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente”. Desse modo, a capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, e sim também pela forma do governo exercer seu poder e se relacionar com a população. Com a adoção dessa nova metodologia de análise, os meios empregados e resultados parciais ou intermediários passaram a ter tanto valor quanto os resultados gerais obtidos. Desse modo a responsabilidade pelo desenvolvimento social começa a ser compartilhada entre governantes e governados, processo que continua a avançar em todo o mundo.

Em seu documento intitulado *Governance and development* de 1992, o Banco Mundial (THE WORLD BANK, 1992, p. 1) definiu a governança como “[...] o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo [...] é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”. A governança diz respeito aos meios e processos utilizados para produzir resultados eficazes e se refere aos atos propositados e não apenas a comandos tácitos. A preocupação não está voltada somente para as decisões, para também para as consequências (FINKELSTEIN, 1991, p. 369), lançando olhar para o ciclo completo dos trabalhos.

Na definição de Melo (apud SANTOS, 1997, p. 341), governança “[...] refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político institucional do processo decisório, à definição do *mix* apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas”. Santos (1997, p. 341), considera que “o conceito (de governança) não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado”. Assim, conforme Santos (1997, p. 342), a governança define “[...] padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”.

É necessário que haja concorrência entre o Estado e da sociedade civil organizada para construção de consensos que formulem políticas para responder equilibradamente ao que a sociedade espera do governo (TOMASSINI, 2001). As questões que envolvem as relações

entre estado e sociedade, do ponto de vista da administração dos serviços prestados à população encontram largas e fartas iniciativas, experiências e publicações, tendo como tema a *governança pública*. Essa relação é consequência das concepções da New Public Management (NPM) na década de 1970. Anos depois, no Brasil, o mesmo processo foi denominado de Nova Administração Pública (NAP).

Este processo buscava aperfeiçoar a administração pública a partir de práticas típicas do setor privado. O novo movimento teve início no Reino Unido, Estados Unidos da América, Nova Zelândia e Austrália (SILVA, 2012). A principal característica da NPM era a perspectiva da flexibilidade gerencial em dois pilares, na delegação da gestão financeira e em novas formas de prestação de serviços. Para reforçar a postura nova, Matias-Pereira (2010, p. 111) afirma que “Verifica-se, em um sentido amplo, que os princípios básicos que norteiam os rumos dos segmentos dos setores privado e público são idênticos: transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética”. O movimento teve êxito porque os países que o adotaram tinham na formação cultural a disciplina e o espírito público necessário para tal.

Para alguns autores, a NPM precede a governança. Com o sucesso das inovações administrativas, outros países aderiram ao movimento, entre eles a França, os Países Baixos, os países nórdicos, o Canadá, a Alemanha e o Japão (SILVA, 2012, p. 65). Para Matias-Pereira (2008 apud LINCZUK, 2012, p. 53), “[...] a NPM está totalmente ligada à melhoria do desempenho – fazer os governos mais conscientes em relação a custos, eficientes, eficazes, compreensivos, voltados à satisfação do cliente, flexíveis e transparentes”. Desse modo, observa-se que está ocorrendo a adaptação e a transferência de conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o público (LINCZUK, 2012, p. 53). Enfim, uma revitalização interna necessária com consequências externas positivas visíveis.

Com a retomada da democracia no país, a sociedade civil clamou por mais participação nas decisões do governo, fato que foi traduzido nos textos da CFB (BRASIL, 2013) e que deu origem à criação de conselhos de políticas públicas nos âmbitos da saúde (Artigo 198, III), assistência social (Artigo 204, II) e educação (Artigo 206, VI), nos três níveis de governo. Essas experiências provocaram a multiplicação de conselhos em outras áreas temáticas e níveis de governo na década de 1990. Conforme afirma Lyra (1996, p. 17), “[...] nesse contexto, o amadurecimento da democracia no Brasil favoreceu a atuação de órgãos de natureza ‘plurirrepresentativa’ e de atuação popular mais direta”.

Incentivos à participação cidadã estão no corpo da CFB de 1988 (BRASIL, 2013): Todo o poder emana do povo (Art. 1º, §único). É legalmente permitido ao cidadão junto aos

Órgãos Públicos receber informações das autoridades (Art. 5º, XXXIII), peticionar junto aos Poderes Públicos para a defesa de seus direitos (Art. 5º, XXXIV, a), obter certidões em repartições públicas (Art. 5º, XXXIV, b), promover ações judiciais e representações (Art. 5º, LXXIII), cooperar por meio de associações no planejamento municipal (Art. 29, XII), iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município (Art. 29, XIII), fiscalizar as contas municipais (Art. 31, § 3º) e ainda participar dos conselhos de gestão de saúde, assistência social e educação.

Os desdobramentos do texto constitucional foram amadurecidos e regulamentados em leis específicas. Surgem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990a), a Lei Orgânica da Saúde (LOS) (BRASIL, 1990b), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) e o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001). Os conselhos de políticas públicas são espaços fundamentalmente políticos e funcionam de forma colegiada e autônoma, que atuam como instrumentos de partilha de poder entre governos e sociedade, visando democratização na elaboração e gestão das políticas públicas, agindo como mecanismos de controle social da execução das políticas públicas.

Para Avrintzer (2008, p. 44), “O Brasil se transformou ao longo do século XX de um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda [...], em um dos países com o maior número de práticas participativas”. E conforme apontava Frey (2004, p.121):

[...] a ampliação do debate da governança no âmbito das Ciências Política e Administrativa se deve certamente à retração do Estado promovida pelas políticas neoliberais das últimas décadas, e à evidente incapacidade das instituições públicas enfraquecidas em lidar eficientemente com os crescentes problemas urbanos.

O movimento aproxima as relações entre sociedade e Estado, sem usurpar a função da administração pública, pois são peças indissociáveis para o desenvolvimento da sociedade. Mesmo que haja, em alguns momentos, os conflitos de competência, ao serem regulamentados, delimitam os meios e a força das ações de cada parte interessada.

Particularmente no Brasil, o fenômeno da eclosão dos conselhos acompanhou a própria necessidade de modernização do estado brasileiro face às recorrentes crises que abalavam o modelo neoliberal do final do século XX. Pereira (1998, p. 36, grifo do autor) aborda a reforma administrativa do Estado brasileiro, em especial quanto analisa a gestão no setor público como estratégia e estrutura para um novo Estado:

O objetivo é construir um Estado que responda às necessidades de seus cidadãos; um Estado democrático, no qual seja possível aos políticos fiscalizar o desempenho dos burocratas e estes sejam obrigados por lei a lhes prestar contas, e onde os eleitores possam fiscalizar o desempenho dos políticos e estes sejam obrigados por lei a lhes prestar contas. Para tanto, são essenciais uma reforma política que dê maior legitimidade aos governos, o ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação - que reduz o tamanho do Estado - e uma reforma administrativa que crie os meios de se obter uma boa *governança*.

Enquanto o Estado buscava modalidades diferenciadas e seguras para se modernizar, a sociedade também buscava dar rumos concretos às reivindicações duramente conquistadas ao longo das décadas de 1970 e 1980 e então transcritas nos textos Constituição Federal de 1988.

No conjunto de leis que se seguiram após a promulgação da nova Carta Magna e que direcionaram a população para esse contexto novo, de responsabilidade e governança, talvez a mais contundente seja a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) (BRASIL, 2000). Em seus Art. 48 e 49 são assegurados à população o acesso à prestação de contas, aos planos, diretrizes orçamentárias e demais instrumentos de transparência, controle e fiscalização vinculados à gestão fiscal.

A fiscalização das ações públicas é o pilar dos meios de controle social, entretanto esse papel é mais amplo, pois visa indicar caminhos, propor ideias e promover a participação ampla e efetiva dos cidadãos e cidadãs nas decisões de interesse público. Em sua atuação, os conselhos podem desempenhar, dependendo do caso, funções de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria. Conforme está definido na Cartilha de Controle e participação social da Controladoria Geral da União (CGU, 2013, p. 23):

[...] função fiscalizadora dos conselhos pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes.

A função mobilizadora refere-se ao estímulo à participação popular na gestão pública e às contribuições para a formulação e disseminação de estratégias de informação para a sociedade sobre as políticas públicas.

A função deliberativa refere-se à prerrogativa dos conselhos de decidir sobre as estratégias utilizadas nas políticas públicas de sua competência.

A função consultiva relaciona-se à emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos que lhe são correlatos.

A participação comunitária, por meio de conselhos ou mesmo o acompanhamento dos trabalhos, é um passo importante para o amadurecimento da cidadania consciente e proativa.

Ao acompanhar a dinâmica das mobilizações sociais no país, a Segurança Pública também passou a experimentar a crescente participação do cidadão nos três níveis de governo, como já preconizava a redação original do Artigo 144 da CFB (BRASIL, 2013):

A segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...].

Essa corresponsabilidade entre poder público e sociedade não só aproxima os interessados, mas dá mais força, legitimidade às ações conjuntas e extrapolação dos objetivos iniciais.

Em meio a essa realidade e a necessidade de ajustes no campo da segurança pública, ainda com resquícios do regime militar, é que o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Lei nº. 5.576, de 27 de novembro de 1991 (SÃO PAULO, 1991), criou o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, nos termos do Art. 110 da Constituição Estadual de 1989 (SÃO PAULO, 1989). Viana (2000, p. 63), comenta a atitude do governo paulista:

Em face de adoção de tais medidas, fica nítido o esforço do Governo do Estado para tornar mais transparente a atuação dos seus organismos na área de segurança pública. Isto favorece uma fiscalização maior da sociedade civil sobre o aparelho de Estado e contribui para reduzir arbitrariedades e abusos de poder.

Por meio do Decreto nº 42.209/97 (SÃO PAULO, 1997), foi criado o pioneiro Programa Estadual de Direitos Humanos, com as primeiras propostas no sentido de regulamentar as ações policiais pautadas nos acordos internacionais referentes aos direitos humanos.

O Governo Federal envidou esforços para fortalecer as relações de confiança entre cidadão e forças policiais, por meio da SENASP, subordinada ao MJ, com a formulação de um modelo que satisfizesse a demanda. Entre 1997 e 2005 estudos concluíram que a melhor estratégia seria a adoção e disseminação da FPC no país. Para Ferreira (1995, p. 57), na opinião do Chefe Kerr, da Polícia Metropolitana de Toronto – Canadá:

Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.

Apesar dos esforços da SENASP e visíveis avanços por parte dos entes federados, ainda existem resistências quanto à adoção e aplicação da filosofia, geralmente dentro da polícia.

O mecanismo fundamental para aplicação da filosofia de Polícia Comunitária é a implantação do CONSEG. Os componentes precisam frequentar o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (CNPPC), administrados pela SENASP e disponibilizado anualmente aos estados. Na grade curricular, existe a disciplina denominada Mobilização

Social e Formação dos Conselhos Comunitários de Segurança (BRASIL, 2007b, p. 291), os quais não terão aprofundamentos nesta pesquisa.

No texto do PDTSAM (BRASIL, 2007c), no item referente às Estratégias de implementação do plano, subitem Inclusão social e cidadania, é vislumbrada a seguinte proposta: “A participação da sociedade nas ações de segurança pública deve ser estimulada, e para tanto, devem ser desenvolvidas ações de prevenção no combate à violência nas áreas de esporte, lazer, cultura e educação”. Nesta estratégia, pode ser verificada a firme concepção de que a segurança pública carece de uma transcendência que necessariamente perpassa pela participação social de forma ativa e direcionada.

No RATM (BRASIL, 2012a) e no estudo das Capacidades Institucionais, sete indicadores foram aferidos. O indicador Capacidades Organizacionais obteve índice considerado médio baixo (0,391), o que evidencia o baixo grau de capacidade de gestão das organizações existentes no território, como as cooperativas, grupos de mulheres e de jovens. O indicador Mecanismo de Solução de Conflitos apresentou índice médio baixo (0,271), mostrando que as instâncias municipais, como os conselhos comunitários, as ações das autoridades locais e de organizações fora dos municípios é baixo. No indicador Iniciativas Comunitárias, que diz respeito às iniciativas diversas de organizações sociais diferentes para o desenvolvimento de projetos sociais, produtivos e culturais, o índice foi médio (0,411).

Os estudos do IDESP para definição dos “Indicadores de Vulnerabilidade do Pará” IVP (PARÁ, 2015a) assim como os da FAPESPA para composição do DSARIM (PARÁ, 2012b) não apresentaram qualquer dado que se referisse às questões da participação popular ou governança local.

Na relação entre a governança local e a Filosofia de polícia comunitária, no que se refere à aplicabilidade, se enquadra perfeitamente no macro-objetivo do PPA do governo estadual. Este se propõe a “[...] reduzir a pobreza e a desigualdade social e regional por meio do desenvolvimento sustentável”. A dimensão estratégica “Inclusão social” está prevista no Art. 4º da Lei nº 8.335 (PARÁ, 2016), em específico no objetivo estratégico “Promover a cidadania e os direitos humanos”.

A relação entre governança local e FPC segue em conformidade com o Mapa Estratégico do SIEDS, na perspectiva de processo objetivo que reflete melhor a relação “Fomentar a cidadania, a responsabilidade e a participação social”. Já na perspectiva de sociedade objetivo “Acrescer a confiança na população nas instituições de segurança pública” é o que mais coaduna. No Mapa Estratégico da PMPA (PARÁ, 2015d), as perspectivas e objetivos seguem a mesma construção textual. Isso evidencia que há correlação forte entre as

duas temáticas e que o trabalho conjunto pode sim dar resultados positivos para as comunidades ribeirinhas da zona rural do Marajó ocidental.

2.3 Relação da FPC com o desenvolvimento sustentável

No encerrar do século XX, o mundo emanava esforços nos debates direcionados para encontrar formas efetivas de reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Em busca de caminhos novos, consensos emergiram, dentre eles o de que não cabe só aos governos o papel de provedor de soluções para melhoria da qualidade de vida das comunidades, regiões e países. Em expediente emitido pelo Banco Mundial (1992, p. 1), “[...] a experiência dos últimos cinquenta anos deixa um recado claro: o de que o estado é central para o desenvolvimento social e econômico, não como um provedor direto de crescimento, mas como um parceiro, catalisador e facilitador”.

Não é difícil de aceitar e entender que o resultado das avaliações dos impactos das políticas e programas sociais mundo a fora têm demonstrado uma histórica e insistente desconexão entre o foco dos investimentos sociais e as reais necessidades e valores das comunidades beneficiárias, principalmente daquelas mais desprovidas tecnologicamente. Ainda persiste uma relação de exploração dos recursos naturais encabeçada pelas grandes potências, que apresentam dificuldades em frear o ritmo da industrialização, por ser seu principal aporte econômico, como é o caso dos Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Brasil.

Todos devem assumir a postura de contribuir de modo responsável, ético e profissional para a construção de uma prática social consciente, que considere a importância do meio ambiente como elemento norteador da vida coletiva, priorizando o desenvolvimento socioeconômico sustentável. A legislação ambiental brasileira apresenta várias possibilidades de proteção e gestão do meio ambiente, e todos esses instrumentos jurídicos que compõem a legislação brasileira ocorrem por iniciativa do Poder Legislativo ou do Poder Executivo e podem sofrer alterações de acordo com as demandas sociais, econômicas e culturais.

A proteção do meio ambiente e a competência referente ao exercício do poder de polícia ambiental, visando a proteção do meio ambiente, tem status de norma constitucional e estão dispostas na CFB (BRASIL, 2013, art., 23 inciso VI), na qual fica definido que “Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Mais à frente e conforme Brasil (2013, art. 225), fica estabelecido que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao

poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Explicitado de forma tácita na Carta Magna brasileira, não resta dúvida sobre a competência dos entes federativos quanto à aplicação da legislação ambiental. Isso para que se tenha o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, tanto que o fundamento legislativo é delineado nas constituições estaduais de forma mais específica. Porém cabe questionar a preocupante política de expansão dos pastos e das lavouras de soja, cana e milho desenvolvidas pelos estados do Centro-oeste.

O parágrafo do Art. 225 da Constituição de 1988 (BRASIL, 2013) traz a reflexão sobre a responsabilidade que cada cidadão em solo brasileiro possui em relação à defesa e preservação do meio ambiente, bem como os direitos que devem ser assegurados pelo poder público para que toda a sociedade possa usufruir de um meio ambiente equilibrado que possa proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas. Cabe ressaltar que assim como o poder público possui suas obrigações para com o meio ambiente, pessoas físicas e jurídicas também devem exercer sua cidadania na proteção do patrimônio natural brasileiro.

No que concerne ao Governo do Estado do Pará, consta que no bojo da Constituição Estadual de 1989 as questões relacionadas ao meio ambiente são tratadas no Capítulo VI, com destaque inicial para a o caráter transversal da temática e ao papel fundamental do fomento à participação popular, por meio de mecanismos democráticos que garantam o caráter permanente das ações:

[...]

Art. 252. A proteção e a melhoria do meio ambiente serão prioritariamente, consideradas na definição de qualquer política, programa ou projeto, público ou privado, nas áreas do Estado.

Art. 253. É assegurada a participação popular em todas as decisões relacionadas ao meio ambiente e o direito à informação sobre essa matéria, na forma da lei (PARÁ, 1989, art. 252-253).

Na continuidade do corpo legislativo, são tratadas as competências constitucionais inerentes ao Estado por meio de suas organizações. Nas atribuições do Sistema Integrado de Segurança Pública e defesa Social – SIEDS (PARÁ, 2011b), como já visto, há o alinhamento a essas fundamentações constitucionais. O artigo 255 (PARÁ, 1989) trata dessas questões:

Art. 255. Compete ao Estado a defesa, conservação, preservação e controle do meio ambiente, cabendo-lhe:

I - zelar pela conservação das florestas e reservas extrativistas, fomentando a restauração das áreas já degradadas ou exauridas, de acordo com as técnicas adequadas, bem como elaborar política específica para o setor;

- II - zelar pelas áreas de preservação dos corpos aquáticos, principalmente, as nascentes, inclusive os "olhos d'água", cuja ocupação só se fará na forma da lei, mediante estudos de impactos ambientais;
- III- assegurar a diversidade das espécies e dos ecossistemas, de modo a preservar o patrimônio genético, biológico, ecológico e paisagístico e definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos;
- IV - promover a educação ambiental em todos os níveis e proporcionar, na forma da lei, informação ambiental;
- V - criar unidades de conservação da natureza, de acordo com as diversas categorias de manejo, implantando-as e mantendo-as com os serviços indispensáveis às suas finalidades;
- VI - estabelecer obrigatoriedades aos que explorem os recursos naturais, renováveis ou não, [...], procederem à recuperação do meio ambiente alterado, de acordo com a solução técnica aprovada pelos órgãos públicos competentes, envolvendo, na fiscalização, as entidades ligadas à questão ambiental ou representativas da sociedade civil, na forma da lei;
- VII - realizar a integração das ações de defesa do meio ambiente com as ações dos demais setores da atividade pública; [...].

Ao tratar das competências do Governo do Pará, seguindo-se os vieses de defesa, da conservação, da preservação e do controle, o legislador estadual buscou a compatibilização com o texto constitucional federal expresso no Art. 23, que trata da mesma matéria.

Na busca pela operacionalização das atividades de defesa do meio ambiente, a constituição estadual previu a atuação da Polícia Militar no contexto do tema, imprimindo a colaboração da Corporação para com as questões relacionadas ao meio ambiente no bojo de suas competências e atribuições, conforme se pode conferir no corpo do texto constitucional (PARÁ, 1989, art. 198): “A Polícia Militar [...] competindo-lhe, [...] atribuições previstas em lei: [...] IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente; [...]”.

Bem antes da promulgação da CFB, foi elaborada a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Conforme Brasil (1981, art. 2º), seu Art. 2º preconiza que seus objetivos são “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

A Política Nacional do Meio Ambiente dispõe sobre seus objetivos, sobre o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sobre o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e sobre os instrumentos para a sua efetiva implantação. No caso das Unidades de Conservação (UC), mais especificamente das reservas extrativistas, há uma legislação específica que ampara o meio ambiente natural da Reserva Extrativista (RESEX), assim como as populações tradicionais que nela residem.

Neste sentido, destaca-se o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007a), que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), aborda a importância do desenvolvimento sustentável como o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração e para as gerações futuras. Decorrente dessa política surge o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), amparado pela Norma de Execução DT nº 69/2008 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2008).

Com o avanço das discussões sobre a relação entre desenvolvimento e a proteção da natureza, torna-se obrigatório sempre tratar dessas questões quando da abordagem de tudo aquilo que se refere ao desenvolvimento sustentável na zona rural, em especial à cultura das mulheres e dos homens mergulhados nessa realidade e que, por vezes, são simplesmente ignorados ou excluídos dos processos decisórios. Para Simonian (2005, p. 5), “[...] uma realidade é sustentável na medida em que seu processo específico de reprodução social é simultaneamente garantido. Já o desenvolvimento sustentável é uma perspectiva que aponta para o dever, embora enquanto proposta exista desde a economia clássica capitalista”.

O texto do PDTSAM (BRASIL, 2007c) busca como objetivo central “[...] implementar um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização das atividades econômicas sustentáveis [...]”. Apesar das constantes agressões ao meio ambiente no Estado, esse objetivo continua a ser tema transversal de grande parte das políticas que contemplam o território marajoara. O diagnóstico do PDTSAM tratou dos aspectos clima, geologia, geomorfologia, solos, hidrografia, vegetação e fauna.

Nas Estratégias de implementação do plano, sobre as questões ambientais foram abordados dois pontos fundamentais. O primeiro tratou do Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental, com ênfase à questão da Autorização de Uso e o Licenciamento Ambiental das atividades extrativistas dos ribeirinhos, bem como foi destacado que a proteção dos recursos naturais no Marajó depende do fortalecimento da gestão ambiental descentralizada nos municípios. O segundo ponto discorreu sobre o Fomento às atividades produtivas sustentáveis, e foi recomendado que devem ser priorizadas ações que contribuam para a transformação da estrutura produtiva da região, a fim de que sejam lançadas as bases de uma economia dinâmica que proporcione melhoria da qualidade de vida.

No RATM (BRASIL, 2012a), a descrição da paisagem natural adotou as mesmas fontes de informações dos aspectos clima, geologia, geomorfologia, solos, hidrografia, vegetação e fauna tratadas no PDTSAM (BRASIL, 2007c). O documento trata da preocupante

situação que envolve o crescimento do desmatamento e das queimadas na região. Destaca que dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam que, em 2009, o Arquipélago possuía uma área desmatada correspondente a 3,18 % do seu território. Na primeira década deste século, o ano de 2001 apresentou o maior índice de desmatamento e no período de 2006 a 2009 houve aumento de 1.974% na destruição da biodiversidade por meio das queimadas (BRASIL, 2012a, p. 7).

Nos estudos para composição do IVP (PARÁ, 2012a), no quadro dos Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais do Estado do Pará e Situação das Regiões de Integrações, o Marajó apresenta taxa de 0,2 no item “% do Incremento do Desmatamento em relação à Área de Floresta Restante 2011”, o que coloca a RI entre as três menos afetadas pelo desmatamento. No mapa que apresenta a Dimensão Ambiental, o resultado demonstra que a totalidade da região obteve o desempenho “desejável”.

No DSARIM (PARÁ, 2015b), tomando como base o ano de 2013, foi constatado que apenas quatro municípios assinaram o acordo com o Programa Municípios Verdes (PMV) (PARÁ, 2011a). Quanto à assinatura de Termo de compromisso com o Ministério Público Federal (MPF) apenas seis se propuseram. No quadro 1 a situação geral dos acordos até 2015:

Quadro 1-Municípios participantes do PMV da RI do Marajó até o ano de 2015

Município	Categoria PMV		Termo de compromisso com o MPF	Acordo específico com PMV
Afuá	-		-	-
Anajás	-		-	-
Bagre	-		-	-
Breves	-		-	-
Cachoeira do Arari	Consolidado		Em 25/10/2013	Em 23/08/2013
Chaves	Florestal		Em 30/11/2010	Não possui
Curralinho	-		-	-
Gurupá	Sob pressão		Em 10/08/2010	Não possui
Melgaço	Florestal		Não possui	Em 03/09/2012
Muaná	Florestal		Não possui	Em 04/11/2014
Ponta de Pedras	Florestal		Em 20/12/2010	Não possui
Portel	-		-	-
Salvaterra	Florestal		Em 31/01/2011	Não possui
Santa Cruz do Arari	-		-	-
São Sebastião da Boa Vista	Florestal		Não possui	07/06/2013
Soure	Consolidado		22/02/2011	Não possui

Fonte: PMV (2015). Elaboração: FAPESPA (2015).

Já em relação à Lei 12.651/2012, que trata do Cadastro Ambiental Rural (CAR) (BRASIL, 2012d), cujo banco de dados se constitui na principal base das estratégias para o

controle, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais, a meta era atingir cerca de 80% dos imóveis. Apesar das questões de proteção e preservação do meio ambiente natural estarem em destaque nos debates de escala mundial desde a década de 1960, o Pará ainda não tinha definida sua política quanto ao tema. Por meio da Lei Estadual nº 5887, de 9 de maio de 1995 (PARÁ, 1995, Cap. I, art. 1º), foi instituída a Política Estadual do Meio Ambiente, conforme apresentado no texto a seguir:

Capítulo I – Dos Princípios

Art. 1º – A Política Estadual do Meio Ambiente é o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixadas nesta Lei, para o fim de preservar, conservar, proteger, defender o meio ambiente natural e recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais, em harmonia com o desenvolvimento econômico-social, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida.

Parágrafo Único – As normas da Política Estadual do Meio Ambiente serão obrigatoriamente observadas na definição de qualquer política, programa ou projeto, público ou privado, no território do Estado, como garantia do direito da coletividade ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Importante lembrar que o Capítulo I se alinha perfeitamente ao artigo 225 da CFB (BRASIL, 2013), no qual está estabelecido que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e que esse legado deve obrigatoriamente servir não somente as presentes, mas também as futuras gerações, como se vê adiante:

Art. 2º – São princípios básicos da Política Estadual do Meio Ambiente, consideradas as peculiaridades locais, geográficas, econômicas e sociais, os seguintes:

I – todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

II – o Estado e a coletividade têm o dever de proteger e defender o meio ambiente, conservando-o para a atual e futuras gerações, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico;

III – o desenvolvimento econômico-social tem por fim a valorização da vida e emprego, que devem ser assegurados de forma saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, através de diretrizes que colimem o aproveitamento dos recursos naturais de forma ecologicamente equilibrada, porém economicamente viável e eficiente, para ser socialmente justa e útil;

IV – o combate à pobreza e à marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais são condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável;

V – a utilização do solo urbano e rural deve ser ordenada de modo a compatibilizar a sua ocupação com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental;

VI – deve ser garantida a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente;

VII – o direito de acesso às informações ambientais deve ser assegurado a todos;

VIII – o respeito aos povos indígenas, às formas tradicionais de organização social e às suas necessidades de reprodução física e cultural e melhoria de condição de vida, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável, em consonância com os interesses da comunidade regional em geral, são fatores indispensáveis na ordenação, proteção e defesa do meio ambiente.

Capítulo II – DOS OBJETIVOS

Art. 3º – São objetivos da Política Estadual do Meio ambiente:

I – promover e alcançar o desenvolvimento econômico-social, compatibilizando-o, respeitadas as peculiaridades, limitações e carências locais, com a conservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, com vistas ao efetivo alcance de condições de vida satisfatórias e o bem-estar da coletividade (PARÁ, 1995, art. 2º e 3º).

A Lei nº 8.335 (PARÁ, 2016, art. 3º), em seu Art. 3º do Plano Plurianual 2016-2019 apresenta como macro-objetivo “Reduzir a pobreza e a desigualdade social e regional por meio do desenvolvimento sustentável” e, como uma de suas diretrizes “Promover a produção sustentável”. Já o Art. 4º afirma que o PPA apresenta-se de forma setorial e regionalizada, bem como estruturado em quatro dimensões estratégicas, dentre as quais destacamos a “Economia sustentável”. Desse modo, trabalhar o viés transversal do meio ambiente nas atividades de FPC está de acordo com as diretrizes traçadas pelo estado.

A dimensão Economia Sustentável compreende a implantação de processos produtivos que incorporem ciência, tecnologia e inovação, aliados à conservação e preservação ambiental e à oferta de energia e infraestrutura e logística, a partir da observação de três tipos diferenciados de dinâmica econômica existentes no território paraense: 1- Atividades produtivas com dinâmica própria, 2- Atividades produtivas tradicionais e 3- Atividades estratégicas para mudança da base produtiva (PARÁ, 2012b; PARÁ, 2016).

Dessas três dinâmicas, a FCP pode ajudar no fomento e fortalecimento da primeira e da segunda. As Atividades produtivas tradicionais referem-se aos segmentos históricos tradicionais da economia paraense, a exemplo da pesca artesanal, economia de subsistência, dentre outros que se caracterizam pelo baixo conteúdo tecnológico, baixa produtividade e alto índice de informalidade, tais como a pesca artesanal, a agricultura familiar, micros e pequenos negócios. As Atividades estratégicas para mudança da base produtiva referem-se à implantação de economia e novos processos produtivos, que agreguem valor aos produtos e valorização dos atributos locais, capazes de favorecer o crescimento endógeno da economia, a exemplo da bioindústria, turismo sustentável e manejo florestal sustentável (PARÁ, 2016).

Santos Júnior (2006, p. 40), quanto ao tema sustentabilidade faz observações importantes referentes à gestão dos recursos naturais, ao desperdício e às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento ligadas à questão:

A gestão de recursos naturais e a redução de desperdícios são atividades produtivas resultantes de uma nova cultura ambiental, diferente daquela em que o cuidado ambiental é um custo adicional para os produtores. Políticas públicas baseadas em tais atividades, além de conservar o ambiente, geram renda e criam empregos total ou parcialmente financiados pela poupança de recursos naturais. Sans (2003) argumenta que a biodiversidade regional possibilita o aproveitamento múltiplo da biomassa para produção de um leque de produtos, podendo ser inserida em uma economia moderna, em escala nacional, baseada no uso extensivo de recursos naturais renováveis em condições ecologicamente sustentáveis.

Cabe destacar que a superação da pobreza no estado do Pará exige um projeto amplo de reestruturação da base produtiva e da infraestrutura e logística, para que se permita a incorporação da coletividade, sobretudo os pequenos, no usufruto das riquezas geradas no território, considerando os limites e oportunidades impostos a cada Região de Integração e ao estado como um todo, apoiado na gestão territorial, no aumento da eficiência do uso dos recursos naturais e de produtividade, dentre outros, com vistas à inclusão social e produtiva da população, que se enquadram perfeitamente nas propostas de trabalho da Filosofia de polícia comunitária (FPC).

3 O *IMBARA-YO* - BARREIRA DO MAR

3.1 As diversas definições de Marajó

A região do estado do Pará denominada Marajó é um dos espaços mais ricos do Brasil em termos de recursos hídricos e biológicos, sendo um termo muito conhecido no mundo e, em geral, está associado à Amazônia. Seu território é constituído por uma parte continental e outra parte que abrange um majestoso arquipélago de centenas de ilhas localizadas entre o Estuário do Rio Amazonas e o Oceano Atlântico, destacando-se entre elas a ilha grande de Marajó, conhecida como a maior ilha fluviomarítima do mundo, com 49.606 Km² (BRASIL, 2007c). De acordo com o IBGE (2015), em sua totalidade abrange uma área de aproximadamente 104.140Km² (IBGE, 2010) e uma população estimada em cerca de 533.397 habitantes.

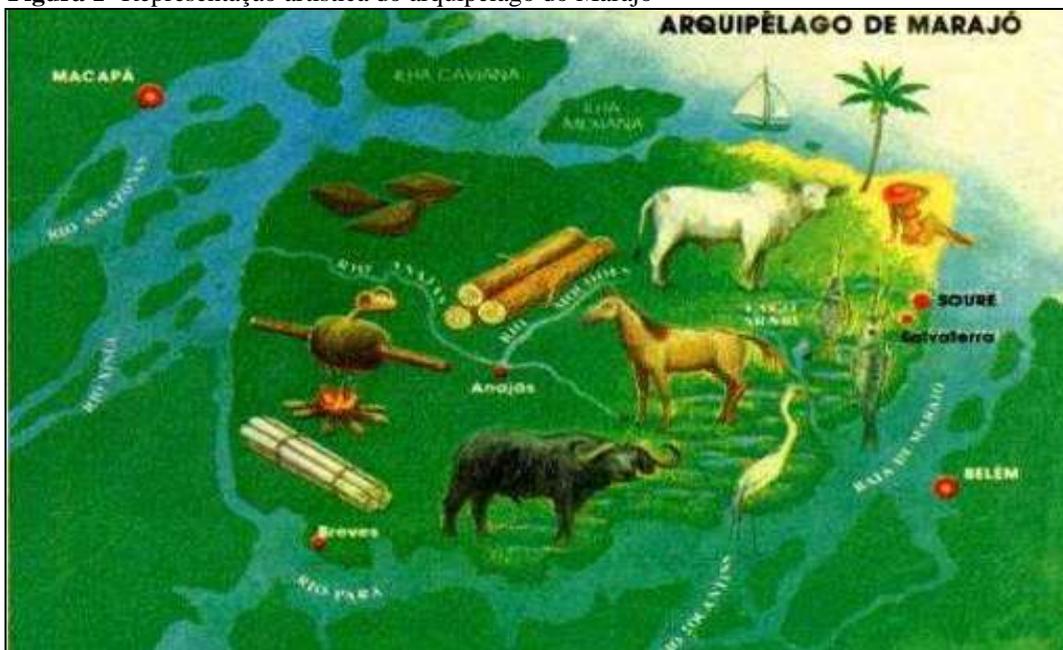
Entretanto é importante justificar a diversidade de utilizações e variações do termo “Marajó” em textos acadêmicos, estudos e pesquisas, projetos e programas de cunho oficial, que, vez por outra, podem levar a equívocos de emprego. Marajó, Arquipélago do Marajó, Mesorregião do Marajó, Região de Integração do Marajó, Marajó das florestas, Marajó oriental e Marajó ocidental são algumas dessas denominações que merecem destaque por sua importância e utilização ao longo desta pesquisa.

Segundo Machado (1994 apud SANTOS JÚNIOR, 2006), Américo Vespúcio foi o primeiro navegador a ter contato com as terras marajoaras, no ano de 1499. Pouco depois, em 1500, o espanhol Vicente Iañez Pizón explorou e fez contato com os nativos da região, tendo levado para a Espanha várias amostras da produção indígena (NETTO, 1885 apud NETO, 1993); em sua homenagem, o território foi denominado ilha Grande de Joanes (MD, 1970, apud Santos Júnior, 2006, p. 46). Para Cruz (1999, p. 27), a denominação Marajó foi adotada pelos portugueses em 1757, a partir do termo tupi *imbara-yo* - barreira do mar, visto ser a ilha “[...] uma muralha colocada pela natureza contra as tormentas do mar”.

Arquipélago do Marajó ou marajoara é definido como o conjunto de centenas de ilhas de dimensões diversas situadas na reentrância da costa norte do Brasil, denominada Golfão do Amazonas (ISLAND, 2006 apud SANTOS JÚNIOR, 2006). Além da ilha Grande de Marajó, se destacam outras três: Grande Gurupá, com 4.864 Km²; Mexiana, com 1.534 Km²; e Caviana, com 4.968 Km² (MIRANDA NETO; 2001 apud SANTOS JÚNIOR, 2006, p. 46). Ainda segundo este último autor, o espaço territorial do arquipélago está dividido em 12

municípios: os da porção oriental repousam sobre terras consolidadas e as da porção ocidental sobre sedimentos fluviais recentes. A Figura 1 representa a vastidão e o ecletismo marajoara:

Figura 1- Representação artística do arquipélago do Marajó



Fonte: Matias e Battaglin (1989).

Em 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceu uma metodologia de divisão regional dentro dos entes federados. No documento intitulado “Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas”, foram estabelecidos três parâmetros de identificação das Mesorregiões (MSR): o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Para identificação das Microrregiões (MR) foram identificados dois indicadores básicos: a estrutura de produção e a interação espacial (IBGE, 1990, p. 9). O estado do Pará foi dividido em seis Mesorregiões (IBGE, 1990, p. 15).

Como consequência do modelo adotado pelo IBGE, foi criada a Mesorregião do Marajó, que congrega dezesseis municípios, divididos em três MR: MR do Arari, formada pelos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Salvaterra e Soure, onde estão localizados os campos naturais e que é banhada pelo oceano Atlântico; MR dos Furos de Breves, composta por Afuá, Anajás, Breves, Currealinho e São Sebastião da Boa Vista, que é dominada pela paisagem formada por florestas fechadas e um emaranhado incontável de rios influenciados pelo Rio Amazonas; MR de Portel, formada pelos municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel, que estão localizados na porção continental (IBGE, 1990, p. 26). É uma conforme pode ser mais bem entendido no Mapa 1:

Mapa 1 - Mesorregião e Microrregiões do Marajó



Fontes: GeoPARÁ (2007). SDT/MDA, 2010. Movimento Marajó Forte (2014). Adaptado pelo autor (2015).

A MR do Arari é caracterizada pela presença marcante dos campos naturais e influência do Oceano atlântico. Na MR dos Furos de Breves, a predominância dos inúmeros cursos d'água e das terras de várzea dita e condiciona o ritmo de vida das populações. A MR de Portel é formada pela porção continental, a sudoeste do Arquipélago, da foz do Rio Amazonas ao Rio Pará (ver mapas 1 e 2 e figura 2 desta pesquisa).

Conforme define Costa (2011, p. 128), no ano de 2007, foi criada a Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR) (PARÁ, 2007), no âmbito do poder executivo do estado do Pará, “[...] com a missão de combater as desigualdades regionais através da descentralização regional e do fortalecimento das relações entre níveis de governo e a sociedade”. Assim e nos termos de Costa (2011), dentro de uma política de aproximação e compartilhamento de responsabilidades, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho composta por algumas diretrizes, uma estratégia e alguns instrumentos.

Ainda, segundo afirma Costa (2011, p. 129), sobre as ações da SEIR:

[...] a estratégia eleita teve como eixo principal a ideia de que o processo de planejamento do desenvolvimento dever ser pensado de cima para baixo, através de políticas públicas regionalizadas, e de baixo para cima a partir da construção de territórios e da participação popular. É em função disto, e após a constatação de que as micro e as mesorregiões do IBGE não representavam mais a espacialidade adequada para se pensar o planejamento regional, que o Governo do Estado adotou a divisão do estado em 12 regiões, batizadas de Regiões de Integração (RI), como instrumento fundamental para se pensar o desenvolvimento regional.

Entre as 12 RI criadas, destacamos a Região de Integração do Marajó RI Marajó (COSTA, 2011, p. 130), que em relação à divisão espacial em micro e mesorregiões geográficas (IBGE, 1990) é idêntica na composição dos municípios.

Recentemente, passou-se a utilizar corriqueiramente o termo “Marajó das florestas [...]”, que primeiramente foi utilizado por Pacheco (2009, p. 20) para referir-se à área dos municípios localizados na região sul e sudoeste da ilha de Marajó, precisamente, os municípios de Bagre, Breves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista, onde predomina o modo de viver ribeirinho.

Por último, os termos “Marajó oriental” e “Marajó ocidental” foram adotados no âmbito do Governo do Estado do Pará, em específico no campo da segurança pública, por conta da divisão territorial das áreas de atuação da SEGUP e da PMPA. O Marajó oriental se refere aos municípios marajoaras localizados na porção nordeste da Ilha Grande de Marajó, que são: Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure (PARÁ, 2012c, art. 3º § 5º; PARÁ, 2014b, anexo I). O Marajó ocidental é formado pelos demais municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista (PARÁ, 2012c, art. 3º § 8º; PARÁ, 2014b, anexo I).

3.2 Aspectos geoambientais do Marajó

No território predomina o clima equatorial quente e úmido com estação seca ocorrendo durante o inverno e primavera, com índices pluviométricos capazes de alcançar níveis hídricos necessários à manutenção de uma rica biodiversidade. As temperaturas anuais variam entre 25 e 27°C. A precipitação pluviométrica sempre ultrapassa a marca de 2.000 mm/ano. As estações praticamente inexistem. A umidade relativa do ar é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Segundo Brasil (2007c), pela proximidade da linha do Equador, predomina o centro de massa de ar equatorial e surgem também, bolsões de ar na área da foz do rio Amazonas.

No Marajó, existem dois principais períodos pluviométricos: o período mais chuvoso, compreendido entre os meses de dezembro e maio; e outro menos chuvoso, que se estende de junho a novembro. Entre as estações, ocorre um período de transição em que pode haver retardo ou antecipação das chuvas com intensidade maior ou menor (LIMA et al., 2005 apud ROBRINI, 2012). A partir de Lima et al. (2005 apud ROBRINI, 2012), e em função da localização, na foz do rio Amazonas e recebendo influência do Oceano Atlântico, na ilha do

Marajó, os ventos de superfície atingem velocidades mais fortes na região oriental, com 2,5 m/s, e na região ocidental a velocidade cai para 1 m/s próximo ao município de Breves.

O dia a dia do caboclo marajoara é permeado de incertezas quanto à ocorrência ou não da chuva ao longo do dia, o que condiciona a realização de alguma atividade domiciliar ou produtiva, e até mesmo as prefeituras locais se ressentem da dificuldade de continuidade de obras por conta da chuva inesperada ou persistente. A estação seca ocorre entre os meses de junho e novembro, mas nem por isso as chuvas param de ocorrer; elas se caracterizam por serem rápidas e fortes. Nesse período, a chuva, além da interrupção da atividade laboral, desencadeia o fenômeno natural conhecido popularmente por “mormaço”, que é a evaporação da água retida no solo. O vapor provoca desconforto e aumenta a sensação térmica.

A hegemonia da hidrografia tem influência direta sobre a vegetação. A paisagem regional apresenta quatro tipos de ecossistemas: várzea, igapó, terra firme e campos naturais. A formação vegetal da terra firme é caracterizada pela Floresta Pluvial Tropical (área continental, sul e sudoeste do Arquipélago). É composta por árvores caracterizadas como “madeira de lei”, com poucas palmeiras. Conforme Brasil (2007c), as espécies principais são a maçaranduba (*Manilkara huberi*), o louro (*Ocotea spp.*), a sucupira (*Vatai reasericea*), e a castanheira (*Bertholletia excelsa*), dentre outras de grande valor comercial.

A várzea constitui a margem dos cursos d’água mais volumosos. Ela apresenta estrato arbustivo em suas áreas alagadas periodicamente, onde predominam espécies vegetais com madeira de grande valor econômico, tais como ucuúba (*Virola surinamensis*), sumaúma (*Ceiba pentandra*), andiroba (*Carapa guianensis*) e açacu (*crepitans*), e outras espécies como a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o açazeiro (*Euterpe oleracea*), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*) (BRASIL, 2007c). Essas espécies são abundantes e viabilizam a economia regional da construção civil e naval. Troncos de buritizeiros e açazeiros servem para a construção de cercados e pontes flutuantes característicos da região.

Os igapós são similares às áreas de várzea, porém margeiam cursos d’água menores. Nas áreas com alagamentos periódicos, encontram-se formações pioneiras, representadas pelos campos naturais do norte e nordeste da ilha grande de Marajó (Chaves, Soure, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari e Salvaterra). Estas são áreas constituídas de mata e apresentam cobertura de gramíneas e herbáceas, além de ilhotas de palmeiras e arbustos baixos e retorcidos. Nas áreas que sofreram desmatamento, ocorrem formações secundárias devido à regeneração vegetal, como a capoeira (BRASIL, 2007c). Essas formações favorecem o desenvolvimento do gado bubalino, exigente por pastagem e água abundantes.

Na várzea, há ocorrência de solos hidromórficos de tipo Gley (húmicos e pouco húmicos), de sedimentos com alta porcentagem de matéria orgânica, em geral, ácidos e com textura argilosa. A fertilidade se dá devido à liberação de nutrientes oriundos da decomposição da matéria orgânica vegetal florestal e da deposição de substâncias minerais e orgânicas em suspensão nas águas do rio Amazonas e salobras do oceano Atlântico. As áreas de terra firme são cobertas por latossolo amarelo e outros com baixa fertilidade, concentrando-se a cerca de 10 a 15 cm da superfície, portanto, frágeis. Ainda de acordo com Brasil (2007c), as ações de derrubada da mata diminuem drasticamente em pouco tempo a fertilidade do solo.

Essas características de fertilidade da várzea favorecem o plantio de culturas de rápida rotatividade como o milho (*Zea mays*), o feijão (*Phaseolus vulgaris*), o arroz (*Oryza sativa*), o jerimum (*Curcubita spp*), a melancia (*Citrullus lanatus*), o maxixe (*Cucumi sanguria*), o quiabo (*Abelmoschus esculetus*), a cebolinha (*Allium schoenoprasum*), a couve (*Brassica oleracea*) e a pimenta-de-cheiro (*Capiscum spp*), fundamentais na alimentação dos nativos. Entretanto, culturas mais exigentes como o tomate (*Solanum lycopersicum*), o coentro (*Coriandrum sativum*), o pimentão (*Capsicum anuumgroup*), a cenoura (*Daucus carota*) e a batata (*Solanum tuberosum*) não obtêm o mesmo êxito sob os tratamentos culturais rudimentares.

Nas porções de terra firme, há predominância de solos hidromórficos gleyzados, desenvolvidos sobre sedimentos relativamente recentes, em geral fortemente ácidos, podendo apresentar-se neutros e alcalinos, de textura argilosa e, às vezes, com considerável conteúdo de silte (CORREA et al., 1974 apud ROBRINI, 2012). Ali florescem espécies nativas que fornecem alimento e alternativa de renda para os ribeirinhos. Destacam-se o açaí (*Euterpe oleracea*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o bacuri (*Platoniain signis*), o piquiá (*Caryocar brasiliense*), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), o mari (*Poraqueiba paraensis*), a pupunha (*Bactrisga sipaes*) e o taperebá (*Spondias mombin*).

Em meio aos ditames imperiosos das águas fluviais, à chuva intensa e ácida e aos terrenos pobres em minerais, o território foi sendo ocupado. O solo, antes pouco cultivado, foi sendo trabalhado e conhecido, possibilitando a introdução e adaptação de espécies exóticas na região. Idêntico ao papel das frutas nativas, as novas culturas fornecem alimento e geram renda, sendo merecedoras de destaque o coco (*Cocos nucifera*), a manga (*Mangifera indica*), o maracujá (*Passiflora edulis*), a banana (*Musa spp*), o mamão (*Carica papaya*), o limão (*Citrus limon*) e o abacaxi (*Ananas comosus*), que apesar de ser uma fruta nativa foi reintroduzida no território com uma espécie direcionada ao mercado.

Às proximidades dos cursos d'água, mas em terras não alagáveis, as características químicas da composição do solo argiloso e pobre selecionam as culturas mais resistentes e adaptadas, sendo a mandioca (*Manihot esculenta*) uma espécie nativa que merece atenção pela técnica de cultivo utilizada e por ser uma das bases da cultura culinária amazônica. A herança indígena demonstra o alto grau de complexidade em seu cultivo e processos de manufatura. A técnica rudimentar de derrubar e queimar a mata para abertura de roças é muito utilizada, pois fornece substrato orgânico de forma rápida e acelera o tempo de manejo; entretanto, em médio prazo, a técnica causa o empobrecimento e a erosão do solo.

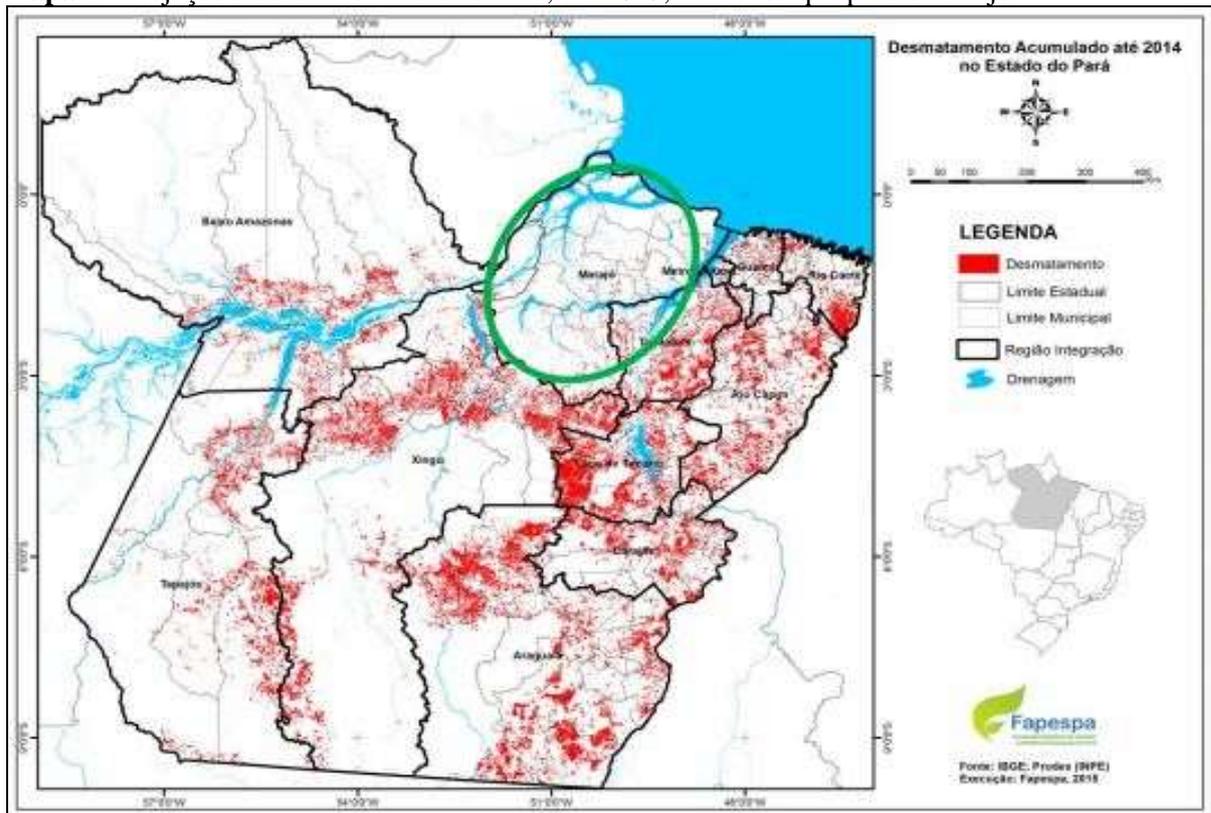
A hidrografia é caracterizada por uma complexa rede de cursos d'água formada por rios, canais, furos, paranás, igarapés, baías e lagos, alguns em plena evolução geomorfológica. Destacam-se os rios Amazonas (a sudoeste), Pará (ao sul), Pacajá e Anapú (em Portel), Jacundá (Bagre e Portel), Anajás (Anajás), Mapuá (Breves), Cururu (Chaves), Arari (nos campos) e Paracauari (Salvaterra e Soure). O movimento diário das águas é elemento definidor da paisagem regional, na qual se destacam as várzeas e os igapós. A hidrografia tem importância vital para a economia regional, pois serve como via de acesso entre as cidades e localidades isoladas, além de propiciar alimentos de origem pesqueira.

A Fauna do Marajó apresenta numerosa quantidade de espécies, com mamíferos de pequeno e médio porte (terrestres e aquáticos), aves, insetos, anfíbios, répteis e peixes. Estes animais fornecem alimentos. Destaque para os mamíferos como a onça pintada (*Felis onca*), sussuarana (*Felis concolor*), gato maracajá (*Felis wiedii*), raposa da mata (*Pseudolopes gymnocercua*), anta (*Tapirus terrestris*), quati (*Nasua nasua*) e veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) (BRASIL, 2007c). Devido ao avanço da caça, do desmatamento e crescimento das cidades, os mamíferos têm sofrido drástica redução em suas populações, por conta da procura ilegal de carne e do couro.

Os peixes mais conhecidos são: tucunaré (*Cichlao cellaris*), puraqué ou peixe-elétrico (*Gymnotus electricus*), pescada (*Sciaena amazônica*), piraíba (*Piratinga piraiba*), pirarucu (*Arapaima gigas sp.*), piranha (*Serrasalmo sp.*), mapará (*Hypophthalmus marginatus*) e tamuatá (*Callichrhys sp.*). Os manguezais servem como local de reprodução e de alimentação para várias espécies de animais marinhos e de água doce, também abriga uma fauna de baixa diversidade específica, porém com muitos indivíduos, alguns de grande importância econômica como o camarão, o caranguejo e a ostra (BRASIL, 2007c). Além de representarem a base da alimentação cabocla, a venda de excedentes gera entradas financeiras.

Apesar das constantes e sistemáticas investidas contra o meio natural, o Marajó é reconhecido como sendo o segundo espaço mais preservado do Pará, sendo superado apenas pela área da Calha Norte. Nos termos de Pará (2015b), dados estimativos pelo INPE⁸ indicam que, em 2013, havia uma área total desmatada de 3.576 km², equivalente a 1,5% do desmatamento do estado do Pará e 3,5% em relação à própria área, conforme pode ser visualizado no mapa 2.

Mapa 2 - Projeção da área desmatada no Pará, em 2013, com destaque para o Marajó



Fonte: PRODES, INPE (2013).

As agressões que ocorreram ao longo do século XX foram protagonizadas por empresários estrangeiros e do sul do país, pois a forma de relação dos nativos da região é de convivência pacífica com a natureza e que não segue o modelo capitalista de extração em larga escala. Embora rica em recursos hídricos e biológicos e ainda tendo 96,5% de seu território preservado, segundo Pará (2015b), a região é paradoxalmente mergulhada em uma realidade de pobreza, pouca infraestrutura e insipiente participação na economia do Pará.

⁸ O INPE realiza esse tipo de pesquisas por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélites (PRODES) (FAPESPA, 2015).

3.3 Aspectos sociais do Marajó

O fenômeno da pobreza não é estático, ele cresce a cada ano e foi o que se constatou em pesquisa realizada pelo IDESP entre 2000 e 2010. Segundo o IVP (PARÁ, 2012a), a RI do Marajó se apresentou como a segunda região com maior “Taxa Geométrica de Crescimento Médio Anual da População Pobre [...]” com média de 1,91. Isso demonstra a necessidade de mais empenho no enfrentamento às causas da pobreza endêmica na região.

Em 2015, a FAPESPA divulgou o documento intitulado Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó (DSARIM) (PARÁ, 2015b), com o objetivo de apresentar um diagnóstico socioeconômico e ambiental da RI Marajó, destacando as potencialidades e os desafios, visando subsidiar a identificação de áreas prioritárias para elaboração de políticas públicas, a serem inseridas no Plano Plurianual de 2016 a 2019. Informações preocupantes, como as taxas de analfabetismo, pobreza e mortalidade infantil, chamam a atenção para o tríplice desafio que se apresenta nas áreas da educação, da geração de emprego e renda e da saúde.

Há de se questionar o porquê do crescimento dessas taxas, se a região goza de abundância de recursos naturais e potencial produtivo na agropecuária, no extrativismo e no turismo. Essa contradição é tão evidente e desconcertante que chega a desafiar a lógica e a sensatez humana. Sem a pretensão de se apontar culpados pelo panorama preocupante que ora se apresenta, é fundamental que sejam suscitados amplos debates no âmbito das três esferas (local, estadual e federal) e poderes (executivo, legislativo e judiciário) para que se possa identificar e entender com nitidez as causas, as omissões e as falhas que têm contribuído para tal situação. Isso sem deixar de lado a experiência e a opinião dos munícipes marajoaras.

Ao considerar-se a população de 533.397 habitantes (IBGE, 2015) e a área territorial de 104.354 Km² (IBGE, 2010), a densidade demográfica da região é de 5,11 hab/Km² (em 2010 era de 4,66). Esse resultado é de um valor característico do vazio demográfico das Unidades Federativas da área da Amazônia brasileira.

Esse valor está abaixo da média paraense, que é de 6,55⁹ (IBGE, 2015). Não há um padrão na distribuição populacional entre os municípios marajoaras. Neste aspecto, Breves se

⁹ Densidade demográfica de uma região se obtém pela relação: população ÷ área territorial. Segundo o IBGE, a projeção da população paraense para 2015 é de 8.175.113 habitantes, distribuídos numa área de 1.248.000 Km². Outros valores: Rondônia 7,44; Tocantins 5,46; Amapá 5,37; Acre 5,27; Amazonas 2,51 e Roraima 2,25.

destaca com a maior população, estimada em 98.231 habitantes, e Santa Cruz do Arari com a menor população, com 9.417 habitantes (IBGE, 2015). Com exceção de Breves, Salvaterra e Soure, os demais municípios apresentam mais munícipes na área rural do que na área urbana.

Ao levarem-se em consideração os dados do Censo do IBGE de 2010, pode-se observar na Tabela 1 a distribuição da população ao longo dos municípios, com a devida classificação por local de residência:

Tabela 1- Dados demográficos com acréscimo das populações urbanas e rurais do Marajó, em 2010

Município	População	População urbana		População rural	
		Hab.	%	Hab.	%
Afuá	35.017	9.478	27,07%	25.539	72,93%
Anajás	24.771	9.492	38,32%	15.279	61,68%
Bagre	23.855	10.652	44,65%	13.203	55,35%
Breves	92.865	46.561	50,14%	46.304	49,86%
Cachoeira do Arari	20.460	7.365	36,00%	13.095	64,00%
Chaves	21.138	2.500	11,83%	18.638	88,17%
Curralinho	28.582	10.938	38,27%	17.644	61,73%
Gurupá	29.060	9.580	32,97%	19.480	67,03%
Melgaço	24.789	5.499	22,18%	19.290	77,82%
Muaná	34.237	14.523	42,42%	19.714	57,58%
Ponta de Pedras	25.989	12.429	47,82%	13.560	52,18%
Portel	52.166	24.846	47,63%	27.320	52,37%
Salvaterra	20.184	12.681	62,83%	7.503	37,17%
Santa Cruz do Arari	8.163	4.001	49,01%	4.162	50,99%
São Sebastião da Boa Vista	22.890	9.907	43,28%	12.983	56,72%
Soure	22.995	21.009	91,36%	1.986	8,64%
Total	487.161	211.461	43,40 %	275.700	56,60%

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor (2015).

Por meios dos dados, constata-se a predominância da população rural, chamando atenção a disparidade entre as proporções de 88,17% de população rural em Chaves e 91,36% de população urbana em Soure.

Um estudo sobre o sistema agrário da Mesorregião do Marajó revelou a intensa articulação externa advinda do processo de colonização europeia à integração mais efetiva à economia nacional. Seus momentos de ápice econômico devem-se muito mais à articulação com a economia mundo, de cada época, do que com a formação econômica brasileira, como o ciclo da borracha. Essa situação, segundo Souza (2002), só foi alterada de forma relevante a partir da segunda metade do século XX, porque há uma maior aproximação do Estado nacional brasileiro, mediante políticas públicas sociais, e mais recentemente por meio das políticas públicas ambientais (Brasil, 1981; BRASIL, 2007a).

Ao longo do processo de formação social, os municípios marajoaras têm se garantido à base de uma estruturação de formas de vida e reprodução com baixos padrões de qualidade. Há de se considerar também que a precariedade de acesso aos serviços coletivos sempre restringiu o potencial de desenvolvimento econômico sustentável da região. Conforme Brasil (2012a), os atuais indicadores sociais mostram uma dependência das famílias em relação aos programas sociais de transferência de renda do governo federal, os quais têm contribuído para apoiar o processo de organização familiar e reduzir vulnerabilidades sociais.

Como consequência da precariedade dos serviços públicos, as áreas de faveladas se proliferam pela periferia de todas as cidades da região (PARÁ, 2015c), em terrenos alagáveis ou alagados, onde aparentemente não há condições de fixação imediata. Em geral são prolongamentos de logradouros já existentes, consolidados ou não, e que por não possuírem limites definidos são ocupados sistematicamente. Conforme ressalta Brasil (2012a, p. 23):

[...] o que se observa é um processo de migração [...] para a cidade com a formação das chamadas ‘invasões’ de terrenos próximos às áreas de periferia, muitas vezes, sem qualquer planejamento, o que vem incorrendo em casos de intensa vulnerabilidade social dessa população.

Há três motivos para a ocupação: primeiro pela necessidade imediata da construção da casa própria por quem mora de aluguel na cidade; segundo pela vontade do ribeirinho em ter um lote na cidade no qual possa morar no futuro; terceiro pela ação de especuladores que ocupam o terreno e depois vendem para terceiros, mediante apenas um recibo sem valor legal.

Em decorrência desses avanços sobre áreas precárias, os serviços públicos, já exauridos, não acompanham a crescente demanda por fornecimento de água potável, saneamento básico, segurança e educação. Mas as novas ocupações não fazem pressão somente sobre o poder público, demandam matéria prima (madeira) para a construção de habitações, pontes de acesso e cercas para definição dos lotes, conforme mostram as fotos 1 e 2 abaixo. Em geral, as ocupações se dão por esbulho possessório e são organizadas por grupos oportunistas que têm interesse em negociar lotes após a concretização da ocupação¹⁰.

Durante uma pesquisa de campo da Disciplina Planejamento e Gestão Urbanos novembro de 2014 (fotografias 1 e 2), foram visitadas áreas periféricas da cidade de Breves. Com destaque para os acessos da área de expansão Cajual no bairro do aeroporto, cuja precariedade pôde ser notada nas vias de acesso e na ausência total de saneamento básico.

¹⁰ Entre 2010 e 2015, Relatórios de Inteligência do 9º Batalhão de Polícia Militar-Breves, identificaram 13 áreas de ocupação em sua circunscrição (MR dos Furos de Breves e MR de Portel). No mesmo período foram expedidos 17 mandados de Reintegração de Posse para execução por parte da Polícia Militar do Pará em localidades do território marajoara. Banco de dados da SEGUP.

Fotografias 1 e 2- Pesquisa de campo da Disciplina Planejamento e Gestão Urbanos com destaque para os prolongamento de ruas na área de expansão Cajual na cidade de Breves, novembro de 2014



Fonte: Antonio Colares (2015).

As imagens demonstram a situação de improviso dos acessos e das próprias habitações, bem como o flagrante de furto de energia elétrica por meio de condutores inadequados e posteamento de madeira improvisado. Entretanto, a situação mais crítica se dá na aquisição de água para o consumo humano, que é adquirida em poços de boca aberta (cacimbas), em córregos naturais ou mesmo com a drenagem das águas pluviais. Em todos os casos, não há tratamento adequado, o que ocasiona a persistência das doenças que afetam a pele e o sistema digestivo humano e também de animais domésticos.

Em 2012, o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) divulgou um estudo intitulado Indicadores de Vulnerabilidade do Pará (PARÁ, 2012a), comparando os indicadores das 12 RI, com dados de 2010. Foram pesquisados oito eixos temáticos: Renda, demografia, educação, saúde e saneamento, segurança, mercado de trabalho, economia e meio ambiente. Também, dezoito indicadores: Taxa de pobreza, Produto Interno Bruto (PIB) per capita 2009, razão de dependência (demografia), taxas de analfabetismo entre 15 e 19 anos, taxa de mortalidade infantil, taxas de atendimento de saúde, taxa de homicídios, taxas de emprego e desemprego, percentual de desmatamento e outros.

Os resultados em relação a RI do Marajó foram preocupantes. Entretanto, entre os oito eixos temáticos, o Marajó apresentou resultados satisfatórios na segurança pública, com a menor taxa de homicídios e também em relação ao meio ambiente, quando apresentou a segunda menor taxa de desmatamento sobre áreas remanescentes referentes ao ano de 2011. Também, apresentou a menor taxa de mortalidade geral. Nos demais eixos temáticos e indicadores, os resultados foram considerados como ruins ou péssimos, conclusões que exigem atenção para os resultados das ações governamentais na região (PARÁ, 2012a).

A dimensão territorial da MSR do Marajó poderia não ser um obstáculo ao desenvolvimento regional, entretanto a formação natural dessa porta de entrada da Amazônia interfere e limita o contexto do processo. Com exceção das cidades localizadas na porção nordeste da ilha grande de Marajó (Cachoeira do Arari, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure), que estão conectadas entre si por estradas de rodagem, as demais são totalmente isoladas e só possuem acesso por meio fluvial ou aéreo. Esse isolamento natural afeta diretamente a autonomia do deslocamento intra e intermunicipal das populações urbanas, assim como também limita as relações comerciais e desestimula os investimentos externos.

A Mesorregião possui baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹¹, o qual é calculado e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (MAGALHÃES, 2014, p. 37). Os dados divulgados no ano de 2010 refletem posições extremamente preocupantes dos municípios marajoaras dentre os 5.570 que compõem o território brasileiro, conforme podemos observar no Quadro 2:

Quadro 2 - Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios marajoaras, ano 2010

Posição	Município	Índice
3796°	Soure	0,615
3957°	Salvaterra	0,608
5002°	Ponta de Pedras	0,562
5081°	São Sebastião da Boa Vista	0,558
5098°	Santa Cruz do Arari	0,557
5244°	Muaná	0,547
5253°	Cachoeira do Arari	0,546
5502°	Gurupá	0,509
5520°	Breves	0,503
5524°	Currálinho	0,502
5543°	Afuá	0,489
5550°	Anajás	0,484
5553°	Portel	0,483
5558°	Bagre	0,471
5560°	Chaves	0,453
5565°	Melgaço	0,418

Fonte: IPEA (2014). Dados do Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

O município de Melgaço detém o pior IDHM da ilha do Marajó e do estado do Pará (MAGALHÃES, 2014, p. 37), e reflete não só uma realidade atual, mas o resultado do processo histórico que tem sido desfavorável para toda a Amazônia desde o início de sua ocupação e exploração.

¹¹ O IDHM mede o progresso a partir de três dimensões: renda, saúde e educação (PNUD, 2010).

Do ponto de vista da coesão regional, há uma limitação profunda em garantir uma articulação eficiente, pois regionalmente existe uma tripla polarização entre Belém – PA, Breves – PA e Macapá – AP. Belém polariza as cidades de Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista. Breves polariza Bagre, Curralinho, Anajás, Melgaço e Portel. Macapá polariza Afuá, Chaves e Gurupá. A polarização se dá em decorrência da carência de oferta de serviços públicos e particulares de média e alta complexidade nos municípios polarizados, que pela disponibilidade de tais serviços nos centros mais equipados acabam por desenvolver essa interdependência.

A interdependência favorece financeiramente o comércio e os prestadores de serviço de Belém, Breves e Macapá, em detrimento daqueles instalados nos municípios menos estruturados. Nos casos de Belém e Macapá, a diferença de infraestrutura em relação aos polarizados é absurda, pois além da concentração dos serviços, os usuários aproveitam a viagem para realizar compras de varejo e atacado, devido ao preço mais em conta dos produtos, o que desfavorece o comércio regional. Do mesmo modo, ocorre com os fornecedores de produtos primários (madeiras, açaí, farinha, pescados e frutas regionais), que ao venderem suas mercadorias, aproveitam para realizar compras e transações financeiras.

Outra situação extremamente desfavorável e que afeta o desenvolvimento regional é o fato de não haver uma política governamental de integração regional por meio da mobilidade fluvial. Exemplo emblemático é a inexistência de linhas de transporte fluvial que integrem os municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari com os demais municípios marajoaras situados ao sul. Para se realizar uma viagem entre Soure e Muaná, por exemplo, é necessário se deslocar para Belém, que serve de entreposto entre os dois municípios. De forma similar, para se deslocar de Breves para Afuá ou Chaves é necessário utilizar como entreposto as cidades amapaenses de Santana e Macapá. Basicamente, as linhas existentes pertencem à iniciativa privada.

Em relação à formação étnica, é relevante a afirmativa descritiva de Cristo (2007, p. 38), sobre as origens e identidades do morador da Amazônia brasileira:

A heterogeneidade humana da Amazônia é uma de suas características marcantes, pois a mesma é constituída por pessoas que vivem no espaço urbano e rural – caboclos, quilombolas, povos indígenas, pescadores, coletores, camponeses, ribeirinhos, povos das florestas, trabalhadores sem terra, assentados, pequenos agricultores, colonos, imigrantes, entre outros [...] constitui um espaço de encontro entre diversas culturas, que formam e enriquecem a cultura amazônica, que ao mesmo tempo é plural e singular.

Entretanto, segundo Filho (1997 apud CRISTO 2007), o caboclo, o índio e o trabalhador rural são tidos, aos auspícios do senso comum, como apáticos e responsáveis pela própria pobreza, agregando ao termo “caboclo” uma dose injusta de discriminação. Para Filho (1997 apud CRISTO, 2007, p. 40), “A ideologia racista existente no Brasil desde o século XIX contribuiu com a ideia de superioridade das ‘raças puras’ e inferioridade dos mestiços – caboclos”.

O “ser marajoara”¹² é indiferente às dificuldades cotidianas, seja ele o habitante dos campos, o morador da costa atlântica ou o ribeirinho dos transbordos do gigante rio Amazonas, e sobrevive mergulhado em seu mundo de extrema rusticidade e pouco conforto, mas carregado daquela alegria que é peculiar dos interioranos. Seria pretensioso e descabido tentar padronizar o “ser marajoara” a partir da origem racial, porque na região dos campos, o sangue negro predomina; no centro da ilha Grande de Marajó, o traço indígena é muito forte; e no sul, há intensa presença de estrangeiros e viajantes que, no século XX, deixaram como herança uma população mesclada, com leves traços caboclos.

Conforme ressalta Cristo (2007, p. 40), “As especificidades desta população exige um olhar que possa contribuir, para que tanto os fatores históricos e socioculturais, quanto os educacionais, reflitam contextos heterogêneos da Amazônia”. Apesar de a região estar localizada entre duas capitais estaduais, ela se caracteriza por ter uma economia de base puramente primária, como se seu destino e seu papel fosse de mero fornecedor de matérias primas, perenizando a tradicional concepção de ruralidade descrita por Souza (2005, p. 7):

[...] o rural sempre foi visto como lugar que não precisa de grandes investimentos, pois para trabalhar a terra cuidar de animais, pescar, tirar os produtos da floresta, não envolve muitos investimentos. A educação a ser dada não requer muita preparação, nem muitos recursos, nem muita qualidade e atenção.

Essa afirmativa reflete a necessidade imperiosa de haver mais sensibilidade, conhecimento, cautela e paciência ao se pensar nas intervenções que objetivem desenvolver a região a partir da quebra ou mudança de paradigmas, a fim de evitar equívocos e novos fracassos.

¹² Ser marajoara” é uma expressão criada pelo autor. Cidadã(o) morador(a) do território no meio urbano ou rural, sem etnia, religião ou classe social definidas, nascido ou não nele, que se define e auto intitula “marajoara” de modo consciente, afetuoso e vigoroso, com um orgulho que não cabe em si que chega a transbordar de muito amor por sua terra-mãe. Sentimento de pertencimento exacerbado. Não se deve confundir com a expressão “amazônida marajoara”, que é uma das definições de especificação para o nativo e/ou habitante do Marajó.

Nas palavras da pedagoga Manuelle Espíndola dos Reis, do quadro da Prefeitura Municipal de Breves, a educação no interior do município se processa da seguinte maneira:

É uma educação muito fragilizada, primeiro porque apenas 40% dos professores têm formação de nível superior (esses dados estão registrados no Plano Municipal de Educação) e segundo porque nenhuma escola do interior possui corpo técnico. As atividades administrativas dessas escolas ocorrem dentro da própria Secretaria Municipal de Educação – SEMED, fazendo com que sigam o projeto político-pedagógico elaborado pela própria SEMED (M. E. dos Reis, entrevista concedida ao autor em 2016, não paginado).

Ainda segundo Manuelle (REIS, 2016, não paginado): “Isso é ruim para as comunidades do interior, pois a educação oferecida ainda não está atrelada a um processo de desenvolvimento do campo, mas tão somente ao processo de ensino-aprendizagem. Ainda não se pensa a partir da escola potencializar a capacidade produtiva das comunidades”. Enfim, o interior é extremamente carente de educação.

Pensar o Marajó a partir do ponto de vista de suas limitações e dificuldades pode ofuscar suas potencialidades, e por mais que pareça difícil aceitar, o “ser marajoara” está adaptado a esse modo de vida. É bem verdade que o olhar dominante sobre o que é aceito como padrão mínimo de qualidade de vida tem cunho europeu e desconsidera a maneira peculiar de se relacionar com o mundo que as populações da Amazônia têm. Nessa direção, difere do padrão capitalista, que busca nivelar as culturas e entronizar a ideia de capital e consumo, de domínio do ser humano sobre a natureza, da felicidade atrelada ao acúmulo de bens materiais, da desconstrução da moralidade e da banalização do crime e da violência.

3.4 Localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves

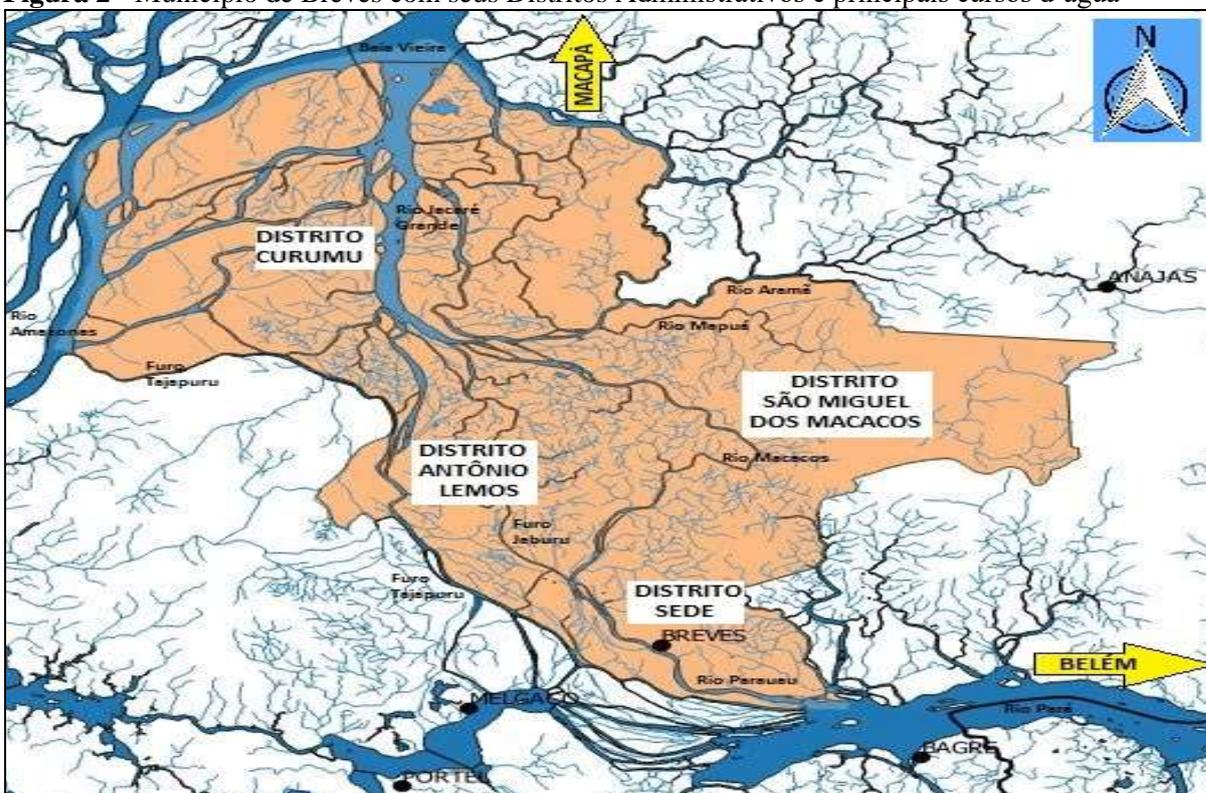
O município de Breves é o mais populoso da região, com cerca de 98.231 habitantes (IBGE, 2015)¹³ e também o de maior população urbana. Pouco menos da metade desse contingente habita as centenas de vilas e localidades ribeirinhas da zona rural. Concentra o comércio mais dinâmico, possui a maior rede de órgãos públicos de todas as esferas e também a maior quantidade de empresas prestadoras de serviços e profissionais liberais. Por abrigar a

¹³ O censo populacional de 2010 contabilizou uma população de cerca de 92.865 habitantes, em que pouco mais da metade (50,14%) vivia na cidade. Além da população residente, há um fluxo diário de munícipes de Anajás, Bagre, Curralinho, Melgaço e Portel, entre segunda e sexta-feira, por conta dos serviços públicos e bancários oferecidos na cidade. Segundo estimativas, a população flutuante g

serviços ainda continuam pouco ou mesmo inexploradas, principalmente as relacionadas à manipulação industrial de alimentos, à tecelagem, ao artesanato refinado e ao turismo.

Por apresentar uma infraestrutura de serviços públicos e privados diferenciados, a cidade irradia sua influência por toda a região, por isso recebeu o título simbólico de Capital das ilhas, título atribuído em decorrência dos dividendos dos tempos áureos das grandes madeiras. Os municípios vizinhos, por serem menos estruturados, acabam sendo polarizados como se fossem bairros distantes. Os mais influenciados são Bagre, Currallinho, Melgaço, Portel e Anajás. A figura 2 mostra a proximidade das sedes municipais:

Figura 2 - Município de Breves com seus Distritos Administrativos e principais cursos d'água



Fonte: Base digital Quantum Gis. Elaborado pelo autor (2016).

Gurupá e Afuá mantêm pequena dependência por conta das representações regionais da saúde, educação e segurança pública do Governo do Estado, mas são polarizados, de fato, pelas cidades amapaenses de Santana e Macapá.

A porção sul do Marajó, historicamente, teve sua economia pautada no extrativismo, em especial na extração de madeira e palmito, fatos decisivos que moldaram a paisagem regional e o comportamento socioeconômico. Mas a exploração dos recursos naturais pouco ou nada contribuiu para mudar a realidade de pobreza e exclusão social. Segundo Brasil (2012a, p.), o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconheceu a preocupante realidade que assola o povo marajoara:

Neste sentido, a sociedade local tem demandado dos governos e seus entes federados a constituição de uma agenda de ações coordenadas e estratégicas para o desenvolvimento de soluções imediatas da vulnerabilidade e risco social das populações do Marajó, bem como, para articular as organizações sociais a fim de potencializar as capacidades institucionais dos municípios que constituem o território, de modo que se tornem sujeitos e possam ter papel protagonista na promoção do desenvolvimento da região.

Como se depreende de Pará (2015b), sem exceções, todos os municípios do Marajó ocidental têm base econômica pautada no extrativismo e suas respectivas cadeias produtivas.

Diante da divulgação do IDHM da região (MAGALHÃES, 2014, p. 37), surgiram ações reativas, dentre elas, em 2007, o “Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó” que, referenciado pelo PAS (BRASIL, 2007c), tinha como objetivo o desenvolvimento humano, integral e solidário de todo o Marajó. Porém a ação integrada entre as esferas federal, estadual e municipal não se concretizou, reduzindo o plano a uma carta de intenções. Entretanto, um ponto positivo foi o reconhecimento de que a região, assim como outras carentes na Amazônia, necessitava de uma atenção diferenciada que considere suas peculiaridades naturais e comportamentais.

Assim como os demais municípios da região, Breves apresenta IDHM preocupante e a população apresenta elevada vulnerabilidade social (PARÁ, 2015b). Nas últimas décadas, a paisagem urbana e a rural passaram por transformações profundas, motivadas pelas oscilações do ciclo da indústria madeireira. Em 2008, por meio do Decreto nº 6. 321 de 21 de dezembro de 2007 que dispõe sobre ações relativas prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, a extração da madeira sem projeto de manejo foi proibida no Estado (BRASIL, 2007d). Imediatamente, o Marajó sofreu impactos profundos.

Mas diferentemente do que se imaginava, o município não estagnou e continuou a crescer em todas as áreas. Os governos federal e estadual passaram a disponibilizar recursos e financiamentos que, em médio prazo, compensaram os impactos do fechamento das grandes madeiras. A ampliação dos programas sociais de transferência de renda, obras de infraestrutura urbana e financiamentos para aquisição, construção e reforma da casa própria foram alguns dos meios encontrados pelo poder público para a circulação de capitais na região. A grande presença de servidores públicos na cidade impulsiona a economia e gera, direta e indiretamente, postos de trabalho no comércio, nos serviços e na construção civil.

Dois importantes testemunhos resumem a dimensão da capacidade da economia e do mercado brevese: Teresinha Almeida, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Breves (ACIAB) e da Câmara de Diretores Lojistas (CDL) relatou, em 2016:

O comércio em Breves ainda está aquém do que pode produzir, pois apenas cerca de 30% dos comerciantes são associados à ACIAB e CDL, por pura falta de consciência dos benefícios que a união pode trazer para a classe. Ainda há nichos de mercado pouco explorados por conta da visão limitada do empresariado local e da baixa qualificação do capital humano. Como gerador de postos de trabalho fica atrás apenas do funcionalismo público.

Teresinha Almeida também ressaltou que “[...] a profissionalização do capital humano é fundamental para a potencialização do ramo da prestação de serviços, com destaque para os trabalhadores dos restaurantes e dos hotéis”. Reginaldo Sarrafy, empresário local, acrescenta:

A qualificação da mão de obra em Breves hoje se dá basicamente por investimento do próprio empresário, pois o Poder Público não investe em mecanismos que sanem as demandas. Para viabilizar nossas atividades empresariais, houve a necessidade de se trazer de Belém especialistas e profissionais qualificados. Atualmente, a Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR desponta como opção na oferta de cursos de qualificação e que tem ajudado no aperfeiçoamento do capital social na região como um todo.

Os depoimentos se complementam e reforçam a necessidade imperiosa de haver mais foco no empoderamento do cidadão e da cidadã, para que eles mesmos apontem os caminhos para um desenvolvimento participativo, solidário e sustentável.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, antes não existia tal preocupação, pois com a ausência de políticas direcionadas, cada um agia de acordo com seus interesses. Então, se estabeleceu um processo de insustentabilidade na gestão ambiental, como em toda Amazônia. Para Mello e Costa (2012), isso representa um desafio na busca por um modelo de desenvolvimento com economia uma racional de recursos florestais, cujo desenvolvimento social e econômico concilie a conservação da natureza e das diferentes culturas autóctones.

Fotografia 3- Área portuária e comercial da cidade de Breves às margens do Rio Parauaú com destaques para a Igreja Matriz e a imagem de Santana, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Como o declínio do setor madeireiro, há mudanças significativas no cenário socioeconômico regional. No início de 2009, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou o processo de criação dos assentamentos agroextrativistas no município de Breves (INCRA, 2008), o que promoveu avanços diferenciados no processo de regularização fundiária e estabeleceu nova política de desenvolvimento para as áreas ribeirinhas; no entanto, não houve impacto direto na produção agropecuária regional. Com relação à agricultura, nas terras brevenses, Herrera (2003, p. 41) faz a seguinte afirmação:

[...] Há uma situação de estagnação da produção agrícola em Breves. O perfil da estrutura produtiva é de agricultura de subsistência com pouca capacidade de inserção no mercado, devido à baixa produtividade, ausência de crédito para investimento em custeio e tecnologia. Além disso, as esferas de governo têm dificuldade de consolidar uma política agrícola para a região das ilhas.

De 2003 até os dias atuais, a situação pouco mudou, a agricultura encontra limitações por conta da fertilidade (pobreza mineral) do solo e da carência de assistência técnica.

Essa situação de baixa tecnologia e produtividade da agricultura também é extensiva à pecuária e à piscicultura. Mas não é demais lembrar que essa característica não representa atraso em relação ao modelo do agronegócio, mas uma característica de âmbito cultural e de forte base histórica. Segundo Vaz Filho (1996 apud HERRERA, 2003, p. 70):

Os ribeirinhos da Amazônia possuem uma cultura rica e original, herdada em parte dos seus ancestrais ameríndios, onde se destacam a crença em 'seres encantados', que habitam as matas e os rios, e um respeito muito grande pela natureza. A sua adaptação ao ecossistema regional é considerada como ótima devido a uma relação de equilíbrio, cujas bases foram firmadas ao longo dos últimos 400 anos, quando essa população teve as suas culturas particulares destruídas e passou por um processo de homogeneização, que se deu fundamentalmente através das missões jesuíticas (tupinização) e do 'Directorio dos Índios' pombalino. Mesmo com a ação desorganizadora dos portugueses sobre o padrão cultural ameríndio, a atual cultura dos ribeirinhos é profundamente marcada por essa matriz.

A realidade é que há uma resistência governamental em aceitar a cultura diferenciada dos ribeirinhos. Há de se entender que o clima, o tempo, o deslocamento e as características culturais do homem devem nortear a concepção de toda e qualquer ação nessas localidades. Entretanto o que se percebe é a tentativa persistente de se querer urbanizar os interioranos.

Como consequência de uma política nova de sustentabilidade, foi aprovada a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a qual Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, alterando as Leis nº

10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006 na qual foi instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com o objetivo promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza, exercendo atividades de conservação dos recursos naturais do meio rural nas áreas definidas, com ênfase também nos beneficiários.

Em consequência dessa nova postura da política federal, a Superintendência Regional do INCRA no Pará criou novos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) na região do Marajó, o que, de imediato, beneficiou cerca de 2.602 famílias ribeirinhas, numa área total de 5.486 hectares e investimentos orçados em quase R\$ 2 milhões em créditos de moradia e de apoio à produção, garantindo também a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) pelo MDA, para aproveitamento dos recursos naturais e incentivo à produção local. Diante da realidade de servidão e submissão há séculos imposta, tais eventos estabeleceram paradigmas e horizontes inimagináveis até então (INCRA, 2008).

Nesse contexto de redefinição do conceito de ocupação e de reorganização da estrutura institucionalizada dos assentamentos rurais na Amazônia, passou-se a considerar também os ribeirinhos como assentados, suprimindo a figura do “proprietário ou patrão” de áreas enormes e rios. Foram criados dezenove assentamentos rurais no município de Breves, com o apoio fundamental do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Breves (STTR/Breves). Do ponto de vista da reordenação do espaço rural, houve uma revolução, pois até então praticamente nenhum morador de rio se intitulava dono do espaço que habitava e sempre existia a figura do poderoso proprietário que não conhecia.

Essa configuração representou autonomia para a realização de mais ações locais de cunho dinâmico, descentralizado e com maior participação social. Além de definirem as novas bases do desenvolvimento rural, elas passaram a fomentar o controle social e a gestão compartilhada dos projetos e programas governamentais. O fator gestão em áreas de preservação passou a ser uma novidade no tocante à cultura individualista, familiar e dispersa dos ribeirinhos. De modo paralelo aos avanços institucionais e ao amadurecimento das representações comunitárias, as lideranças mais antigas vêm sendo substituídas pelas mais jovens, que são mais instruídas, articuladas e proativas.

Em fevereiro de 2015, quando da realização da disciplina Gestão de Unidades de Conservação e de Áreas Protegidas, foi feita visita ao presidente da Associação de Moradores do PAE Ilha de Santo Amaro, o senhor Manoel Maria Viana Rodrigues popular “Meiota” (Fotografias 4, 5, 6 e 7), ocasião em que o mesmo relatou melhorias nas condições de vida das famílias residentes na ilha:

A vida melhorou muito aqui. Quando a gente não tinha a assistência do INCRA chegávamos a passar fome. Hoje tudo mudou. Temos a Bolsa Família e a Bolsa Verde. Agora tenho minha casa a qual eu jamais teria condições de ter construído sozinho e também temos o fomento para cuidar dos açaiçais [...] no ano de 2014 vendi mais de 50 latas de açaí daqui mesmo do meu quintal e isso me ajudou a sustentar minha família.

Ele relatou também que antes do assentamento vivia em condições de extrema pobreza. Os avanços continuam com a disponibilização de novas formas de financiamento, cadastramento de novas famílias beneficiárias, tecnologias experimentais para tratamento da água (do rio e da chuva) e saneamento básico com a construção de sanitários em alvenaria e fossas sépticas.

Fotografias 4 e 5 – Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação em visita e entrevista com o Presidente da Associação de Moradores do PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Fotografias 6 e 7 – Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação em visita e entrevista com o Presidente da Associação de Moradores do PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Além das PAE, também existe no interior do município uma área econômica e socialmente diferenciada, a RESEX Mapuá. Segundo Magalhães (2014, p. 50), “[...] a proposta de criação dessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável - RESEX Mapuá surgiu a partir da demanda social impulsionada pelos moradores da área que hoje compreende a reserva e de pessoas da sede municipal de Breves”. Fica localizada no nordeste de Breves, fronteira com Anajás e São Sebastião da Boa Vista, conforme a figura 3:

Figura 3- Localização da RESEX Mapuá no município de Breves



Fonte: Base digital Quantum Gis. Elaborado pelo autor (2016).

A RESEX tem território delimitado ao sul e oeste pelo Rio Mapuá, que nasce de um conjunto de lagos e igarapés, cujas coordenadas são 01°19'3,92''s e 49°58'22,52''w; sua foz ocorre na confluência com o Rio Aramã (RENÓ; RENÓ; SANTOS, 2010, p. 22), bem em frente à vila dos Félix, notável localidade na rota fluvial entre Breves e Anajás.

Nessa RESEX, se encontra a organização social mais evoluída do interior do município de Breves, a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá (AMOREMA), que trabalha em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), órgão federal responsável pela gestão da área. Do mesmo modo, como ocorre nas demais localidades do interior, as lideranças mais jovens, aos poucos, assumiram a administração da associação. Isto tornou mais dinâmico o processo de integração com outras entidades governamentais e não governamentais de âmbito local, estadual e federal de interesse comum, demonstrando o interesse pelo protagonismo social.

Na AMOREMA, o poder de articulação pode ser notado pelos avanços obtidos no processo de consolidação do plano de uso, que vem sendo amadurecido desde o ano de 2009 e somente será definido neste ano de 2016, após todos os trâmites técnicos e legais exigidos. Dentro dessa mesma dinâmica, foram retomadas as reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá no ano de 2014, após dois anos de paralização. Isto demonstrou, segundo Souza et al. (2009 apud MAGALHÃES, 2014, p. 41), a evolução e o amadurecimento entre os cidadãos locais, diferente do tempo em que “[...] os ribeirinhos tinham que pagar cerca de 20% de sua produção pelo uso da terra”.

Fotografia 8 - Reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá na Comunidade Santa Rita do Cumaru com participação do Prefeito Municipal, 13 de fevereiro de 2016



Fonte: Prefeitura Municipal de Breves (2016).

Fotografia 9 - Abordagem das demandas de Segurança Pública e Defesa Social na Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá, 13 de fevereiro de 2016



Fonte: Prefeitura Municipal de Breves (2016).

O Conselho Deliberativo da RESEX de Mapuá foi criado com a publicação da Portaria 039/2008 no Diário Oficial da União, em 25 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo da Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação. O Art. 2 discorre acerca das 25 representações entre ICMBIO, comunidades da RESEX, órgãos públicos locais e também estaduais.

Magalhães (2014, p. 48) descreve minuciosamente o cotidiano do ribeirinho em Mapuá em sua relação harmoniosa e anfíbia com os cursos d'água daquela área:

Durante a pesquisa de campo identificou-se o quão a dinâmica das águas dos rios é fundamental para a sobrevivência da população que reside na reserva, seja como vias de acesso, alimentação básica de subsistência com a pesca artesanal de peixes característicos da região, higiene pessoal, uma vez que a maioria das casas não possui água encanada até os banheiros, espaços legítimos de lazer, vias de escoamento das produções e elemento identitário fundamental das comunidades ribeirinhas.

Essa descrição se aplica praticamente a toda a região. O rio é a matriz que unifica as localidades, ao mesmo tempo em que as separa e isola. É ele que, com o vaivém das marés, dita o ritmo do deslocamento, os horários de saída e de chegada, fazendo entender a dinâmica de vida do ribeirinho marajoara.

Herrera (2003, p. 106), na construção do quadro de cenários referentes ao diagnóstico socioambiental das comunidades do rio Mapuá no município de Breves, na variável "Participação Social" do quadro "Dimensão Social", obteve o seguinte resultado:

- 1- Baixa participação social, com predomínio de relações de parentesco.
- 2- Perfil individualista nas ações da população local;
- 3- Motivação para o associativismo limitada a cultos, festejos e associações de natureza religiosa;
- 4- Predomínio de intrigas e pequenos conflitos entre os grupos, que carecem de oportunidades de inserção econômica e social;
- 5- Ausência nas dinâmicas participativas promovidas pela Prefeitura devido ao isolamento e dificuldade de transporte;
- 6- Ações clientelistas de grupos políticos desarticulam a participação social efetiva.

Esse quadro de cenários foi uma construção coletiva da equipe responsável pelo diagnóstico na época e que era formada por moradores locais.

O ser humano, independente das adversidades, mantém um apego às suas raízes pátrias. Sobre a cumplicidade do marajoara com a terra, Neto (2005, p. 77) bem define:

[...] de um lado, os campos, oferecendo um modo de vida próprio com suas fazendas, a pecuária e seus fenômenos sociais e econômicos, idiossincráticos; de outro lado, a zona da mata, parte ocidental da ilha completamente distinta, onde homem e meio se interpenetram, resultando daí condições sazonais [...] deste lado o rio domina a vida.

O mesmo afirma haver uma sinergia dinâmica e indissociável entre o marajoara e sua terra-mãe, principalmente aquele que mora ou passa a maior parte do tempo na área rural, que forçosamente é levado a estar mais próximo da natureza e com ela interagir intensamente para vencer o desafio da labuta exigente, intensa, prazerosa e, às vezes, sofrida. Com isso, os marajoaras, sobretudo os mais pobres, cotidianamente lançam mão de sua experiência de vida para, com criatividade e persistência, sobreviver e avançar com seus próprios recursos.

Sobre a essa sobrevivência do marajoara, se aplicam os estudos de Lévi-Strauss sobre ciência “primeira” ou bricolagem. Para o antropólogo, o *bricoleur* “[...] é o que trabalha com as mãos, usando meios indiretos se comparado com os do artista” (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 38). Oriundo do francês, o termo bricolagem significa um trabalho manual feito de improviso e que aproveita materiais diferentes (NEIRA; LIPPI, 2012). Então, para esses autores, o *bricoleur* inventa maneiras de operar com os meios de fortuna, na maioria das vezes se vale de materiais que se desviam de seus princípios ou finalidades originais e que, em algum momento são encontrados, recolhidos e guardados para possível utilização futura.

A desconsiderarem-se os municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e a contra costa de Chaves, a área rural de Breves é muito similar a dos demais municípios, por esse motivo foi escolhida para realização da pesquisa de campo. O comportamento ribeirinho em suas relações comunitárias e com a sede municipal são bem similares. Essa caracterização fortalece a esperança de que se pode planejar, com certa uniformidade, projetos de interesse local. Entretanto, mesmo na zona rural, há de considerar-se a importância da existência de vilas e povoados que polarizam o entorno, assim como as comunidades formadas por moradores dispersos em determinado curso d’água, mas que mantêm laços de convivência muito fortes por conta de algum equipamento público ou evento que os congrega de tempos em tempos. Essas duas situações merecem maior atenção.

Para fins de ilustração, citam-se algumas dessas vilas que se destacam na zona rural brevensense: Vila Corcovado, na margem esquerda do rio Parauaú (MAGALHÃES, 2014, p. 39); Vila Mainard, na margem direita do furo Jaburu (CRISTO, 2007, p. 105); Vila Intel, na margem esquerda do rio Parauaú; Vila Curumu, próximo à margem esquerda do rio Jacaré Grande; Vila dos Dias, na margem direita do furo Jaburu; Vila Monte Sinai, na margem esquerda do furo Jaburu; Vila Antonio Lemos, na margem esquerda do furo Tajapuru; Vila

São Miguel dos Macacos, na margem direita do rio Macacos; Vila Betel, na margem esquerda do furo Macujubim; Vila dos Félix, na margem esquerda do rio Aramã.

Quanto a influência regional do município de Breves; Herrera (2003, p. 38) concluiu:

No município de Breves pode se perceber uma forte convergência dos fluxos econômicos e sociais, o que o caracteriza como um mercado de intermediação de produto, fluxo de pessoas em busca de informações e serviços, pois a maior parte do sistema de infraestrutura econômica e social da mesorregião está instalada em Breves. [...] Essa condição eleva a cidade de Breves ao posto de importante organizador do espaço microrregional.

A infraestrutura diferenciada da cidade foi fundamental no processo de escolha. Breves é o termômetro da região. O fato de sediar as instâncias intermediárias do governo estadual e representações do governo federal faz com que dela emanem as principais decisões que impactam os outros municípios ou para onde confluem as demandas de caráter regional. Em âmbito regional, possui representações regionais da Saúde (SESPA), da Educação (URE), da Polícia Militar (CPR) XII, da Polícia Civil (SUDEPOL), do DETRAN e o Hospital Regional. Em âmbito federal, a UFPA, a IFPA e a 8ª Vara Federal do Trabalho.

Além da questão da infraestrutura da sede, o município é ponto estratégico na região por ser integralmente transpassado pelas principais rotas fluviais de passageiros e de cargas que interligam as capitais estaduais Belém - PA, Macapá - AP e Manaus - AM, distando cerca de 12 horas de viagem tanto de Belém como de Macapá. Enfim, o município de Breves é duplamente privilegiado: primeiro por estar estrategicamente localizado, e segundo por agregar à sua economia a dinâmica aduaneira e comercial que ocorre na Amazônia oriental.

A Figura 4 representa o trecho transpassado pelas rotas, nela é possível verificar que o município fica localizado praticamente no centro da Mesorregião do Marajó, o que lhe favorece a condição de ponto intermediário entre os demais municípios e também entre esses e as Capitais da Amazônia oriental. As fotografias 10 e 11 ajudam a ilustrar essa realidade:

Fotografias 10 e 11- Embarcações para transporte de passageiros e de cargas no sul do Marajó, 2014



Fonte: Banco de dados do CPR XII (2014)

4 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL NO MARAJÓ: “A ÚLTIMA FRONTEIRA”¹⁴

4.1 Síntese histórica da Polícia Militar no Marajó¹⁵

A partir da década de 1970, o Governo Federal voltou sua atenção para a integração da Amazônia ao plano nacional. Ao mesmo tempo Breves e Portel se destacavam na comercialização e exportação de madeira, assim como também florescia uma rica classe de fazendeiros criadores de gado bovino e bubalino nos campos naturais de Cachoeira do Arari, Chaves e Soure. Diante daquele cenário, o governo estadual passou a enviar regularmente pequenos contingentes de policiais militares para as cidades marajoaras. As urbes eram simplórias e de economia puramente primária, porém o corredor fluvial do Rio Pará era estratégico nas relações comerciais entre as capitais Belém - PA, Macapá - AP e Manaus - AM.

Apesar da proximidade geográfica com Capital do Estado, as forças de segurança pública sempre tiveram dificuldade em manter efetivos regulares na região. Até meados da década de 1970, as polícias militar e civil se faziam representar por um contingente de no máximo três ou quatro policiais militares e um Comissário indicado de maneira política em cada cidade. Pode parecer pouco, mas para a dinâmica pacata das cidades naquela época, era o suficiente. A partir de 1980, as cidades de Soure e Breves passaram a contar com contingentes de cinco policiais militares cada, que vinham destacados diretamente de Belém. Os Comissários foram gradativamente substituídos por Delegados de Polícia Civil de carreira.

Não havia quartéis da PMA na região, sendo que o contingente policial ficava sediado na Delegacia de Polícia Civil da cidade e à disposição do Delegado. Os policiais, em sua maioria, eram moradores de Belém e permaneciam em situação de serviço por até três meses na cidade onde serviam. As condições de trabalho eram precárias, o armamento era o antigo Mosquetão 7,62 mm modelo 968 – MQ 7,62 M968 doados pelo Exército Brasileiro e as raras viaturas eram veículos doados pelas Forças Armadas ou cedidos pelas Prefeituras municipais. Aos poucos, a tropa foi fixando residência nas cidades marajoaras, criando vínculos familiares e sociais que até hoje são lembrados por policiais aposentados.

¹⁴ “A última fronteira”: Frase impressa no rodapé dos primeiros documentos oficiais do Comando de Policiamento Regional XI – CPR XI ou CPR Marajó, quando passou a funcionar no ano de 2010 ao comando do CEL QOPM Marcos Machado Eismam. Na época era a única Região de Integração do Pará que não possuía um Comando de Policiamento Regional (CPR).

¹⁵ A síntese, de 1970 a 1994, foi construída a partir de recortes e fragmentos documentais fornecidos pelo 8º e 9º BPM e também a partir de relatos de policiais militares que já trabalharam ou que ainda trabalharam na região.

No ano de 1985, CPR III, sediado em Castanhal, passou a ser responsável pelo policiamento na região marajoara. O CPR III tinha como circunscrição um território que iniciava no município de Ananindeua e se estendia por todo o nordeste paraense. Com a incumbência de se estabelecer no novo território, foi criada a 2ª Companhia Orgânica do 5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM). Naquele ano, começaram a ser destacados policiais militares lotados no 5º BPM para servirem nas cidades de Soure e Breves. Em especial em Breves, Governo do Estado e a Prefeitura Municipal lançaram a pedra fundamental para construção do futuro 6º BPM, que infelizmente não se concretizou.

Em 1986, foi construído o quartel de Breves, sendo instalado o Destacamento Especial de Breves. Breves e Soure passaram a contar com efetivos de 17 policiais militares cada, sob o comando de um Oficial do Quadro de Combatentes. A circunscrição de Soure compreendia os municípios de Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Salvaterra e Soure, mas ainda não tinha um quartel. A circunscrição de Breves compreendia Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Melgaço, Oeiras do Pará, Portel e Sebastião da Boa Vista. Ambos os Destacamentos continuavam subordinados diretamente ao 5º BPM, sediado na cidade de Castanhal.

Em 1989 o destacamento passou a ser chamado de Pelotão Isolado de Breves, abrangendo os mesmos municípios. Em maio de 1992, foi criada a 5ª Companhia Independente de Polícia Militar (5ª CIPM), com sede em Soure, englobando o Pelotão de Breves. Não houve aumento de efetivo regional e a então nova Unidade continuou subordinada ao CPR III. Entretanto, houve avanço em relação à integração regional entre o norte e o sul do Marajó, pois as movimentações de policiais passaram a ser em caráter intrarregional, o que propiciou a intensificação das comunicações, informações, troca de experiências e conhecimentos entre os próprios policiais, alguns inclusive já residindo nas pacatas cidades marajoaras.

Pioneira no mundo, em 1992 é inaugurada em Soure a modalidade de Policiamento Montado em Búfalo, com a finalidade de atender ocorrências em locais de difícil acesso, principalmente nos campos alagados, onde esses animais estão adaptados às condições inóspitas do terreno. Conjugado com a montaria em cavalos da raça marajoara, a modalidade foi exitosa nos atendimentos aos casos de abigeato que ainda ocorrem com frequência nas fazendas do Marajó. O grupamento iniciou com quatro animais e em 2004 chegou a contar com um plantel formado por 18 animais das raças múrrah, mediterrânea, jafarabadi (búfalo do rio) e carabao (búfalo do pântano). Nesse mesmo ano de 1992, foi formada a primeira turma do Curso de Formação de Soldados PM (CFSD), com 30 alunos no quartel de Soure.

Fotografias 12 e 13- Policiamento Montado em búfalos do 8º BPM em Soure



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=imagens+policiamento+com+b%C3%BAfalos+em+Soure>>. Acesso em: 3 set. 2016.

O aumento da demanda por segurança pública fez com que em 1993 o Pelotão Isolado de Breves fosse transformado em 9ª Companhia Independente de Polícia Militar – 9ª CIPM, com um efetivo para cerca de 50 PM, desvinculado da 5ª CIPM – Soure, mas ainda subordinada ao CPR III, na época sediada em Capanema. Dessa forma, a MRS Marajó passou a ser atendida por duas Companhias Independentes de Polícia Militar. À 5ª CIPM estavam subordinados os Destacamentos Policiais Militares (DPM) de Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Salvaterra. À 9ª CIPM, os DPM de Anajás, Bagre, Curralinho, Melgaço, Oeiras do Pará, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Durante uma década inteira não houve mudanças significativas na estrutura organizacional da PMPA na região. Porém, em 1994, ocorreram novas turmas do CFSD nas cidades de Soure e Breves, com 30 e 31 formados, respectivamente, depois mais 30 em 1996 em Soure. Bicicletas e veículos quatro rodas foram adquiridos pelo Estado, inclusive três anfíbios doados pelo governo norte-americano, em 1992, que foram distribuídos em Soure, Breves e Portel. Armas de fogo de calibres 32 e 38 passaram a substituir gradativamente de vez os antigos fuzis MQ 7,62 M968. Quartéis ainda havia somente em Soure e Breves, os demais efetivos dos DPM ficavam alojados em imóveis alugados ou cedidos pelas Prefeituras.

A primeira tentativa de implantação da Filosofia de Polícia Comunitária foi na cidade de Breves, no ano de 2001, com a instalação de Postos de Policiamento Comunitário em cada bairro, onde policiais militares se revezavam durante as 24 horas de serviço, realizando rondas ostensivas a pé e em bicicletas. O projeto teve um começo animador, com a distribuição de efetivos regulares pela cidade e reuniões com a comunidade, entretanto a

proposta não se sustentou por conta da ausência de capacitação dos policiais militares e pouca colaboração da população, que na época não abraçou a causa. Também não havia políticas nos planos institucional e governamental que sustentassem a continuidade do projeto.

Por meio do Decreto 1.516, de 03 de outubro de 2003, a então 5ª CIPM foi transformada em 8º Batalhão de Polícia Militar (8º BPM), denominado “Batalhão Marajó” com sede em Soure e com circunscrição formada pelos municípios de Chaves, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Salvaterra e Soure. No mesmo ato, a 9ª CIPM foi transformada em 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), denominado “Sentinela do Marajó” sediado em Breves e circunscrição que abrangia Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista. Os Batalhões passaram a compor as unidades operacionais do CCIN.

Em 2002, os batalhões receberam embarcações regionais tipo barco, com motor de revés e movidas a óleo diesel. Elas eram totalmente fechadas e próprias para deslocamento de tropas de até 15 pessoas, porém lentas. Em 2005, a Companhia Independente de Policiamento Fluvial (CIPFLU) transferiu duas Lanchas de Ação Rápida (LAR) para os batalhões. Eram mais rápidas, porém sem cobertura. Movidas a diesel, eram econômicas e de maior autonomia de viagem. Com a chegada das novas embarcações, em 2008, a Marinha do Brasil passou a ofertar vagas para a SEGUP no Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (CETSP), profissionalizando os agentes de segurança pública.

Em meados de 2003 as bicicletas começaram a ser substituídas por motocicletas, fato que diminuiu o tempo de resposta nas ocorrências. Entretanto a novidade enfrentou óbices iniciais, pois havia dificuldades corporativas quanto ao abastecimento e manutenção dos veículos. As antigas viaturas modelo bandeirante foram substituídas por caminhonetes modelo S-0, o que facilitou o deslocamento de tropas. Os veículos anfíbios também foram definitivamente descarregados. Atualmente, todas as cidades possuem veículos tipo caminhonete e motocicletas. A exceção é a cidade de Afuá, que possui uma legislação municipal que proíbe a presença de veículos automotores, permitindo apenas bicicletas.

Após onze anos sem realizar um CFSD na região, foi iniciada uma turma de 65 alunos na sede do 8º BPM em outubro de 2005 e que concluiu os estudos em junho de 2006, sendo que 30 soldados foram lotados no 9º BPM. No mesmo ano, de agosto a outubro, foram formadas quatro turmas do Curso de Adaptação de Cabos (CAC), duas em Breves e duas em Soure, ocasião em que os soldados com mais de dez anos de serviço foram habilitados a exercerem as atribuições na nova graduação. O CAC ocorreu em todo o Estado e foi um

marco histórico na valorização dos profissionais de segurança pública. Outras duas turmas do CAC foram formadas em 2009, em Breves, e 2010, em Soure.

O CCIN foi extinto em 2006, passando a ser denominado Comando de Policiamento Especializado (CPE). Com o aumento significativo das demandas conjunturais na região, a alta cúpula da PMPA percebeu que já era hora de dar mais atenção às questões que só poderiam ser atendidas com a criação de um Comando Regional para o Marajó. Em consequência, em 2006 foi criado o CPR XI, denominado CPR Marajó. O novo comando previa a instalação de duas sedes, uma em Breves e outra em Soure. Na prática, o CPR XI só foi realmente efetivado no ano de 2010, com a sede em Belém.

Com as crescentes ocorrências de pirataria no sul do Marajó, foi criado o Grupamento de Pronto Emprego (GPE) de ações táticas fluviais, que passou a combater de forma sistemática, até fazer cessar a prática ilícita na região entre 2007 e 2010. Em 2008, o 9º BPM recebeu uma Embarcação de Ação Tática (EAT) que substituiu a LAR. Era uma embarcação fechada e adaptada às atividades de policiamento ostensivo nos rios, porém seus dois motores de popa movidos a gasolina limitaram o poder de autonomia do GPE. Em 2010, essa limitação foi sanada com a substituição do sistema de propulsão para óleo diesel, devolvendo a capacidade do grupamento para combater a pirataria e outros ilícitos nos rios.

Por meio de um termo de cooperação técnica firmada entre a PMPA e a Prefeitura Municipal de Breves, em maio de 2008 foi criado o Grupamento de Policiamento Comunitário Escolar (GPCE), formado por quatro policiais militares e quatro guardas municipais, que atuavam diariamente no turno noturno nas escolas consideradas mais vulneráveis à criminalidade. Com o avanço das demandas, todos os agentes de segurança foram capacitados no CNPPC na Capital do Estado, o que fez o projeto dar um salto de qualidade. As atividades do grupamento abriram caminho para o início das primeiras turmas de PROERD em Breves. O GPCE foi absorvido pelo policiamento ostensivo no ano de 2014.

Com o avanço do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), policiais militares do 8º e do 9º BPM foram capacitados como instrutores. Como resultado, desde 2007, já foram formados na filosofia PROERD mais de treze mil alunos em todo Marajó, sendo uma conquista sem precedentes nas ações preventivas no combate às drogas e à violência por meio da educação. Em novembro de 2008, na cidade de Soure, foi formada a primeira turma do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (CNPPC), com quarenta alunos. Outras turmas se seguiram em Breves entre os anos de 2010 e 2012¹⁶.

¹⁶ No CNPPC de 2008, em Soure, o autor foi instrutor da disciplina Direitos Humanos. Coordenou as turmas de 2010, 2011 e 2012 em Breves e foi instrutor da disciplina extracurricular Elaboração de Projetos Sociais.

Fotografia 14- Turma do Curso de Promotor de Polícia Comunitária em Breves, dezembro de 2012



Fonte: Antonio Colares (2012).

No processo de fixação dos contingentes policiais, a construção e reforma dos quartéis sempre foi fundamental para garantir condições dignas mínimas de trabalho para os militares destacados. Cronologicamente, as construções ocorreram assim: sede do 9º BPM em Breves, no ano de 1987; sede do 8º BPM em Soure, em 1988; quartel de Salvaterra, em 1994; quartel de Portel, em 2002; CIPM de Muaná, em 2010; Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) de São Sebastião da Boa Vista, em 2013; UIPP de Cachoeira do Arari, em 2013; reforma da sede do 9º BPM, em 2013 (fotografia 15); CIPM de Afuá, em 2014; UIPP de Bagre, em 2016.

Fotografia 15 – Vista aérea do Quartel sede do 9º BPM em Breves, junho de 2013



Fonte: Antonio Colares (2013).

Em Belém, no início do ano de 2010, foi efetivado o Comando de Policiamento Regional XI - CPR XI ou CPR do Marajó, com a função de articular, integrar e maximizar os recursos da PMPA na região. Até então, era a única Região de Integração do Estado que não havia sido contemplada com um comando regional. Devido à dimensão territorial e às desafiadoras dificuldades de deslocamento entre os municípios, o reordenamento territorial passou a ser uma demanda que precisava ser vencida, então foram iniciados estudos para criação de CIPM em Afuá, Muaná e Portel, com o objetivo de aumentar a capilaridade das ações ostensivas e melhorar os atendimentos.

Em decorrência dessa situação, foi imediatamente criada a Comissão Permanente de Corregedoria do CPR XI – Cor CPR XI. A Corregedoria do Marajó, como também é conhecida, é um órgão integrante da Corregedoria Geral da PMPA, com as atribuições correccionais em sua circunscrição, como por exemplo: Fiscalizar, em caráter preventivo e repressivo, situações que envolvam policiais militares; Realizar diligências de interesse da Corporação do Poder Judiciário; Produzir informações e estatísticas acerca de ilicitudes praticadas por milicianos; Aplicar as normas disciplinares da PMPA; Instaurar, determinar a instauração, fiscalizar, supervisionar e controlar os processos e procedimentos disciplinares do efetivo marajoara.

Ainda em 2010, no mês de dezembro, como primeiros resultados da reordenação territorial o Comando Regional solicitou ao Comandante Geral da PMPA da época a criação de Zonas de Policiamento (ZPOL) nas principais cidades. De imediato, foram publicadas as portarias 007, 008, 009, 010 e 011, para criação da 29ª ZPOL - Soure, 30ª ZPOL - Salvaterra, 31ª ZPOL - Cachoeira do Arari, 32ª ZPOL - Breves e 33ª ZPOL - Portel¹⁷, respectivamente. As ZPOL tinham a finalidade de garantir mais proximidade com a comunidade local e dinamizar as ações preventivas e repressivas em sua área de circunscrição. Funcionaram até começar a vigorar a nova Lei de Organização Básica (LOB) da PMPA (PARÁ, 2014b).

Com a reestruturação da PMPA, por meio do Decreto nº 1017/2014 (PARÁ, 2014b), a área CPR XI foi dividida, originando o Comando de Policiamento Regional XII - CPR XII para atender a porção Ocidental do Marajó, então passaram a existir dois CPR. Assim, houve reordenação circunscricional: na área do CPR XI - Marajó Oriental, sediado em Salvaterra, ficaram Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Soure; no CPR

¹⁷ De dezembro de 2010 a abril de 2012 o autor comandou a 33ª ZPOL – Portel até ser nomeado Subcomandante do 9º BPM. Em fevereiro de 2013, assumiu o comando da 32ª ZPOL – Breves até ser transferido para o Comando de Policiamento Regional XII, em outubro de 2014, como Chefe do P3.

XII - Marajó Ocidental, sediado em Breves, ficaram Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista (PARÁ, 2014b)

No decreto também foram previstas outras mudanças significativas, tais como: a criação de Companhias Independentes em Muaná, Afuá e Portel, diminuindo as áreas circunscricionais do 8º e do 9º BPM¹⁸; a elevação dos Destacamentos de Polícia Militar - DPM à condição de Pelotões Destacados de Polícia Militar (PEL DEST). Essa nova estrutura organizacional possibilita o aumento real de efetivo em cada município. Da mesma forma que o CRP XI foi desmembrado, a Cor CPR XI também precisou ser fragmentada, surgindo então a Comissão Permanente de Corregedoria do CPR XII – Cor CPR XII.

Com a instalação do CPR XII, foi possível desenvolver o Curso Tático Operacional - CTO no mês de dezembro de 2014, que ao final formou dezoito novos taticanos. Os recém-formados e mais três militares já capacitados deram origem ao Grupamento Tático Operacional (GTO) do CPR XII. O grupamento possui treinamento especializado para atender ocorrências complexas envolvendo tomada de reféns, confronto com grupos paramilitares, assaltos a estabelecimentos bancários, rebeliões em casas penais e delegacias, reintegrações de posse, distúrbios civis em geral e outras situações críticas. Diariamente, é empenhado em ronda bancária, escolta de presos de justiça e no policiamento fluvial.

Passados 30 anos da construção do primeiro quartel da PMPA no território marajoara, os esforços institucionais continuam a avançar por meio da implementação dos recursos logísticos e humanos. Em 2015, a PMPA iniciou um novo ciclo em sua história, ao lançar o Plano Estratégico para o período 2015 – 2025, em que busca, de forma holística e solidária fortalecer seus valores basilares e também firmar sua Identidade Institucional, por meio de seu negócio, de sua missão e de sua visão de futuro (PARÁ, 2015d).

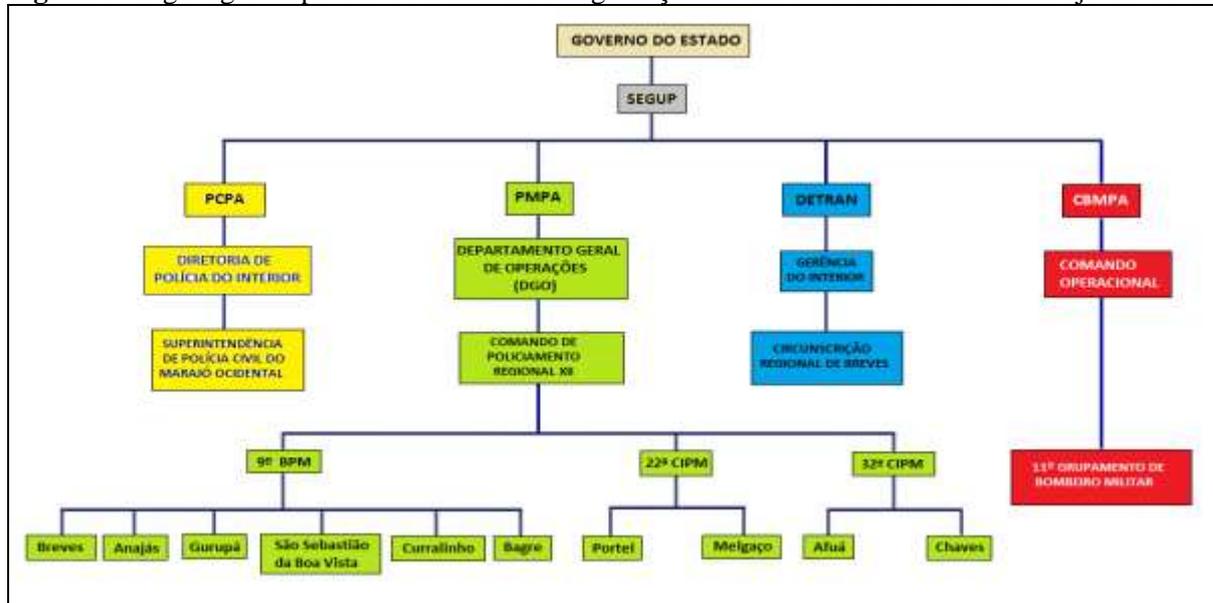
4.2 O Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no Marajó Ocidental

Atualmente a SEGUP desenvolve trabalhos na Região de Integração do Marajó por meio da PMPA, do CBMPA, da Polícia Civil (PCPA) e do Departamento de Trânsito do Pará

¹⁸ Os estudos de reordenação circunscricional apontam para a possibilidade de se congregarem municípios limítrofes que mantêm laços fortes nos aspectos transporte, comércio, sazonalidade e prestação de serviços. Nesse caso, a CIPM Muaná poderá agregar o município de Ponta de Pedras, a CIPM Portel agregar Melgaço e a CIPM Afuá poderá agregar Chaves e Anajás. Isso deverá dinamizar a gestão de recursos materiais e financeiros.

(DETRAN). O organograma da figura 4 demonstra a organização do Sistema Estadual de SIEDS no Marajó ocidental.

Figura 5- Organograma parcial do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no Marajó Ocidental



Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Esses órgãos estão amparados pela renovação da estrutura da administração pública do Poder Executivo Estadual por meio da Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 (PARÁ, 2015a). Apesar da atualização, pouco mudou a estrutura do SIEDS na última década.

A Polícia Militar possui tropas operando em todas as sedes municipais por meio de Pelotões Destacados (PEL DEST) e Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPM). A Polícia Civil possui delegacias em todas as cidades. O Corpo de Bombeiros Militar se encontra sediado na cidade de Breves, com quartel próprio e não possui tropas regulares nas demais cidades, atendendo missões externas somente em casos extraordinários ou especiais. O DETRAN possui uma Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) com sede na cidade de Breves, onde realiza fiscalizações na área urbana e ao longo da rodovia estadual PA 154 (Breves-Anajás); em outros municípios atende de forma especial ou extraordinária.

Por meio da Lei Complementar n. 093, de 14 de janeiro de 2014 (PARÁ, 2014b), visando garantir maior efetividade e capilaridade da atuação da PMPA, criou 13 CPR para atender todo o território paraense. Na Região de integração do Marajó estão instalados dois desses CPR: O Comando de Policiamento Regional XI – CPR XI (Marajó Oriental) com sede em Soure e o Comando de Policiamento Regional XII – CPR XII (Marajó Ocidental), com sede em Breves. Essa divisão se deu em consequência das constatações das dificuldades de comunicação e mobilidade entre as porções ocidental e oriental da Mesorregião.

O CPR XI congrega seis municípios: Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure (PARÁ, 2014b). Possui área territorial de 15.865 Km² (IBGE, 2010) e população estimada em 145.659 hab. (IBGE, 2015). O CPR XII é formado por dez municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista (PARÁ, 2014b). Possui área de 88.275 Km² e população de 387.738 habitantes (IBGE, 2015).

A Polícia Civil - PCPA possui representação em todos os municípios. Há Delegacias de Polícia Civil (DEPOL) em todas as cidades, sendo que em Breves, além da DEPOL local, ainda existe a SUDEPOL, que coordena as atividades de polícia judiciária em toda a região. Na cidade também há a Delegacia de Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), inaugurada em 2003. Cada DEPOL está sob a responsabilidade de um Delgado de Polícia Civil de carreira. As atividades polícia judiciária envolvem o registro de ocorrências, investigação criminal, identificação pessoal, dentre outras de auxílio ao Poder Judiciário.

A PMPA possui PEL DEST em Anajás, Bagre, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço e São Sebastião da Boa Vista. Em Breves, está a sede do 9º Batalhão de Polícia Militar – 9º BPM, que operacionaliza os trabalhos nos pelotões. Na cidade ainda funciona uma Companhia ao comando de um Oficial PM. A sede do CPR XII também fica localizada em Breves e coordena as atividades da PMPA na região. Nas cidades de Portel e Afuá está previsto o funcionamento de CIPM, com Melgaço subordinada a Portel, Anajás e Chaves subordinadas a Afuá.

Por meio do Decreto Estadual nº 352/2012, o Governo do Pará instituiu a Gestão por Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual (PARÁ, 2012b), visando dar um salto significativo na eficiência de seus órgãos e o aumento da capacidade de execução dos projetos e ações governamentais e que foi vinculado administrativamente ao planejamento estratégico para formulação do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. No Mapa Estratégico, a meta principal é “reduzir a desigualdade social através do desenvolvimento sustentável”, em que estão definidos vinte e cinco objetivos estratégicos cujos desempenhos contribuem para o objetivo maior. Nesse contexto maior, a PMPA elaborou seus planejamentos estratégico, tático e operacional para o ciclo 2015-2025 (PARÁ, 2015d).

No Mapa Estratégico Estadual estão contidas cinco diretrizes orientadoras das ações do governo: 1- Promover a produção sustentável; 2- Promover a inclusão social; 3- Agregar valor à produção por meio do conhecimento; 4- Fortalecer a gestão e a governança com transparência; e 5- Promover a articulação político-institucional. A Polícia Militar se enquadra na segunda meta, com o objetivo de “assegurar a prevenção social da violência e da

criminalidade e redução da impunidade” (PARÁ, 2012b), reforçando o papel constitucional da Corporação na manutenção da ordem pública (BRASIL, 2013a).

Apesar da clareza da meta e do objetivo, a principal linha de atuação ainda é o policiamento ostensivo por meio do Programa Segurança pela Paz, inserido no modelo Gestão por Resultados (PARÁ, 2012b), que basicamente só consegue atender as áreas urbanas dos municípios, com raras incursões operacionais preventivas nas áreas rurais. A falta de cobertura desses grandes espaços justifica a incidência da quantidade preocupante de homicídios e latrocínios na zona rural, que correspondem à quase metade dos casos registrados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SAIC) da SEGUP referentes ao período entre 2011-2014 (PARÁ, 2015c).

Em situações de caráter extraordinário ou especial¹⁹, os órgãos do SIEDS (PARÁ, 2011b) trabalham de forma integrada. Assim ocorre com as operações planejadas do sistema de segurança pública, em casos de morte violenta e também em grandes operações policiais²⁰ (PARÁ, 2015c), tais como Operação Carnaval, Operação Semana Santa, Operação Veraneio, Operação Eleições e Operação Final de ano. Entretanto, cotidianamente desenvolvem suas atividades de forma isolada e especializada.

Foto 16 – Reunião com trabalhadores rurais em assentamento no interior do município de Portel, 2012



Fonte: Arquivo do autor (2012)

Foto 17– Aula do PROERD com alunos da 4ª série na E.M.E.F. Marcionílio de Oliveira em Portel, 2011

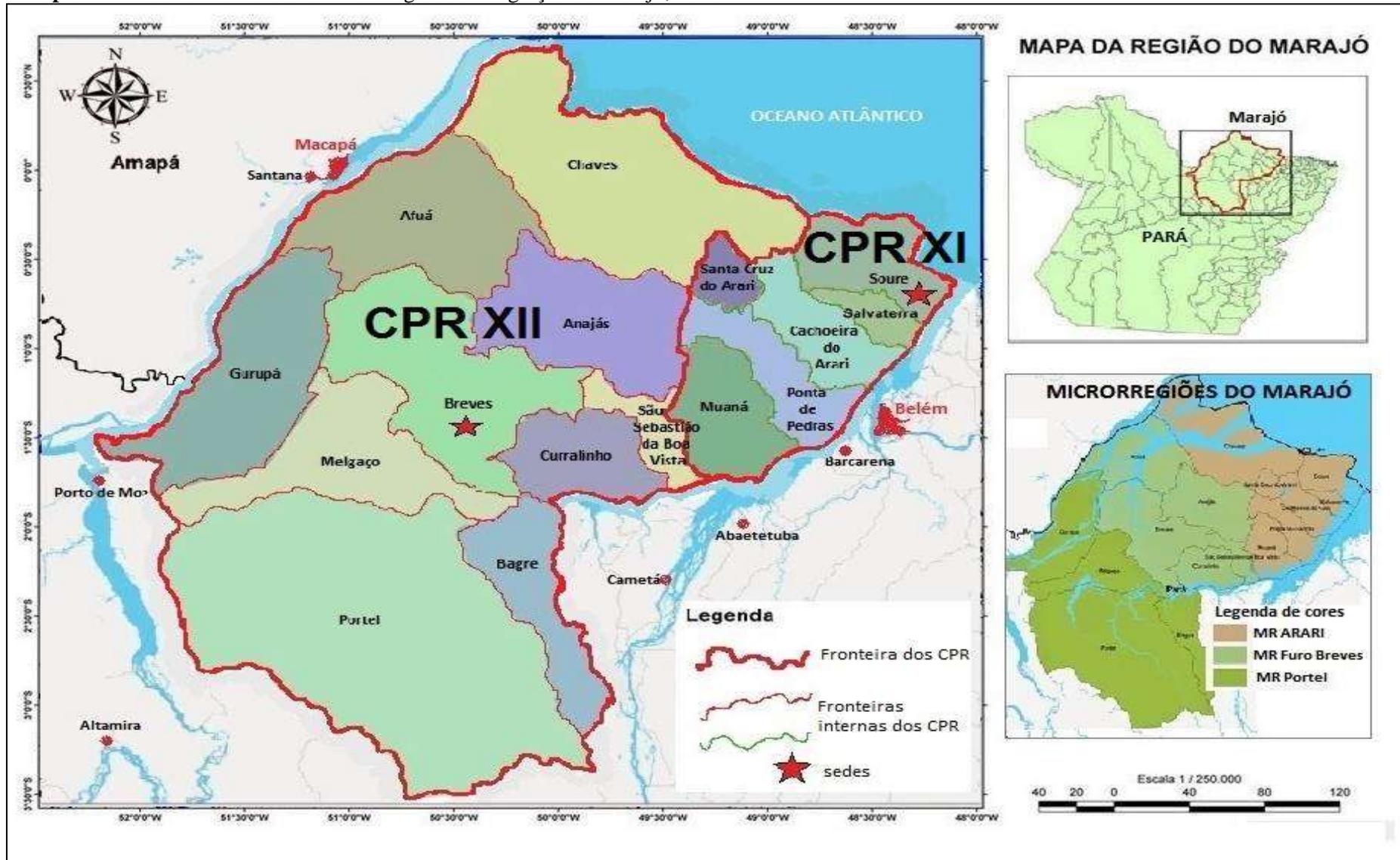


Fonte: Arquivo do autor (2011)

¹⁹ É definido como ‘extraordinário’ o evento já esperado no calendário (feriados, comemorações e datas religiosas), para o qual se tem um planejamento prévio e aprovado. ‘Especial’ o evento não previsto, para o qual são canalizados recursos e logística em caráter emergencial devido à repercussão e/ou gravidade da situação.

²⁰ Definição de Grandes Operações Policiais: ações da PMPA que seguem um cronograma consuetudinário (anual) de eventos e que envolva de maneira desconcentrada todos os comandos intermediários da PMPA em maior ou menor representação policial, aferindo-se a necessidade de emprego de recursos humanos e logísticos.

Mapa 4- Divisão territorial dos CPR da Região de Integração do Marajó, 2016



Fontes: GeoPARÁ (2007). SDT/MDA, (2010). Movimento Marajó Forte (2014). Adaptado pelo autor (2015).

4.3 Limites, desafios e perspectivas da PMPA na Amazônia Marajoara rural ribeirinha

É muito provável que as dificuldades hoje vivenciadas no Marajó como um todo tenham se originado da permanente relação conflituosa entre exploradores e explorados, que ao longo dos séculos de invasão, ocupação e dominação do espaço Amazônico agiram, direta e indiretamente, de forma sistemática e rigorosa sobre a natureza e os habitantes. Talvez por isso tenhamos herdado um amazônida indisciplinado, pouco participativo, desconfiado e simplório. E apesar do retrospecto histórico, os sucessivos governos continuam a insistir na mesma fórmula: explorar ao máximo e investir o mínimo possível.

No Brasil, entre 1500 e 1832, o poder estatal construiu e sedimentou uma herança conjuntural e cultural que em nenhum momento foi benéfico para a construção da cidadania, em específico nas terras amazônicas. Carvalho (2002, p. 18) explica que “os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, mas tinham deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista”. Segundo Cremonese (2009, p. 81), “[...] foram 322 anos sem poder público, sem Estado, sem nação e sem cidadania”.

Este capítulo não se objetiva a aprofundar as questões conceituais de cidadania e nem como ela tem evoluído na história brasileira, entretanto é importante deixar claro que quando se trata de segurança pública e defesa social, o tema “cidadania” é fundamental. Em relação a essa questão, Cremonese (2009, p. 80) afirma que “Tratar da construção da cidadania no Brasil é tocar num ponto nevrálgico da história. [...] percebe-se que a consolidação da cidadania ainda é um desafio para todos os brasileiros”. E é justamente a partir dos recortes das práticas cidadãs de determinada localidade que o poder público pode definir e dimensionar as demandas metodológicas e logísticas a serem empregadas em sua atuação.

O Marajó ocidental é reconhecido pela dispersão populacional, cidades isoladas e por ser fartamente servido por meio de vias fluviais, mas as limitações e desafios impostos às três esferas de governo são as mesmas. Devido ao quadro natural condicionante (IBGE, 1990), as ações governamentais são, em grande parte, desenvolvidas de forma conjunta, visando garantir efetividade dos serviços e a diminuição dos gastos. Segundo Vidal (2011, p. 13), “Um dos aspectos mais preocupantes a qualquer governo atual está relacionado com o déficit público e a redução dos gastos governamentais, mesmo que mantendo ou até aumentando a qualidade dos serviços públicos, sua eficácia e efetividade para ser objetivo em ações”.

Como visto anteriormente, o conjunto de serviços prestados pelo poder público estadual trabalha na perspectiva de “reduzir a desigualdade social através do desenvolvimento

sustentável” (PARÁ, 2012b), envolvendo todos os seus órgãos, por meio dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico. Nesse contexto, a Polícia Militar desenvolve suas atividades por meio da ostensividade de caráter preventivo e repressivo. No entanto, como todo e qualquer órgão público, está sujeito a limitações em seu ambiente interno e externo que direta ou indiretamente influenciam no fluxo dos processos e dos resultados da Corporação.

As limitações estruturais dos órgãos do SIEDS (PARÁ, 2011b) são as mesmas, tais como insuficiência nas quantidades de agentes, embarcações, veículos terrestres e prédios, precariedade nas comunicações (telefonia e radiofonia) e poucas ações nas áreas rurais. Há limitações como insuficiência de juízes e promotores de justiça e também a ausência de uma representatividade do Centro de Perícias Criminais (CPC) (PARÁ, 2015c). Esses óbices são mensalmente apresentados nos relatórios regionais do Programa de Redução da Violência – PREC desde o ano de 2014²¹ e reiterados nos planejamentos semestrais do PREC de 2015.

Infelizmente, todas as questões apresentadas nos relatórios dependem de conjunturas que envolvem desde decisões político-partidárias até a alocação de recursos meramente emergenciais. Desta forma, é compreensível entender que a distribuição dos recursos em um estado de dimensões gigantescas e natureza variada não é uma missão simples em meio à complexa dinâmica financeira a que toda a União está submetida, principalmente face às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000)²².

No que se refere ao quantitativo de policiais militares para cada grupo de habitantes, não há qualquer cálculo que possibilite mensurar tal coeficiente. Portanto, como base de cálculo para efetivo policial, não existe qualquer parâmetro (WILSON; WEISS, 2012, p. 45). Determinar o efetivo ideal para uma localidade exige levar em consideração fatores como a área a ser policiada, densidade demográfica, a filosofia de policiamento implantada, as modalidades criminais que ocorrem e tecnologia disponível²³ Os efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil variam mensalmente, mas na média são extremamente reduzidos, agindo basicamente nos centros urbanos e com coeficiente “habitantes/policial” altamente desfavorável, conforme demonstrado abaixo:

²¹ Programa de Redução da Criminalidade (PREC) é uma pactuação de metas de redução da criminalidade entre a SEGUP e as Polícias Militar e Civil, por meio da Norma Reguladora de Portaria Nº 003 de 15 de fevereiro de 2016 – SEGUP. Mensalmente, as subunidades da PMPA e PCPA apresentam o Relatório Regional, no qual constam dados dos recursos disponíveis, criminalidade e produtividade.

²² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

²³ Disponível em: <<http://abordagempolicial.com/2013/11/a-onu-nunca-recomendou-quantidade-de-policiais-por-habitantes/>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Tabela 2- Distribuição de efetivo policial e de embarcações nos municípios do Marajó ocidental

Municípios	População	Efetivo policial			Embarcações			
		PM	PC	Total	Habitante por policial	PM	PC	Total
Afuá	37.398	8	4	12	3.116,50	0	1	1
Anajás	27.540	8	4	12	2.295,00	1	0	1
Bagre	28.292	8	4	12	2.357,66	1	0	1
Breves	98.231	70	16	86	1.169,42	1	1	2
Chaves	22.566	6	4	10	2.256,60	0	1	1
Curralinho	32.248	8	4	12	2.687,33	1	0	1
Gurupá	31.623	8	3	11	2.874,81	0	1	1
Melgaço	26.397	8	4	12	2.199,75	0	0	0
Portel	58.282	20	7	27	2.158,59	1	0	1
S.S. da Boa Vista	25.161	8	4	12	2.096,75	1	0	1
Total	387.738	152	54	206	1.900,68	6	4	10

Fonte: Banco de dados do Comando de Policiamento Regional XII. Elaborado pelo autor (2016).

A tabela 2 representa apenas o total de funcionários lotados em cada município e não necessariamente os que são empenhados diariamente; dessa forma o coeficiente “habitante por policial” pode ser considerado como o dobro do que está apresentado, pois em geral os quantitativos são divididos em duas equipes que se revezam semanal ou quinzenalmente.

Esse déficit no quadro de funcionários não se restringe apenas às polícias militar e civil. O DETRAN, o Corpo de Bombeiros, a SEDUC, a SESP, o Ministério Público Estadual, as Comarcas da Justiça Estadual, a UEPA e a UFPA também padecem dessa mesma dificuldade. Ainda é comum encontrar funcionários municipais cedidos para repartições públicas estaduais e federais. Essa prática de sessão predominou entre 1986 e 2012, pois foi uma forma encontrada para garantir a instalação e funcionamento de órgãos públicos estaduais e federais nas cidades do interior do Estado.

Na região, há uma quantidade considerável de funcionários públicos que residem na Zona Metropolitana de Belém, que se deslocam geralmente em embarcações que fazem linhas regulares. Quem mora em Belém e trabalha em Gurupá viaja cerca de 24 horas em embarcação da linha Belém - Santarém - Manaus. Os funcionários lotados em Afuá e Chaves precisam se deslocar de avião para Macapá e depois seguirem de lancha para seus destinos. Outros destinos são: Curralinho, 8 horas; Breves, 12 horas; Anajás, 20 horas; Portel, 16 horas. Esses casos incidem sobre o interesse do funcionário em permanecer trabalhando na região, o que tem como consequência constantes transferências ou permutas de serviço.

Outra grande dificuldade para a execução de atividades contínuas na zona rural ribeirinha é a disponibilidade de combustível. No caso específico das embarcações policiais existentes na área de circunscrição do CPR XII, há seis embarcações da Polícia Militar: uma EAT movida a óleo diesel, em Breves; uma Lancha voadeira (LV), em Anajás; uma LV em

Bagre; uma LV em Curralinho; e uma LV em São Sebastião da Boa Vista, movidas a gasolina (Tabela 2). Para pilotar essas embarcações, o governo paraense em cooperação com a Marinha do Brasil, desde o ano de 2008, profissionaliza policiais no CETSP em Belém.

A disponibilidade de embarcações e pilotos habilitados é crucial para o atendimento das ocorrências na área rural. Dependendo das condições de navegabilidade, potência do motor e conhecimento do piloto, alguns locais podem chegar a distar cerca de 20 horas de viagem da sede. No caso da navegação à distância, não é medida em quilômetros e sim em horas²⁴. Como já mencionado, o cálculo não é direto e simples. Somente por meio da prática e da vivência da dinâmica regional pode-se entender os fenômenos que incidem sobre os deslocamentos para atendimento de ocorrências policiais e de resgate. Não raro, também pode ocorrer de a embarcação não operar por falta de combustível no posto de abastecimento.

É importante salientar que as embarcações da PMPA são empenhadas não somente para atendimento de ocorrências. Há empenho em situações de apoio ao Corpo de Bombeiros para casos de assistencialismo, resgate e procura de corpos. O Poder Judiciário também solicita a disponibilização em casos de seu interesse. Em operações integradas desencadeadas pela SEGUP, as embarcações ficam à disposição. Outros órgãos que também já necessitaram dos serviços embarcados foram a ALEPA, a SESP, a SEDUC, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), o IBAMA, o ICMBIO, a UFPA, a Prelazia do Marajó, o Ministério da Pesca, Casa Civil da Presidência da República e as prefeituras locais.

Para finalizar as questões de limitações vivenciadas pelo SIEDS, serão apresentados quadros demonstrativos elaborados a partir de dados disponibilizados nos planejamentos semestrais para o PREC do ano 2015 referentes à região do Marajó ocidental. Os quadros apresentam informações de natureza estrutural do sistema e da conjuntura regional que afeta, de forma direta ou indireta, as atividades da segurança e da defesa social.

O quadro 3 mostra a situação de déficit no efetivo policial, presença de prédios para desenvolvimento dos trabalhos, os veículos e as embarcações. No caso do efetivo para a Polícia Civil, a quantidade de plantonistas corresponde a cerca de um terço do necessário. Em relação ao efetivo policial militar, de acordo com a Resolução nº 004, de 14 de abril de 2014, a qual normatiza e define o Quadro Organizacional (QO) dos órgãos que compõem a organização básica da Polícia Militar do Pará, em todos os municípios, com exceção de Breves, deveria haver um efetivo de 32 policiais militares, ou seja, quatro vezes o existente.

²⁴ Em navegação, se consideram fatores mínimos para cálculo do tempo de deslocamento: potência do motor, peso total transportado, sinuosidade da rota fluvial, fluxo ou tábua das marés, condições climáticas, paradas para reabastecimento, condições de embarque e desembarque nos portos, perícia do piloto e equipe de apoio.

Quadro 3- Estudo de situação do suporte policial para atendimentos no Marajó ocidental em 2015

Município	Suporte policial para atendimentos							
	Efetivo		Unidade		Veículo		Embarcação	
	PM	PC	PM	PC	PM	PC	PM	PC
Afuá	EI	EI	ES	ES	ES	ES	IN	ES
Anajás	EI	EI	EI	ES	EI	ES	ES	IN
Bagre	EI	EI	ES	ES	ES	ES	ES	IN
Breves	EI	EI	ES	ES	ES	ES	ES	ES
Chaves	EI	EI	EI	ES	EI	ES	IN	EI
Currálinho	EI	EI	EI	ES	EI	ES	ES	IN
Gurupá	EI	EI	EI	ES	ES	ES	IN	ES
Melgaço	EI	EI	EI	ES	ES	ES	IN	IN
Portel	EI	EI	ES	ES	ES	ES	ES	ES
S. S. da Boa Vista	EI	EI	ES	ES	EI	ES	ES	IN
Município	Suporte policial tecnológico							
	190	181	SISP	Internet	Rádio	NIP	BAPM	
Afuá	IN	IN	EI	EI	IN	IN	IN	
Anajás	IN	IN	EI	EI	IN	IN	IN	
Bagre	IN	EI	EI	EI	IN	IN	IN	
Breves	IN	ES	EI	EI	EI	IN	IN	
Chaves	IN	IN	EI	EI	IN	IN	IN	
Currálinho	IN	EI	EI	EI	IN	IN	IN	
Gurupá	IN	IN	EI	EI	IN	IN	IN	
Melgaço	IN	EI	EI	EI	EI	IN	IN	
Portel	IN	ES	EI	EI	EI	IN	IN	
S. S. da Boa Vista	IN	EI	EI	EI	IN	IN	IN	

Siglas: **IN**- Inexistente e necessário, **EI**- Existente e insuficiente ou inadequado, **ES**- Existente e suficiente

Fonte: Planejamento de Ciclo 2015/1 e 2015/2 para Marajó ocidental (2015). Adaptado pelo autor (2016).

As Unidades assinaladas com EI se referem a prédios alugados. As situações mais críticas se referem à total falta de disponibilidade do número de emergência 190 que dependem de operadoras de telefonia. A rede de radiofonia também deixa a desejar, pela falta de equipamentos de estação fixa. Nenhuma representação do Núcleo de Inteligência Policial (NIP) foi instalada na região e o Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM) ainda encontra dificuldades para registro no Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL)²⁵.

No quadro demonstrativo da presença de órgãos públicos estaduais, a situação é desfavorável, salvo a presença do Corpo de Bombeiros Militar e da SUSIPE em Breves. Em

²⁵ Programa de computador (software) estruturado para manipulação correta de informações tanto administrativas quanto operacionais da PMPA. É uma Ferramenta modular com Base de dados única. Seu desenvolvimento foi iniciado em fevereiro de 2008, a partir do módulo “PESSOAL”, mas foi oficialmente lançado em setembro de 2009. Foi desenvolvido exclusivamente com software livre pelo CITEL (PHP, HTML, JAVASCRIPT / MySQL). Tem como objetivos: 1- Proporcionar o controle informatizado, Administrativo e Operacional da Polícia Militar do Pará, em todos os níveis de comando da instituição; 2- Torna-se ferramenta vital de apoio ao Planejamento Estratégico das ações da Corporação por meio da análise dos dados inseridos no sistema.

termos gerais, o SIEDS (PARÁ, 2011b) e as representações da justiça operam em condições mínimas e paliativas. São raros os casos em que Defensores, Promotores e Juízes permanecem por mais de um ano na condição de titulares em algum município. Em geral, realizam suas atividades de forma acumulada, respondendo por duas ou três Comarcas ao mesmo tempo.

Quadro 4- Estudo de situação da presença dos órgãos estaduais no Marajó ocidental em 2015

Município	SIEDS				Esfera judiciária			
	CBM	CPC	DETRAN	SUSIPE	Defensoria	MP	Justiça	Juizado Infância e Juventude
Afuá	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Anajás	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Bagre	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Breves	ES	IN	EI	ES	EI	EI	EI	IN
Chaves	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Currálinho	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Gurupá	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Melgaço	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
Portel	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN
S. S. B. Vista	IN	IN	IN	IN	EI	EI	EI	IN

Siglas: **IN**- Inexistente e necessário, **EI**- Existente e insuficiente ou inadequado, **ES**- Existente e suficiente

Fonte: Planejamento de Ciclo 2015/1 e 2015/2 para Marajó ocidental, (2015). Adaptado pelo autor (2016).

Apesar de haver uma Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) em Breves, a quantidade de agentes é de apenas dois. Nas operações de fiscalização de trânsito, a PMPA é solicitada para fazer a segurança dos Agentes. Desde a inauguração do Hospital Regional do Marajó (HRM), uma representação do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” vem sendo solicitada para funcionar no complexo predial, mas o pleito ainda não foi concretizado.

O quadro 4 apresenta a situação talvez mais difícil de lidar, pois exige muita negociação política no seio das forças e representações de cada município. Pois, apesar de toda retórica que se circunda a atmosfera das discussões sobre segurança pública local, é fato que em cada cidade existem grupos dos mais variados interesses, sendo que para alguns não interessa a atuação de Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei²⁶ rigorosos. Da mesma forma, menos ainda interessa que a sociedade civil se organize e dê voz a todos aqueles que não estão alinhados com os detentores do poder político e/ou econômico local.

²⁶ Geral das Nações Unidas, no dia 17 dez. 1979, através da Resolução nº 34/169. Disponível em: <<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/1979%20ONU%20Codigo%20de%20Conduta%20p%20Aplicadores%20da%20Lei.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

Quadro 5- Estudo de situação sobre a presença de órgãos do Sistema de Segurança Pública Municipal e organizações ou entidades que colaboram com a segurança pública no Marajó ocidental em 2015

Município	Órgão municipal		Sociedade civil organizada				
	GM	DMTRAN	Brigada	CONSEG	CMDC	CMDCA	GGIM
Afuá	IN	IN	ES	IN	IN	ES	IN
Anajás	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN
Bagre	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN
Breves	ES	EI	ES	ES	ES	ES	ES
Chaves	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN
Currálinho	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN
Gurupá	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN
Melgaço	ES	IN	IN	IN	IN	ES	IN
Portel	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN
S. S. Boa Vista	IN	IN	IN	IN	IN	ES	IN

Siglas: **IN**- Inexistente e necessário, **EI**- Existente e insuficiente ou inadequado, **ES**- Existente e suficiente

Fonte: Planejamento de Ciclo 2015/1 e 2015/2 para o Marajó ocidental (2015). Adaptado pelo autor (2016).

As Guardas Municipais, tradicionais parceiras das polícias militares, quase inexistem no Marajó como um todo. A prefeitura de Breves criou a sua no ano de 2005²⁷, com um efetivo inicial de 74 guardas municipais e até hoje é a mais representativa da região. Possui sede própria, veículos e um GTO. Já a Guarda Municipal de Melgaço possui um efetivo de 20 guardas e ainda está em processo de estruturação logística. Em termos de fiscalização de trânsito, também somente em Breves existe um Departamento Municipal de Trânsito (DMTRAN), mas que opera de forma muito discreta e em ações pontuais, sempre de forma integrada com a Guarda Municipal ou a PMPA.

A respeito da presença de Brigada Civil de combate a incêndios em Afuá a Prefeitura mantém um grupamento bem organizado e totalmente adaptado às condições locais. Em Breves uma organização civil se especializou e presta serviços remunerados em toda a região. Os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM)²⁸ e os CONSEG não existem. Em 2011, a SEGUP fez um trabalho de estímulo, mas não houve resultados. Sobre os Conselhos Municipais de Defesa Civil (CMDC), teoricamente existem, pois a Defesa Civil do Pará promoveu cursos em toda a região.

²⁷ A Lei nº 2040/2005 criou a Guarda Municipal de Breves, a qual é subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

²⁸ Lei nº 11.707/ 2008, que prevê a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, bem como manuais e publicações sobre o tema. O GGIM acolhe um novo modelo de gestão integrada da segurança, que altera, de maneira paradigmática, a forma de o Estado enfrentar a violência e a criminalidade. Segundo esse modelo, o Estado deixa de intervir apenas de forma criminalizadora – atuando, na maioria das vezes, após o cometimento do delito – e passa também a agir preventivamente, por meio de ações sociais, evitando que esse delito venha a ocorrer. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/pronasc>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

Os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente existem e atuam em todos os municípios, o que favorece a atuação dos Conselhos Tutelares. É um aspecto positivo, pois a população infanto-juvenil é considerável e as próprias condições de precariedade das cidades e os alarmantes índices de vulnerabilidade regional apontam para a necessidade de ações contínuas e progressivas de proteção social da juventude.

O planejamento do Ciclo 2015 do PREC para o Marajó ocidental encerra a apresentação dos estudos fazendo uma síntese conclusiva que sintetiza limites e desafios que demandam muito mais que investimentos materiais, chamando a atenção para a persistente e dispendiosa fórmula que desconsidera as peculiaridades regionais, conforme o exposto:

As imperiosas limitações naturais e socioeconômicas características do Marajó ocidental desafiam cotidianamente os esforços do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará. O planejamento pensado para a região precisa ser o mais específico possível, pois os diferenciais de deslocamento fluvial, baixa infraestrutura urbana, dificuldades de comunicação (telefonia móvel, telefonia fixa, radiofonia e internet), deficiências no suporte e na força policial afetam diretamente o desenvolvimento das atividades dos agentes do sistema, os quais, além desses obstáculos, cada vez menos se demonstram capacitados para atender ao complexo e crescente volume de demandas sociais que surgem a cada dia, oriundos de novas conquistas sociais e ações governamentais, justamente na região onde estão concentrados os mais baixos IDH do Estado e também do país. Por isso o Sistema de Segurança Pública precisa alocar mais recursos para garantir que a região continue mantendo os baixos índices de criminalidade e que se possa avançar no fortalecimento da cultura de paz e respeito às leis. (Conclusão do planejamento do 2º semestre do PREC no Marajó ocidental).

A conclusão do documento assinala que apesar dos esforços dos agentes, os gargalos do sistema de segurança pública e defesa social estão em sua própria infraestrutura e também é impactada na fragilidade estrutural das demais organizações e entidades que atuam na região.

Os poucos empreendimentos governamentais direcionados para a juventude detiveram quase sempre como resultados o fracasso total ou o abandono, sem grandes impactos na vida dos habitantes. Com exceção do Programa PROJOVEM Urbano²⁹ e do Pro Paz, pouco se fez para diminuição da vulnerabilidade entre a população mais jovem. Outras ações isoladas e desarticuladas não se constituíram instrumentos efetivos de desenvolvimento

²⁹ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), desenvolvido pela Secretaria Nacional de Juventude, entre os anos de 2008 (Parecer CNE/CEB nº. 18/2008) e 20013. É a reinserção de jovens de 18 a 29 anos no processo de escolarização e atende municípios com menos de 200 mil habitantes. O programa (com duração de 18 meses) viabiliza a conclusão do ensino fundamental e a qualificação profissional, além de atividades de participação cidadã.

de longo prazo, por conta de contingenciamentos financeiros ou mesmo má gestão das ações. Projetos sociais voltados para o enfrentamento às causas de vulnerabilidade que afetam crianças e adolescentes são praticamente imperceptíveis e de baixo impacto regional.

A presença cada vez maior da quantidade de adolescentes envolvidos no mundo do crime é apontada como sendo uma das causas do aumento gradativo da criminalidade nos centros urbanos. Segundo Abramovay et al (2004, p. 98):

A iniciação na delinquência acontece através de pequenas extorsões, furtos e roubos no bairro ou fora deste. Essas ações [...] servem para obter algum dinheiro para as necessidades imediatas, aumentando o prestígio dos indivíduos junto ao grupo de pares e meninas do lugar.

Castells (1999, p. 98) reforça que “a falta de perspectivas profissionais, o sentimento de privação dos jovens e a influência de outros jovens iniciados na marginalidade desembocam em um individualismo absoluto ou explosivo”.

Para alguns indivíduos ou grupos, a violência surge como uma necessidade, visto que estes não vislumbram outras possibilidades de realização de projetos de vida e traçam ações transgressoras e criminosas para se afirmar (ESPINHEIRA, 2007 apud MARRA; BARP, 2013, p. 176). Segundo ainda Espinheira, o perfil desses indivíduos é o mesmo daqueles definidos como “os marginais, os que têm passagem pela Polícia, os que não dispõem de possibilidades”, não apresentam habilidades ou disposição para o trabalho e que, ao mesmo tempo, internalizam as disposições necessárias que levam ao comportamento violento como meio de sobrevivência e a agressividade necessária para superar os rigores cotidianos.

Não por coincidência, há uma maior concentração de homicídios nas localidades onde há baixos índices de empregos e muitos jovens com baixa escolaridade e baixa renda, os quais se ressentem dos efeitos das incertezas e oscilações negativas do mercado de trabalho ocorridas ao longo da década passada e que ainda se refletem nos dias de hoje em forma de tensões sociais que desembocam em transgressões, pequenos delitos e crimes de repercussão (CARDIA, 2007 apud MARRA; BARP, 2013, p. 176). Esse fenômeno vem tomando proporções preocupantes nos principais centros urbanos marajoaras desde o ano 2000, principalmente em Breves, Portel, Afuá, Bagre e Curralinho.

Na área da segurança pública, as estratégias adotadas subestimaram os rigores e a complexidade natural da região, bem como desconsideraram o capital social. O resultado foi o aumento progressivo das taxas de criminalidade, representadas na Tabela 3:

Tabela 3- Série histórica da quantidade de crimes de homicídios, latrocínios e roubos nos municípios do Marajó ocidental no período de 2001 a 2015

Municípios	Homicídios e latrocínios					Roubos				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Afuá	7	5	11	12	8	19	17	21	14	25
Anajás	0	1	2	4	6	4	2	2	10	40
Bagre	1	3	3	4	3	1	4	11	16	14
Breves	7	10	11	11	14	204	159	250	233	413
Chaves	0	0	1	2	4	0	1	3	2	3
Currálinho	0	1	2	7	2	16	19	20	27	47
Gurupá	1	3	0	6	4	9	16	12	4	16
Melgaço	3	5	0	2	3	5	0	0	1	7
Portel	14	17	13	25	15	37	70	108	131	93
S.S. da Boa Vista	7	1	2	6	0	14	12	57	42	48
Total	38	46	44	75	49	309	302	485	487	706

Fonte: Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP (2016).

Breves e Portel se destacam na quantidade de crimes registrados; isso se deve ao fato de os dois municípios possuírem os centros urbanos mais populosos, nos quais há uma grande massa de jovens que pratica, compulsivamente, roubos que geralmente estão associados ao tráfico de drogas. Pode-se observar na tabela 3 que a quantidade de mortes violentas, entre 2001 e 2014, aumentou em cerca de 197,36%, e na quantidade de roubos, entre 2011 e 2015, cerca de 228,47%. Espantosamente, em 2015 os roubos em Breves corresponderam a 58,4% do total da região, enquanto os demais municípios dividiram os 41,6% restantes, o que revela uma verdadeira epidemia desse tipo criminal na Capital das Ilhas (PARÁ, 2016).

Entre os Estados do Amapá e do Pará existe uma faixa de fronteira fluvial sobre o leito da Foz do rio Amazonas que vai desde a Ilha Grande de Gurupá - PA até o norte da Ilha Mexiana - PA, se estendendo por cerca de 450 Km. Essa imensa área é composta por uma quantidade extraordinária de ilhas de todos os tamanhos e idades geológicas, conhecida como “Ilhas do Meio”, justamente pela posição intermediária entre os dois entes federados. Apresenta certa homogeneidade nos aspectos social e geográfico. É pouco povoada, porém existe uma intensa atividade produtiva relacionada à pesca, extração de açaí e madeiras de lei, abastecendo principalmente as cidades de Santana e Macapá, no Estado do Amapá.

Na faixa de fronteira, é perceptível a ausência do poder público em termos de serviços e fiscalizações, o que contribui para a ação de quadrilhas especializadas na área, tais como o tráfico ilícito de entorpecentes, comércio ilegal de armas de fogo e munições (em geral revólveres e pistolas), contrabando, pirataria e descaminho, evasão de divisas (comércio

ilegal de ouro e combustíveis fósseis), comercialização ilegal de veículos, tráfico de pessoas, crimes ambientais e desmatamento ilegal, dentre outros³⁰.

Esse fluxo delituoso é alimentado por duas rotas distintas. A rota do Rio Amazonas, oriunda dos países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia) utiliza rota fluvial pelo Rio Amazonas e afluentes, por onde segue para as cidades de Manaus - AM, Macapá - AP, Belém - PA e região centro-sul do país, cruzando o Arquipélago Marajoara pela região dos furos. Pela rota escoam substâncias entorpecentes derivadas da cocaína e também maconha. A rota Transoceânica é originada nos complexos industriais do extremo oriente (China, Taiwan, Coreia do Sul e Tailândia), atravessa o Canal do Panamá, se reorganiza nos portos do Suriname e segue para o Amapá e o Pará, cruzando o norte e sul do Arquipélago Marajoara³¹.

Por essas rotas são transportados e comercializados roupas, cosméticos equipamentos eletroeletrônicos, produtos químicos, brinquedos, substâncias entorpecentes sintéticas, maconha cultivada na América Central e derivados de cocaína oriundos dos países andinos. Atualmente, diversos grupos de criminosos agem livremente na faixa de fronteira entre o Pará e o Amapá. Quadrilhas especializadas no contrabando e descaminho, “mulas” do tráfico de drogas, negociadores de veículos irregulares, piratas que assaltam balsas oriundas da Zona Franca de Manaus e embarcações de transporte de combustíveis líquidos e gás liquefeito de petróleo (GLP ou gás de cozinha)³².

Os grupos operam há pelo menos três décadas, de tal forma que já estão sedimentados e instalados nos Estado do Amapá, Amazonas e Pará. Daí a necessidade de um planejamento de caráter permanente e estratégias de gestão que conjuguem ações integradas para a Segurança Pública, Educação e Assistência Social, pois parcela considerável dos ribeirinhos colabora como forma de complementar a renda familiar. Paralelamente, os excedentes financeiros dos crimes financiam a aquisição de armas de fogo e também operacionalizam o tráfico de drogas, que mais adiante concorre para o aumento da criminalidade e da violência nas sedes municipais.

³⁰ Constatações relatadas após a execução da “Operação Segurança sem limites” em novembro de 2014 de forma integrada entre os órgãos que participam do Conselho do Meio Norte de Segurança Pública – COMEN na faixa de fronteira entre os Estados do Amapá e Pará, especificamente nos municípios paraenses de Afuá e Chaves.

³¹ Recortes de relatórios da Polícia Federal, da Polícia Militar e Polícia Civil do Pará sobre investigações, prisões e apreensões relacionadas ao narcotráfico e contrabando na Bacia Amazônica entre 2001 e 2014.

³² Recortes de relatórios e registros de ocorrências atendidas pelas Polícias Militar e Civil do Pará sobre investigações, prisões e apreensões relacionadas ao tráfico de drogas e o contrabando no Marajó Oriental.

Na obra “Geografia, segurança pública e ordenamento territorial”, publicada em 2014, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Oliveira (2012, p. 114) afirma que: “Comumente os temas desemprego e criminalidade surgem nas discussões sociais, intimamente relacionados. Em Breves os delitos são [...] atribuídos ao desemprego. Algumas autoridades comungam da opinião que o desemprego tem relação com o aumento da violência”. Realmente todos os dados estatísticos da SEGUP apontam o aumento dos crimes de roubo e furto após o início da crise madeireira que teve início no ano de 2008.

Em 2007, relatório divulgado pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE)³³, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), informou sobre o aumento do tráfico e o consumo de drogas, como ecstasy e cocaína, no Brasil. Ele fez duras críticas ao governo brasileiro pelo tratamento diferenciado entre usuários e traficantes na nova lei sobre drogas. O texto criticou a lei brasileira sobre drogas, por estabelecer tratamento diferenciado entre usuário e traficante. Pela lei, o usuário tem a punição convertida em pena alternativa. Para a JIFE, a condescendência com o usuário enfraquece a capacidade de investigação sobre o narcotráfico, pois sem punição severa ele não colabora com a polícia.

O relatório aponta que as provas do crescimento do comércio de cocaína e ecstasy no Brasil seriam o aumento do volume dos dois tipos de drogas apreendidos nas ações da Polícia Federal. Ele cita ainda que as polícias de países africanos também têm apreendido grande quantidade de cocaína que passa pelo Brasil com destino final a Europa. Foi apresentado o mapa esquemático do fluxo do narcotráfico em território brasileiro. No mapa, não são apresentadas rotas específicas, somente o fluxo geral; entretanto, há uma indicação tácita de uma conexão fluvial entre Manaus - AM e Belém - PA que cruza obrigatoriamente o sul do Marajó, e desencadeia de forma direta e indireta delitos ligados ao tráfico de drogas.

Apesar dos esforços das autoridades para enfrentar o avanço do consumo indevido das drogas, em 2014 o Departamento de Estado norte-americano publicou o relatório intitulado "Estratégia para o Controle Internacional de Narcóticos", no qual o Brasil foi citado como sendo o maior mercado consumidor sul-americano de drogas. O documento tem publicação anual e traz informações detalhadas sobre os países que colaboram com os Estados Unidos da América (EUA) a combater o narcotráfico na América do Sul. Infelizmente o teor também aponta que países como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai continuam sendo

³³ONU; JIFE, Relatório Anual 2007. Nova York. 2007.

estratégicos para a distribuição de drogas com destino à Europa e América do Norte, o que revela a escala continental³⁴.

Em caráter nacional, foi elaborado e divulgado o “Relatório Brasileiro sobre Drogas”³⁵, que teve como objetivo geral analisar e reportar a situação da demanda, da oferta e dos danos associados a drogas no Brasil entre os anos de 2001 a 2007 (BRASIL, 2009). Conforme explicitado no documento:

[...] constitui-se na primeira fonte unificada de informações sobre drogas no país, facilitando o acesso dos membros do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, da população em geral e da comunidade internacional, aos dados mais relevantes sobre a situação nacional do consumo de drogas e suas consequências. A meta final do relatório é subsidiar o planejamento e a execução de políticas públicas setoriais nessa área de drogas.

O relatório concluiu seus trabalhos deixando uma mensagem clara às autoridades sobre o caminho a seguir:

Os dados apresentados reforçam a necessidade de iniciativas dirigidas para a uma política que contemple amplamente as questões relativas ao consumo de drogas, bem como a prevenção e o tratamento dos problemas relacionados ao uso abusivo. A enorme dimensão desses problemas que sobrecarregam toda a sociedade brasileira exige ações que aperfeiçoem sua abordagem considerando a complexidade da questão, a inserção cultural do uso de substâncias, as diferenças regionais de padrões de consumo e disponibilidade de recursos e a vulnerabilidade de parcelas da população.

Em 2012, a SENAD deu continuidade à análise e à atualização da pesquisa que se estendeu até 2010, elevando o nível do projeto para enfrentamento em nível nacional, envolvendo dessa vez a SENASP para desenvolvimento de ações no campo da atenção e do cuidado, utilizando as estratégias de filosofia de polícia comunitária (BRASIL, 2012c).

Retornando às questões regionais e locais, o cotidiano dos trabalhos das polícias civil e militar revela que o processo de avanço do consumo das drogas já atingiu as populações urbanas e rurais do Marajó ocidental. Ainda não há estudos confiáveis que mensurem qualquer aspecto desse fenômeno, inclusive associando ao cometimento de crimes e aumento

³⁴Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>> e <<http://www.uniad.org.br/interatividade/noticias/item/7936-brasil-%C3%A9-o-maior-consumidor-sul-americano-de-drogas-aponta-relat%C3%B3rio-do-departamento-de-estado-dos-eua>>. Acesso em 06 jan. 2016.

³⁵Relatório brasileiro sobre drogas, organizado por Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2009.

da violência. Entretanto os registros oficiais apontam para o crescente aumento das apreensões de drogas realizadas pela Polícia Militar a cada ano, sem especificar o tipo e a quantidade de substância, isso demonstra que, de fato, o mercado das drogas ilícitas está instalado e é lucrativo, principalmente em Breves, Portel e São Sebastião da Boa Vista³⁶.

Os meios materiais do SIEDS que hoje estão disponíveis não são suficientes para combater com eficácia os grupos criminosos, principalmente piratas e contrabandistas, pois sempre se esbarra na questão da insuficiência dos efetivos lotados nas Unidades municipais. Por conta da vastidão da área, os trabalhos de combate à pirataria e ao contrabando exigem paciência, perseverança e bastante conhecimento náutico, para se entender bem a dimensão dos perigos e desafios.

Nos atendimentos realizados nos rios, as embarcações tipo LV não apresentam a devida segurança para o combate a criminosos armados, havendo apenas uma EAT na cidade de Breves compatível com a necessidade. Entretanto, na maioria das ocorrências atendidas nas LV não há situação de confronto armado.

Como consequência direta do avanço das drogas, os arranjos sociais têm sofrido alterações, principalmente pela sensação de insegurança que os crimes, tais como os furtos, roubos, receptação, corrupção de menores, porte ilegal de armas e homicídios, provocam. Nas análises do trabalho de pesquisa de Couto e Sanches (2010, p. 7):

[...] existe uma relação entre favelização, tráfico de drogas e violência urbana, pois a produção desigual do espaço urbano, de certa forma, contribuiu para configuração de enclaves territoriais do tráfico de drogas em Belém e outras metrópoles. Em nossa análise espacial, em que se trata do tráfico de drogas na periferia, é importante antes de destacar além da questão territorial dessa atividade, fazer uma reflexão acerca da dimensão econômica que a venda da droga desempenha dentro e fora do bairro, já que não atua como uma atividade isolada.

Essa análise sobre o avanço da criminalidade na periferia de Belém retrata bem o que hoje acontece em basicamente todas as outras cidades paraenses, independente do porte. No Marajó ocidental, esse fenômeno tem sido observado com maior frequência nas cidades de Breves, Portel, São Sebastião da Boa Vista, Bagre e Currealinho.

³⁶Consulta do autor aos dados registrados no SISP no período de janeiro de 2010 a março de 2016 em todos os 10 municípios da circunscrição do CPR XII, considerando todos os casos registrados onde estão cadastradas as palavras 'tráfico de drogas', 'associação ao tráfico de drogas', 'porte de drogas', 'apreensão de drogas' e 'consumo de drogas', sem organização qualitativa dos dados observados. Foram anotados os seguintes registros: 410, em 2010; 422, em 2011; 463, em 2012; 510, em 2013; 612, em 2014; 592, em 2015; 122, em 2016.

Além das questões relacionadas ao aumento da criminalidade entre jovens e o avanço das drogas, o aumento populacional também entra nessa conta, pois a cada ano o coeficiente “policial por habitante” vem diminuindo. Na tabela 4, pode ser observada a progressão do aumento populacional na região:

Tabela 4- Variação da população no Marajó ocidental entre 2010 e 2015

Município	Ano						Variação 2010 a 2015
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Afuá	35.017	35.467	35.879	36.598	37.092	37.398	6,80%
Anajás	24.771	25.254	25.731	26.547	26.905	27.540	11,17%
Bagre	23.855	24.644	25.398	26.666	27.026	28.292	18,59%
Breves	92.865	93.835	94.779	96.444	97.746	98.231	5,78%
Chaves	21.138	21.286	21.557	22.029	22.326	22.566	6,75%
Currálinho	28.582	29.204	29.838	30.915	31.332	32.248	12,82%
Gurupá	29.060	29.520	29.963	30.727	31.142	31.623	8,82%
Melgaço	24.789	25.096	25.374	25.860	26.209	26.397	6,48%
Portel	52.166	53.257	54.306	56.094	56.851	58.282	11,17%
S. Sebastião da Boa Vista	22.890	23.307	23.696	24.363	24.692	25.161	9,92%
Total	355.133	360.870	366.521	376.243	381.322	387.738	9,18%

Fonte: IBGE, 2015. Elaborado pelo autor (2016).

Ao passo que a população aumenta a quantidade de policiais ou mesmo outras categorias de funcionários públicos não sofre acréscimo ou mesmo diminui. Portel, São Sebastião da Boa Vista, Bagre e Currálinho possuem os maiores índices de crescimento e também são os municípios que apresentaram aumento na favelização e criminalidade no mesmo período.

Há a perspectiva da criação de um posto Pro Paz na Vila Antônio Lemos, envolvendo órgãos do Sistema de Segurança Pública, a SEFA, a SEDUC, a SESP, a SEMA, dentre outros, o que pode proporcionar o desenvolvimento de um ponto de referência capaz de disseminar as condições necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Os impactos decorrentes das ações conjugadas em um só lugar podem criar condições ideais para que, ao longo dos anos, se desenvolva um núcleo urbano estruturado no qual floresçam estabelecimentos comerciais, escritórios de prestadores de serviços e a consequente diversificação de mão-de-obra para atender à nova fronteira de desenvolvimento³⁷.

A Vila Antônio Lemos, situada na margem esquerda do Rio Tajapuru, porção noroeste do município de Breves (1°05'05''s 50°13'16''w), é a sede de um dos quatro

³⁷ Desenvolvido no Núcleo de Projetos Corporativos da SEGUP

Distritos daquele município. Atualmente, é constituído por um pequeno aglomerado de famílias, mas em seu entorno, num raio de cerca de 30 Km, congrega uma população estimada em cerca de 3.500 habitantes. As cidades mais próximas, seguindo o curso dos rios, são: Breves – PA (cerca de 65 Km), Melgaço – PA (cerca de 70 Km), Gurupá – PA (cerca de 140 Km) e Santana – AP (cerca de 190 Km).

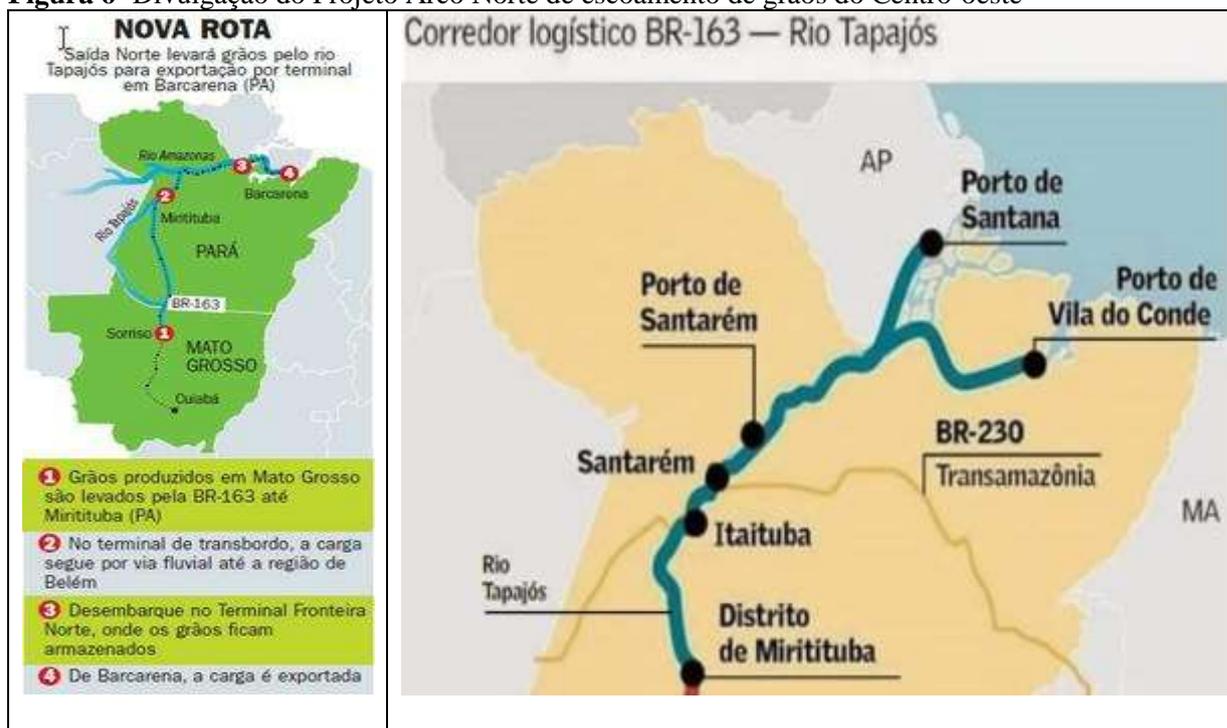
Sua localização às margens do Rio Tajapuru é estratégica para a navegação regional, pois esse curso hidroviário é rota obrigatória para as embarcações de carga e passageiros entre as capitais Belém (PA), Macapá (AP) e Manaus (AM), e também cidades intermediárias como as paraenses Barcarena, Breves, Monte Alegre e Santarém, e também a cidade amapaense de Santana. A pequena vila está assentada sobre uma considerável porção de terra firme, mas é totalmente isolada e não possui interligação por terra com nenhum outro aglomerado urbano.

Com a perspectiva da construção e funcionamento do Porto de Miritituba (Distrito de Itaituba - PA), com conexão com o Porto de Santana – AP (via rios Tapajós e Amazonas), será estabelecido um complexo intermodal para escoamento da produção de grãos oriundos da região Centro-Oeste. A rota fluvial da Amazônia Oriental será impactada não só pelo fluxo lógico das embarcações, mas também pelas influências socioeconômicas que esse tipo de atividade provoca ao longo de seu percurso³⁸.

O Rio Tajapuru faz parte da rota entre Miritituba - PA e o complexo portuário de Barcarena. As relações comerciais que se estabelecerão entre os Portos de Santana - AP e de Barcarena - PA ficarão mais intensas por conta de fatores como: 1- intensificação da circulação de funcionários e prestadores de serviço; 2- aquecimento da indústria e do mercado da construção naval; 3- expansão dos serviços de manutenção do mercado de engenharia naval; 4- estabelecimento de empresas de importação e exportação; 5- estabelecimento e expansão de empresas prestadoras de serviços indiretos. A figura 6 contém a representação de duas fontes de divulgação dos grupos de interesse no projeto.

³⁸ Disponível em: <[http:// www.ghgprotocolbrasil.com.br/soja-regiao-de-miritituba-vai-ganhar-26-estacoes](http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/soja-regiao-de-miritituba-vai-ganhar-26-estacoes)> e <[http://www. economia.estadao.com.br/.../geral,exportar-pelo-norte-comeca-a-ser...](http://www.economia.estadao.com.br/.../geral,exportar-pelo-norte-comeca-a-ser...)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

Figura 6- Divulgação do Projeto Arco Norte de escoamento de grãos do Centro-oeste



Fonte: Disponível em: <<http://www.dinheirorural.com.br>> e <www.ruralpecuária.com.br>. Acesso em: 1 jun. 2016.

Essas novas relações trarão impactos significativos na vida dos moradores ribeirinhos, sobretudo os que residem no Rio Tajapuru, dado o modo de vida que se estabeleceu ao longo de décadas entre eles e as embarcações que cruzam a região. Essas relações se estabeleceram por conta da comercialização de combustíveis fósseis, principalmente o óleo diesel, que é a fonte motriz da maioria dos motores que movimentam embarcações regionais, faz funcionar serrarias de pequeno e médio porte e também gera energia elétrica para residências e estabelecimentos comerciais locais.

A região do entorno da Vila Antônio Lemos é carente de serviços no que diz respeito à saúde, educação, abastecimento de água potável, saneamento básico, gestão ambiental e segurança pública. Existem pequenos Postos de saúde e atendimento básico, com a ação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS); os atendimentos especializados só são conseguidos nas cidades de Breves, Santana e Melgaço. As escolas existentes são apenas de nível fundamental, havendo uma demanda reprimida considerável no que diz respeito ao ensino médio, fato que obriga os alunos a migrarem para os centros urbanos ou parar os estudos.

O potencial econômico regional se encontra reprimido pela falta de investimentos em infraestrutura e pela baixa oferta de serviços básicos. A Vila Antônio Lemos, por sua localização estratégica, é ideal para construção de um complexo predial que consiga refletir a presença do Governo do Estado, onde a permanência de funcionários públicos e a respectiva

oferta dos serviços se torne a espinha dorsal para fazer frente ao reflexo negativo das mazelas sociais traduzidas pelo Índice de IDH, pelo registro frequente de ações de pirataria e também pela persistente e revoltante ocorrência das práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Além dessas situações, não há uma efetiva fiscalização que faça frente aos crimes ambientais, principalmente à extração ilegal de madeira, que é praticada por pequenas serrarias ao longo dos rios da região. A agropecuária também merece especial atenção, pois as práticas rurais ainda são rústicas. É possível que investimentos em pesquisas possam proporcionar o desenvolvimento de novas tecnologias que viabilizem a estruturação das cadeias produtivas da mandioca, do açaí, do camarão e do pescado, proporcionando bases sólidas para o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda, a melhoria das condições de moradia e consistência da segurança alimentar.

Como efeito colateral, é importante considerar os impactos da presença repentina do Estado em uma localidade onde não há qualquer infraestrutura. Há necessidade de se efetivar o abastecimento de água potável, os processos de gestão dos resíduos sólidos e líquidos, bem como o fornecimento de energia elétrica estabilizada, que são essenciais para permitir o funcionamento do complexo predial, atender a circulação de pessoas e suportar a consequente ocupação habitacional no entorno, que em questão de algumas décadas pode demandar a criação de uma nova cidade ou mesmo um novo município.

Para tanto, é interessante que haja um planejamento capaz de pôr em prática os conhecimentos de desenvolvimento, dentre os quais citamos dois: a) Desenvolvimento sustentável baseado no respeito à capacidade de suporte da natureza, conservação ao máximo dos recursos naturais, reaproveitamento, reciclagem e reuso dos recursos, redução do desperdício, sustentação do crescimento econômico, Expansão do mercado; b) Desenvolvimento econômico comunitário baseado no aumento da autossuficiência local, satisfação das necessidades humanas básicas, aumento da equidade, garantia da participação e da responsabilidade social.

Isso tudo tem a finalidade de garantir a criação e expansão de um núcleo populacional voltado para a realidade ribeirinha, contudo, livre dos vícios urbanísticos observados na Amazônia. Essas considerações preliminares justificam a necessidade da presença do Poder Estatal onde pode parecer absurdo e inaceitável, mas ainda há um contingente considerável de cidadãos que não tem acesso permanente aos serviços básicos, estando excluídos dos processos de participação e decisão, primordiais para a prática da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Como pré-requisitos mínimos para funcionamento do novo Posto Policial Destacado PPD (PARÁ, 2015d), será necessário um efetivo de 21 policiais militares, dividido em três equipes, sendo que duas equipes se revezam no sistema de 24 x 24 horas de serviço durante 15 dias, a terceira fica de folga por 7 dias. Diariamente, cada equipe realiza missões no rio e atendimento aos cidadãos no Posto Policial. O armamento e o equipamento serão supridos por meio do kit policial, disponibilizado pela Corporação para cada policial. Como veículos, serão necessários uma LV, com cobertura, capacidade para 8 pessoas, motor de popa 60 HP, um Jet sky e quatro bicicletas para circulação no interior e cercanias da vila³⁹.

Listar, descrever e analisar os limites, desafios e as perspectivas para essa região ainda pouco explorada em seus potenciais antropológicos e naturais realmente não é uma tarefa fácil. Poder público e sociedade precisam ser proativos e contundentes no desenvolvimento de ações coletivas e solidárias que se traduzam em avanços coletivos. Ações essas que busquem superar a carência de investimentos na área socioeconômica e de infraestrutura, pois essa é uma realidade que já não pode ser mais negada, ignorada ou simplesmente ser aceita como uma marca identitária, seja para a terra como para o povo. Portanto “o Marajó não é um território vitimado pela pobreza, mas sim pela injustiça”.

Para facilitar a observação de maneira genérica e paralela os limites os desafios e as perspectivas tratadas neste capítulo, foi elaborado um quadro demonstrativo de alguns dos tópicos abordados, com o objetivo de facilitar a visualização do contexto geral. Importante frisar que cada tópico apontado afeta direta ou indiretamente o trabalho da PMPA e que com maior ou menor intensidade incidem sobre todo o Sistema de segurança pública e defesa social na região e mesmo sobre o Sistema de proteção social (saúde e educação) na região.

Em face da dimensão dos cenários ora apresentados, fica claro que somente a PMPA não tem capacidade de resolver as todas as demandas de segurança pública e defesa social. Por esse motivo, a presente pesquisa se volta para a persistente afirmação em se optar pela difusão e adoção da Filosofia de polícia comunitária em todas as ações da Corporação, sejam internas ou externas, em consonância com as perspectivas estratégicas da PMPA para o ciclo 2015/2025⁴⁰ por meio do Planejamento Estratégico (PARÁ, 2015d). Paralelamente a atuação de outros órgãos públicos nas diversas esferas e níveis, com destaque para a Prefeitura Municipal de Breves, por sua natureza de proximidade, capilaridade e diversidade de serviços.

³⁹ Estimativa emitida em relatório pela administração do CPR XII para subsidiar o Núcleo de Projetos Corporativos da SEGUP no projeto do Posto Integrado de Antônio Lemos em 2015.

⁴⁰ PARÁ. Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025. Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. 2015. Disponível em: <<http://www.pm.pa.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

Quadro 6- Limites, desafios e perspectivas da PMPA no Marajó ocidental em 2016

Limites	Desafios	Perspectivas
<p>Natureza e geografia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vastidão territorial e baixa densidade demográfica na área rural; - Cidades conectadas por rios. <p>SIEDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Segurança Pública fragilizado em seu funcionamento e com necessidade de mais investimentos humanos e materiais; - Ausência do Centro de Perícias Renato Chaves. <p>Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de Juízes, Promotores e Defensores Titulares. <p>Corporação PMPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixo efetivo de funcionários, - Insuficiência de prédios próprios e equipados; - Insuficiência de veículos terrestre e fluviais; - Veículos inadequados para atuar na região; - Sistemas de comunicação (rádio internet, telefonia celular e telefonia fixa) deficientes. <p>Prefeituras municipais e sociedade civil organizada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca participação social em reuniões de interesse da segurança pública; - Pouca presença de Guardas municipais e Departamentos municipais de trânsito; - Ausência de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal; - Pouca atuação dos Conselhos Municipais de Defesa Civil; - Ausência de Conselhos Comunitários de Segurança. 	<p>Natureza e geografia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da população e do território; - Aumento populacional; - Crescimento do processo de favelização nas periferias das sedes municipais; - Grande incidência de crimes ambientais. <p>Violência e criminalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rotas do contrabando e do narcotráfico; - Avanço do comércio e do consumo de drogas ilícitas; - Crescente envolvimento de jovens na criminalidade e atos violentos. <p>Prefeituras municipais e sociedade civil organizada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular maior participação popular nos assuntos de interesse coletivo relacionados à segurança pública e defesa social; - Estimular as Prefeituras Municipais a criarem mais órgãos relacionados à segurança pública, defesa social e cidadania. 	<p>Natureza e geografia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mapear e atender melhor a população ribeirinha. <p>Corporação PMPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação sistemática das perspectivas estratégicas até 2025, - Concursos públicos para aumento de efetivo policial, - Difusão e incorporação gradual da Filosofia de polícia comunitária nas atividades operacionais da Corporação por meio da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – DPCDH, - Ampliação das turmas do PROERD no Marajó Ocidental, - Início das atividades do Comando de Policiamento Ambiental - CPA no Marajó. <p>SIEDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação da Unidade Pro Paz na Vila Antonio Lemos; - Criação da Unidade Pro Paz em todas as sedes municipais; - Mais investimentos nos órgãos integrantes do SIEDS. <p>Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração entre órgãos da justiça criminal; - Disponibilização de mais funcionários, Defensores, Juízes e Promotores. <p>Prefeituras municipais e sociedade civil organizada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mais participação social em reuniões de interesse da segurança pública; - Criação de mais Guardas municipais e Departamentos municipais de trânsito; - Criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal; - Mais atuação dos Conselhos Municipais de Defesa Civil; - Criação dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

No Planejamento Estratégico (PE) do ciclo 2015/2025 (PARÁ, 2015d), estão elencados alguns dos Valores da PMPA, tais como: Responsabilidade social, Preservação do interesse público e Respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Esses valores demonstram a harmonia com o tema FPC. Já nas Perspectivas de processo do PE o primeiro objetivo é “Fomentar a cidadania, a responsabilidade e a participação social” por meio de estratégias, entre as quais destacamos “promover ações de defesa da sociedade por meio da participação social”, a qual tem como iniciativa estratégica “Elaborar e implementar projetos de mobilização social para melhoria da segurança nas comunidades pela PMPA”.

Ao se consultar as estratégias e os objetivos do PE da PMPA, é possível notar que o presente trabalho de pesquisa está perfeitamente alinhado com os preceitos trabalhados na obra miliciana. Pela própria natureza de conjunção de forças positivas que justifica a metodologia da FPC, é fundamental que haja um passo inicial com objetivos de curto, médio e longo prazo, no sentido de que se consiga, de maneira satisfatória e consistente, a melhoria da qualidade de vida dos moradores ribeirinhos da zona rural no Marajó ocidental.

A pesquisa busca demonstrar que a sinergia entre os poderes públicos da esfera estadual e municipal que atuam no município de Breves podem participar da estratégia de Filosofia de polícia comunitária voltada para as localidades ribeirinhas da zona rural, sob a coordenação da PMPA. Por se tratar de uma experiência diferenciada por conta do aspecto natural, é interessante que os aspectos metodológicos sejam seguidos sem muitos rigores, com pouca burocracia e respeitando o tempo de resposta das populações marajoaras, que estão submetidas aos ditames imperativos dos poucos recursos materiais, das grandes distâncias, do clima diário, das estações seca e chuvosa e do movimento cadenciado das águas.

Fotografias 18 e 19 - Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação com visita ao Igarapé Parauacá no PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Fotografias 20 e 21 – Pesquisa de campo da Disciplina Gestão de Unidades de Conservação em visita e entrevista como Presidente da Associação de Moradores do PAE Ilha de Santo Amaro no município de Breves, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Fotografia 22 – Barco empurrador com balsa de cargas cruzando o Furo Buiuçu na rota de Manaus-AM para Belém-PA, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Fotografia 23 – Escola Municipal no Igarapé Parauacá no PAE Ilha de Santo Amaro, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

Fotografia 24 e 25 – Serraria beneficiadora de cabos para vassoura e Trecho de transpasse do Linhão do Marajó ambos localizados no leito do Furo de Breves no PAE Ilha de Santo Amaro, fevereiro de 2015



Fonte: Vanessa Amaral (2015).



Fonte: Vanessa Amaral (2015).

5 MÉTODOLOGIA

5.1 Uma breve discussão sobre o método adotado

Primeiramente, se faz necessário tratar, mesmo que sem grande profundidade, de aspectos teóricos e conceituais concernentes ao plano da metodologia científica, abordando a ética e a pesquisa. De acordo com Japiassú e Marcondes (2006, p. 97), a ética é originada da *ethike*, que diz respeito aos costumes e à ação humana que busca um valor social e consciência moral, num princípio de justiça e harmonia. Dessa forma, o pesquisador deve se ater à questão mestra do valor social de sua produção. Para Simonian (2005, p. 121), “[...] se a pesquisa é produzida adotando as orientações das Ciências Humanas ou da Antropologia, por certo implicará em muitas possibilidades de uso para a população envolvida”.

Segundo Chauí (2000, p. 67), “Ética é o estudo dos valores morais (as virtudes), da relação entre vontade e paixão, vontade e razão; finalidades e valores da ação moral; ideias de liberdade, responsabilidade, dever, obrigação, [...]”. A *ethike* nasce amparada no ideal grego de justa medida e equilíbrio nas ações. Por sua vez, a justa medida é a busca do agenciamento do agir humano de tal forma que o mesmo seja bom para todos de forma igual. O espaço de cada indivíduo envolvido pela ação precisa ser garantido de maneira autônoma e racional. Tais princípios indicam não para a perfeição do agir, mas para que o mesmo ocorra da maneira mais adequada possível dentro de uma moral e de uma cultura.

Mais adiante, a mesma autora segue na teorização (2000, p. 372):

Cultura é o aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo, isto é, como formação das crianças não só pela alfabetização, mas também pela iniciação à vida da coletividade por meio do aprendizado da música, dança, ginástica, gramática, poesia, retórica, história, Filosofia, etc. A pessoa culta era a pessoa moralmente virtuosa, politicamente consciente e participante, intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da Filosofia [...].

Hannerz (1997, p. 12) ressalta uma característica da cultura: para que se mantenha duradoura, tem de estar em movimento, ou seja, “[...] as pessoas, enquanto atores e redes de atores, têm de inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiências com ela, recordá-la (ou armazená-la de alguma outra maneira), discuti-la e transmiti-la.”. Essa postura carece de dinâmica participativa que se pode atingir por meio da mobilização social que, por sua vez, é um instrumento potencializador da Filosofia de polícia comunitária.

O conjunto de leis no Brasil ainda não contempla o tema relacionado à ética na pesquisa em ciências humanas. Entretanto, cabe considerar a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde:

[...] no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

Considerando o desenvolvimento e o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico;

Considerando o progresso da ciência e da tecnologia [...]

R E S O L V E: Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

[...]

II - DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

[..]

II.14 - pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos;

II.15 - pesquisador - membro da equipe de pesquisa, corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

II.16 - pesquisador responsável - pessoa responsável pela coordenação da pesquisa e corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

[...]

III - DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes (BRASIL, 2012b).

Fica claro que o trabalho de pesquisa deve, primeiramente, focar os aspectos da preservação da integridade dos participantes e deixar para segundo plano os demais aspectos dos trabalhos.

Há dois tipos básicos de conhecimento. O primeiro é o vulgar ou popular, às vezes chamado de senso comum, e se caracteriza por ser superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico. O segundo é o científico, o que é real (factual), porque lida com ocorrências ou fatos. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experiência e não apenas pela razão. É sistemático, verificável e falível (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 77).

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12), “Metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para

fazer uma pesquisa científica”. Conforme acrescenta Fonseca (2002, p. 11), “O método científico envolve experiências exatas, objetivas e sistemáticas. Regras fixas para a formação de conceitos, para a condução de observações, para a realização de experimentos e para a validação de hipóteses formuladas”. Assim, a metodologia é o estudo do método, ou seja, é o conjunto de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa. A palavra “Método” significa organização, estudo sistemático, pesquisa e investigação.

Segundo Trujillo (1974 apud LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 780), “A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação”. Para Gil (2007, p. 172), a pesquisa é definida como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Além disso, a pesquisa é constituída de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. O ponto de partida para uma investigação ou pesquisa é a pergunta ou questionamento, uma dúvida para a qual se procura uma resposta. Na tentativa de responder a questão, se cria uma ou várias hipóteses que levem a uma solução.

Silva e Menezes (2005, p. 86) definem que Hipóteses “[...] são suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias para o problema de pesquisa. As hipóteses são provisórias porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa”. Para Lakatos e Marconi (1991 apud Silva e Menezes, 2005, p. 87), a hipótese se caracteriza por ter consistência lógica, por ser passível de verificabilidade, ter simplicidade, ter relevância, pelo apoio teórico, ter especificidade, ter plausibilidade, apresentar clareza e profundidade, apresentar fertilidade e originalidade.

Silva e Menezes (2005, p. 20) entendem que a forma de abordagem do problema pode ser de pesquisa quantitativa ou qualitativa. A quantitativa considera a quantificação, significa representar por meio de números opiniões e informações para, posteriormente, classificá-las e analisá-las dentro de critérios predeterminados. Na qualitativa, admite-se uma relação entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido numericamente.

Na presente pesquisa, foram utilizados dois métodos: o exploratório e o descritivo. A primeira parte do trabalho foi baseada em pesquisa bibliográfica, explorando textos de natureza qualitativa e quantitativa (indicadores). Nos dizeres de Gil (1991 apud SILVA; MENEZES, 2005, p. 21), do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica é aquela que é elaborada a partir de material já publicado, constituído, principalmente, de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na

Internet. Buscou-se o máximo de publicações publicadas há menos de dez anos, a maioria com até cinco anos.

As análises, reflexões, recomendações e propostas a serem apresentadas serão construídas a partir da análise documental e bibliográfica de textos diversos de natureza acadêmica ou governamental, bem como de dados coletados oriundos do Comando de Policiamento Regional XII, Superintendência de Polícia Civil do Marajó Ocidental, 11º Grupamento de Bombeiros Militares do Pará, Guarda Municipal e das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social do Município de Breves para construção de tabelas e gráficos que possibilitem demonstrar com mais clareza os contextos de infraestrutura e dinâmica social na zona rural do município.

Na parte da pesquisa de natureza descritiva, foram aplicados dois tipos de questionários: o primeiro para coleta de informações sobre governança local, desenvolvimento sustentável e segurança pública, com seis questões; e o segundo referente à possibilidade da aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária e as dificuldades a serem enfrentadas, com nove questões. Conforme afirma Gil (2002, p. 44):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significantes está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A área rural de Breves, por ser muito similar a dos demais municípios do Marajó ocidental, foi escolhida para realização da pesquisa de campo e também pelo fato de Breves ser considerado o “termômetro da região”, de onde partem ou para onde confluem as principais decisões de impacto regional, conforme tratado no Capítulo II desta pesquisa.

5.2 O Público escolhido para a pesquisa e o cálculo da amostra

Para aplicação dos dois questionários, foram escolhidos três públicos específicos. O primeiro é formado por Agentes do SIEDS da esfera estadual, tendo como integrantes policiais militares e bombeiros militares. O segundo é formado por funcionários da Prefeitura Municipal, onde participaram secretários de governo, profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social e guardas municipais. E o terceiro é formado por uma amostra

arbitrária de 130 moradores de localidades ribeirinhas do interior do município de Breves com idade acima de 18 anos.

Devido o bairro Centro da cidade de Breves concentrar a maior parte das representações dos órgãos em que os funcionários trabalham, foi relativamente fácil conseguir manter contato com os participantes da pesquisa. Esse ponto positivo é fundamental para o balizamento de outras pesquisas, pois a concentração geográfica dos prédios favorece a escolha e o acesso de pesquisadores aos órgãos e aos funcionários. Da mesma forma, o fluxo diário de munícipes que moram no interior é intenso no bairro Centro, mesmo nos finais de semana, principalmente no intervalo entre 07h00min e 13h00min.

Na questão da escolha dos funcionários públicos que deveriam ser entrevistados, foi utilizado o seguinte critério: 1 – Quais órgãos do SIEDS poderiam contribuir com o trabalho e quais os efetivos disponíveis para atuar no interior do município? 2- Quais Secretarias Municipais poderiam contribuir com o trabalho e quais os efetivos disponíveis para atuar no interior do município? Quanto aos órgãos do SIEDS a Polícia Civil e o DETRAN foram descartados, restando a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Foram feitos contatos informais e formais com funcionários do alto escalão da Prefeitura Municipal de Breves, ocasião em que foram conhecidas as atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, e se chegou ao resultado da tabela 5:

Tabela 5- Agentes do SIEDS e Funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Breves disponíveis para desenvolver atividades de FPC no interior do município, em 2016

ORGÃO		QUANTITATIVO	TOTAL
SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO PARÁ	PMPA	70	94
	CBMPA	24	
ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BREVES	SEAD E GMB	40	84
	SEMED, SESMA E SEMTRAS	44	
TOTAL			178

Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

De posse dos dados do universo amostral, calculou-se do tamanho mínimo da amostra por meio da fórmula (BARBETA, 2002, p. 60):

$$n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Em que:

n : tamanho mínimo da amostra;

N : tamanho da população;

n_0 : primeira aproximação do tamanho amostral, sendo $n_0 = 1/\varepsilon^2$, sendo $\varepsilon = 5\%$ é o erro amostral máximo tolerável.

Havendo estratos na amostra, foi necessário o cálculo da amostra estratificada proporcional, utilizando-se a fórmula (BARBETA, 2002, p. 63):

$$n_h = n \times \frac{N_h}{N}$$

Em que:

n : tamanho mínimo da amostra;

N_h : total populacional do estrato h ;

N : tamanho total da população.

Com a consolidação dos cálculos, obtiveram-se os dados contidos na Tabela 6:

Tabela 6- Quantitativo amostral dos Agentes do SIEDS e Funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Breves disponíveis para desenvolver atividades de FPC no interior do município, em 2016

ORGÃO		QUANTITATIVO	TOTAL
SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO PARÁ	PMPA	49	65
	CBMPA	16	
ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BREVES	SEMMA, SEAD E GMB	28	58
	SEMED, SESMA E SEMTRAS	30	
TOTAL			123

Fonte: Elaboração do autor (2016).

Portanto, a amostra da pesquisa ficou constituída assim: no grupo do SIEDS, 49 policiais militares e 16 bombeiros militares; no grupo dos funcionários públicos municipais do conjunto da SEMTRAS, SESMA e SEMED, 30 funcionários; e do conjunto da SEAD, SEMMA e GMB, 28 funcionários.

Todos os Agentes do SIEDS têm formação em Filosofia de polícia comunitária (FCP) formados nas turmas em Breves. No grupo dos funcionários públicos municipais, participaram: a Secretária Municipal de Administração (SEAD); o Secretário Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); 5 funcionários da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS); 10 funcionários da SESMA; 15 funcionários da Secretaria Municipal de

Educação (SEMED); e 26 guardas municipais com formação em FPC, a maioria na própria cidade de Breves.

O tamanho da amostra de moradores foi puramente arbitrário e baseou-se nos seguintes dados iniciais: a população total estimada pelo IBGE, em julho de 2015, do município de Breves é de 98.231 habitantes (ver Cap. III, item 3.3, Tabela 2) (IBGE, 2015). O mesmo Instituto concluiu no censo de 2010 que a população rural corresponde, em termos proporcionais, a 49,86% da população municipal (ver Cap. II, item 2.3, Tabela 1); portanto, a população estimada residente na zona rural brevesense é de 48.978 habitantes.

Foi considerado o conjunto de dificuldades a ser enfrentado pelos funcionários públicos para o desenvolvimento pleno das atividades de FPC nas localidades ribeirinhas da zona rural, de tal forma que o autor estima que os trabalhos em condições favoráveis consigam atingir, no máximo, um terço da população rural, o que, matematicamente, corresponde a 16.326 habitantes. Nesse caso, para uma amostra confiável cujo erro amostral máximo tolerável seja de 5%, a amostra mínima seria em torno de 390 indivíduos. A quantidade de 130 questionários corresponde a exatamente um terço da amostra mínima.

Foram entrevistados apenas adultos, dando-se preferência a homens e mulheres economicamente ativos e que residissem no interior há, no mínimo, dois anos. Houve criterioso cuidado em não se entrevistar mais de um componente de uma mesma família, para que se pudesse atingir o máximo de núcleos familiares, assim como garantir uma grande variedade de opiniões não influenciadas pela mesma pessoa. Mesmo não estando explicitado no texto dos dois questionários, os moradores foram orientados a escolher a melhor opção que beneficiassem, em longo prazo, sua família e sua comunidade, agregando valor de responsabilidade coletiva que extrapolasse a perspectiva individualista nas respostas.

Dessa forma, intuitivamente, cada questionário foi considerado como representando um mínimo de três indivíduos de qualquer idade de uma mesma família, mesmo não havendo base científica que valide tal procedimento. Apesar de a amostra ser considerada subdimensionada, os resultados desta pesquisa confirmaram, integralmente, as afirmações contidas nos documentos oficiais descritivos que tratam do território marajoara, tais como o PDTSAM (BRASIL, 2007c), o RATM (BRASIL, 2012a), o IVP (PARÁ, 2012a) e o DSEARIM (PARÁ, 2015b), bem como as constatações de Herrera (2003), Santos Júnior (2006), Magalhães (2014) e Pará (2015c).

5.3 Os questionários

Correspondente à parte descritiva da pesquisa. Foram aplicados dois tipos de questionários. O primeiro, intitulado “Questionário para caracterização da área e percepções”, tinha o objetivo de coletar, por meio de seis perguntas fechadas, informações sobre o cotidiano da governança local, o desenvolvimento sustentável e a segurança pública. O segundo, intitulado “Questionário para aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária”, era constituído de nove perguntas fechadas e tratou da possibilidade ou não da aplicação da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves e suas eventuais dificuldades em caso de aplicação. O período de aplicação e coleta dos dados se deu entre 15 de março e 15 de julho de 2016, na cidade de Breves, sob a orientação do próprio autor.

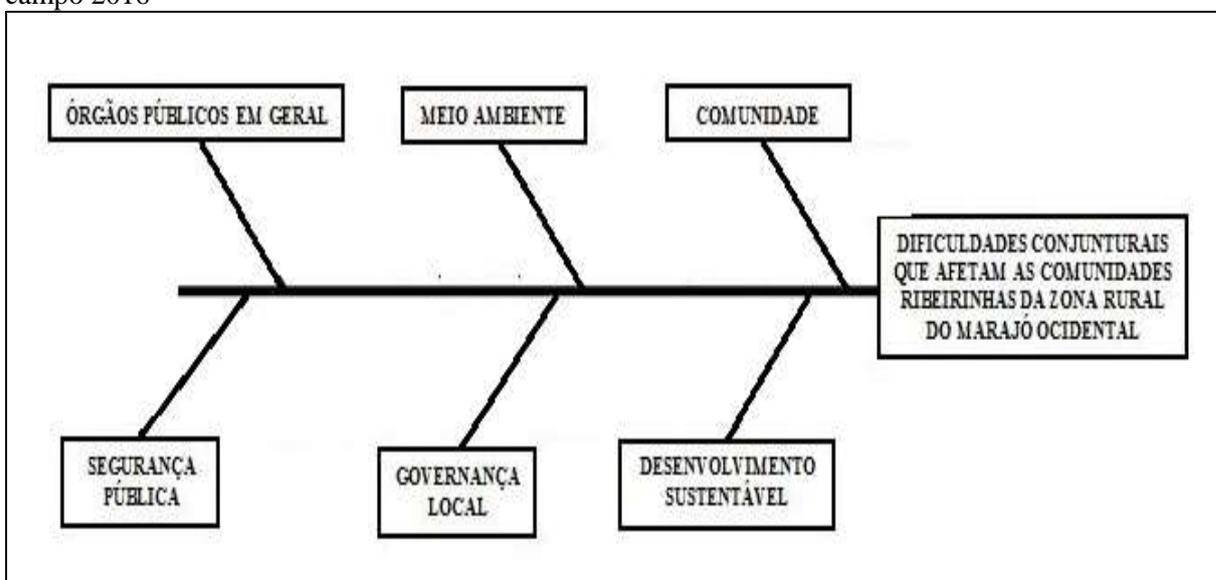
Buscou-se obter informações que possibilitassem caracterizar o ambiente estudado e identificar as demandas estruturais e sociais ligadas, direta ou indiretamente, à segurança pública, à violência, à educação, à saúde, ao saneamento, ao transporte, à geração de emprego e renda, à governança local, à agricultura e à sustentabilidade. Foram aplicados 253 questionários de cada modelo, sendo 65 em Agentes do SIEDS, 58 em funcionários públicos municipais e 130 em moradores ribeirinhos, totalizando 506 questionários.

Em algumas questões, foi permitida a escolha de três itens para assinalar, deixando os pesquisados à vontade para que pudessem expressar, ao máximo, suas percepções sobre cada questão. Nesse caso, como resultado dessas múltiplas escolhas, se optou pelo ranqueamento progressivo entre os itens escolhidos. Para expressar o resultado desse tipo de questão, foi utilizado o gráfico de barras. Para as questões de escolha única, o resultado foi expresso pela porcentagem simples representativa de cada opção, demonstrando-se por meio de tabela ou gráfico pizza.

Como visto ao longo da pesquisa, tanto na parte exploratória como na parte descritiva, as conclusões apontam que a aplicação da Filosofia de polícia comunitária (FPC) é possível, porém muitas dificuldades terão que ser superadas, principalmente as externas de natureza conjuntural ou natural. Apesar da busca pela identificação desses óbices, outros mais existem, sejam permanentes ou temporários. Dessa forma, o autor optou pela continuidade na identificação de mais situações que possam se constituir em barreiras às ações futuras, no intuito de se ter uma visão mais ampla do cenário conjuntural real, evitando-se falhas em um eventual planejamento futuro.

Por conta da facilidade em se reunir os pesquisados, foi realizada uma dinâmica de grupo no dia 20 de maio de 2016 na Sede do Comando de Policiamento Regional XII, que reuniu 10 Policiais Militares, cinco Guardas Municipais e 10 moradores de localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, com o objetivo de confeccionar o Diagrama de Ishikawa ou Diagrama de causa e efeito (BRASIL, 2007b, p. 146), referente ao contexto municipal, com ênfase às localidades da zona rural. De forma direcionada, foram apontadas causas de origens compatíveis e coerentes com o conteúdo da pesquisa (ver Capítulo II). O diagrama construído será apresentado e analisado no Capítulo V, que se refere aos resultados. A figura 7 apresenta os temas propostos para ponto de partida da construção gráfica:

Figura 7- Temas para elaboração do Diagrama de Ishikawa a ser utilizado na pesquisa de campo 2016

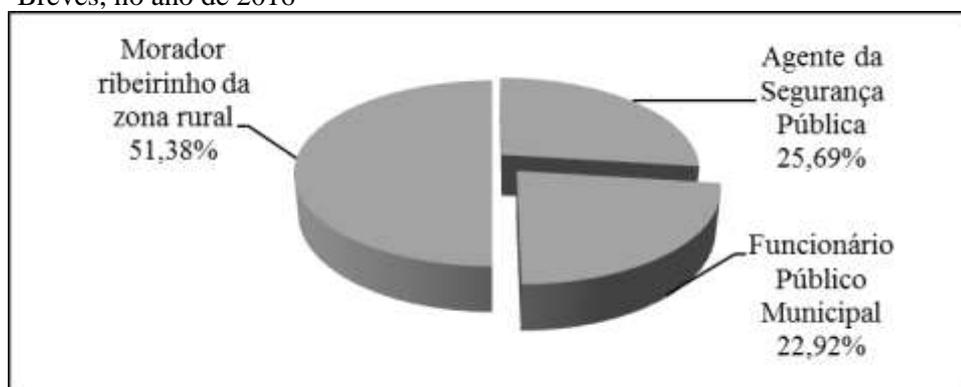


Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme apresentado no Capítulo IV da pesquisa, foram formados três grupos para representar os Agentes de segurança pública da esfera estadual, Funcionários públicos municipais e Moradores ribeirinhos da zona rural, num total de 253 participantes. O gráfico 1 mostra a distribuição percentual de cada grupo em relação ao total. No conjunto da representatividade, os Agentes de segurança pública correspondem a 25,69%, os Funcionários públicos municipais a 22,92% e os moradores ribeirinhos da zona rural a 51,38% do total.

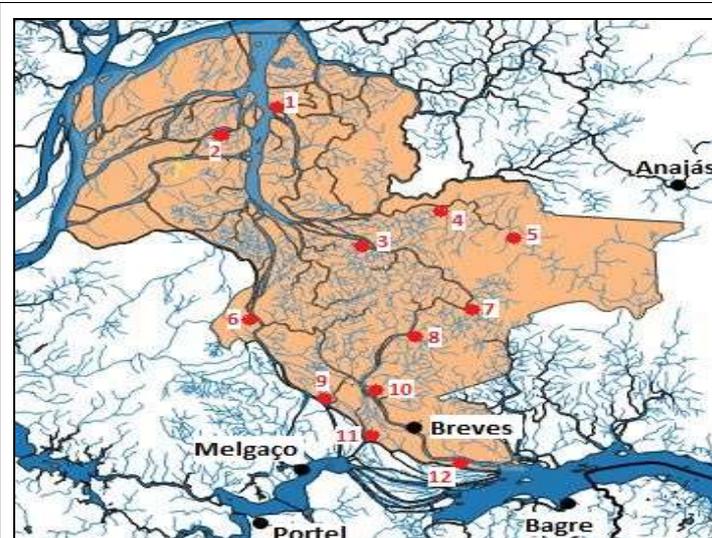
Gráfico 1- Distribuição percentual dos pesquisados com o primeiro questionário em Breves, no ano de 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

Quanto à origem dos moradores da zona rural houve representantes das vilas Portoziel, Curumu, Antônio Lemos, São Miguel dos Macacos e Intel, dos rios Mapuá, Macacos e Parauau, e dos furos Jaburu, Tajapurú e Buiúçu. A figura 8 mostra a situação desses locais:

Figura 8- Localização da origem dos moradores pesquisados da zona rural de Breves, em 2016



Origem dos moradores pesquisados:

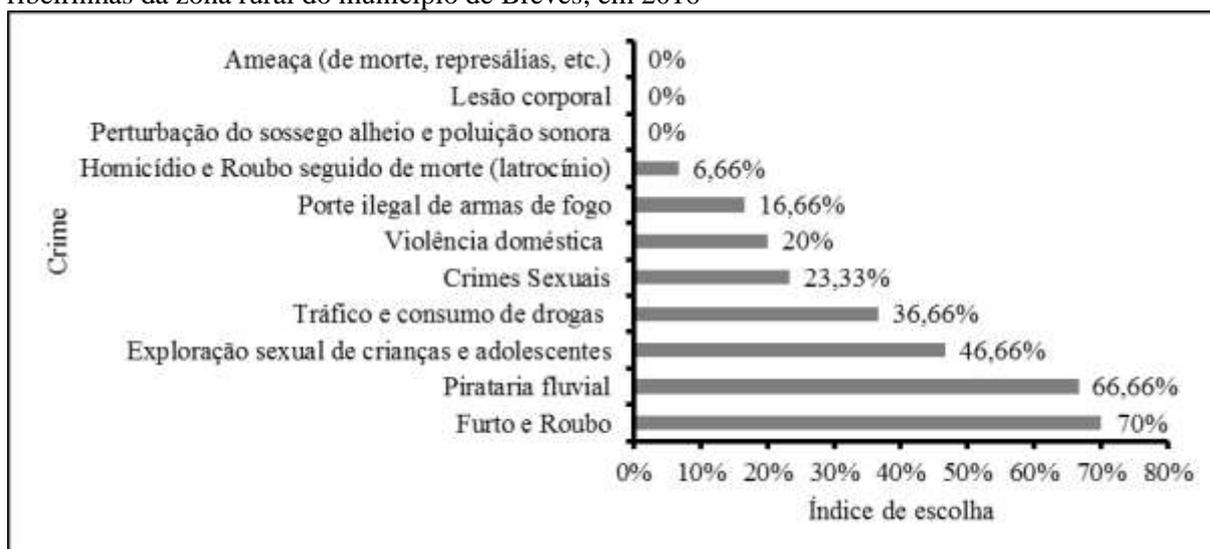
- 1- Vila Portoziel
- 2- Vila Curumu
- 3- Furo Jaburu
- 4- Rio Mapuá
- 5- Rio Mapuá
- 6- Vila Antônio Lemos
- 7- Vila São Miguel dos Macacos
- 8- Rio Macacos
- 9- Furo Tajapurú
- 10- Vila Intel
- 11- Furo Buiúçu
- 12- Rio Parauau

Fonte: Base digital Quantum Gis. Elaborado pelo autor (2016).

O mapa demonstra uma distribuição equilibrada do local de origem dos moradores ribeirinhos pesquisados, em que todos os quadrantes do território municipal foram contemplados.

A segunda pergunta abordou a questão da segurança pública na zona rural, na qual os pesquisados puderam escolher três opções que achavam mais graves dentre os onze tipos de crimes apresentados como principais problemas nas localidades ribeirinhas. O ranque de respostas revelou que há uma preocupação acentuada em relação aos crimes contra o patrimônio. Furto e roubo, com 70%, e Pirataria, com 66,66%, são os mais destacados. O resultado é compatível com os dados apresentados pela SEGUP no ciclo 2011 a 2015, que revela aumento considerável desses tipos de ocorrência na região do Marajó como um todo. O gráfico 2 demonstra as opções.

Gráfico 2- Crimes apontados como principais problemas de Segurança Pública nas localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, em 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

Os crimes de cunho sexual aparecem também em destaque. As opções de Exploração sexual de crianças e adolescentes, com 46,66%, e Crimes sexuais, com 23,33% (estupro, ato libidinoso e ato libidinoso diverso da conjunção carnal), fortalecem o teor das recorrentes denúncias dos representantes da Igreja Católica, que chamam a atenção das autoridades para o cometimento persistente dessas práticas, com destaque para as queixas contra tripulantes de embarcações que cruzam o Rio Tajapurú⁴¹, nas quais crianças e adolescentes, principalmente

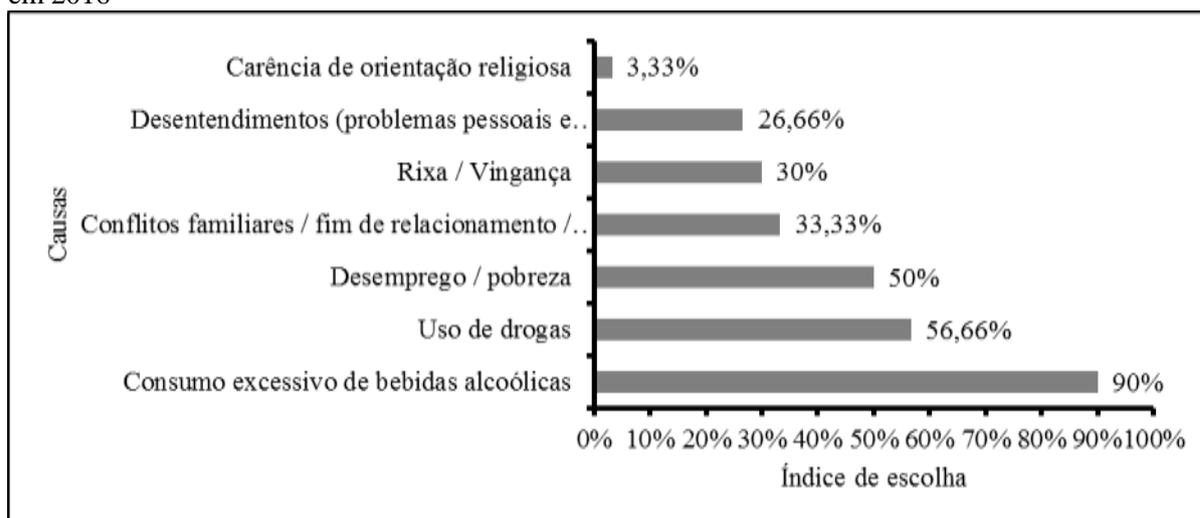
⁴¹ Mais informações em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/734-meninas-balseiras-da-ilha-de-marajao-exploradas-sexualmente.html>>, <<http://www.aids.gov.br/noticia/quem-denuncia-exploracao-das-meninas-na-regiao-corre-riscos>> e <http://amazoniacontece.blogspot.com.br/2015/10/a-face-medonha-do-lindo-marajo.html>>. Acesso em: 27 maio 2016.

do sexo feminino, são oferecidas pelos próprios genitores ou agenciadores para serem abusadas sexualmente em troca de óleo diesel, dinheiro ou mercadorias. Estes afirmam que a pobreza os força ao crime.

A terceira pergunta buscou identificar algumas causas do desencadeamento da violência na zona rural do município. Os pesquisados puderam escolher três opções que achavam mais graves dentre as sete situações apresentadas, conforme apresentados no gráfico 3. O resultado demonstrou que 90% dos pesquisados entendem que o consumo excessivo de bebidas alcóolicas é a principal causa da disseminação da violência na zona rural de Breves.

O resultado expressa uma realidade nacional. Também é cientificamente constatado que a embriaguez é elemento desencadeador de acidentes, desinteligências, lesões corporais, desagregação familiar, homicídios e uma porta de entrada para o mundo das drogas ilícitas⁴².

Gráfico 3- Situações apontadas como causas da violência na zona rural do município de Breves, em 2016



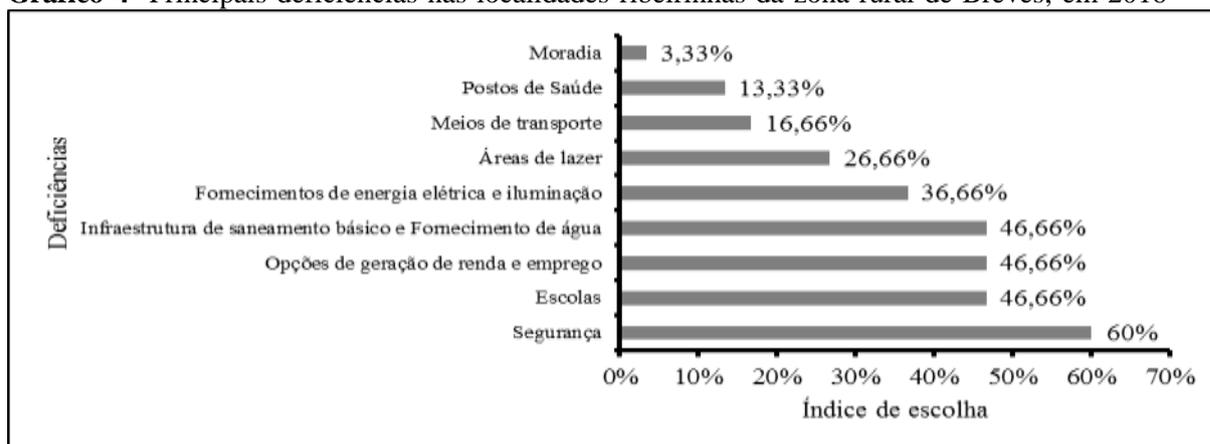
Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

Uso de drogas, com 56,66%, o desemprego e pobreza, com 50%, também apresentaram resultados contundentes e que reforçam as exposições abordadas no capítulo III desta pesquisa no que se refere aos desafios da segurança pública na zona rural de Breves, principalmente a questão do avanço das drogas e suas relações com o cometimento de furtos, roubos e homicídios. Em Breves os delitos são [...] atribuídos ao desemprego. Algumas autoridades comungam da opinião que o desemprego tem relação com o aumento da violência (OLIVEIRA, 2012, p. 114).

⁴² Mais informações em: <<http://www.cisa.org.br/artigo/221/problemas-sociais-decorrentes-uso-alcool.php>> e <<http://www.lersaude.com.br/alcool-as-reais-consequencias-do-consumo/>>. Acesso em: 27 maio 2016.

A quarta pergunta buscou apontar as principais deficiências que ocorrem na zona rural do município. Os pesquisados puderam escolher três opções que achavam mais alarmantes. No Capítulo III, sobre as deficiências do Sistema de segurança pública, foi tratada a dificuldade de se realizar o policiamento ostensivo na zona rural, o que favoreceu o aumento de crimes e a sensação de insegurança, o que reflete o índice de 60% apresentado no gráfico 4:

Gráfico 4- Principais deficiências nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

Com 46,66%, outras deficiências destacadas como prioritárias foram a insuficiência de escolas, a baixa disponibilidade de emprego e geração de renda, assim como a ausência quase total de infraestrutura de saneamento básico e fornecimento de água potável.

A quinta pergunta apresentou opções que podem viabilizar e estimular a geração de renda e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade na zona rural do município. Os pesquisados puderam escolher três opções que julgaram ser mais pertinentes.

Gráfico 5- Atividades produtivas que podem estimular a geração de renda e garantir a sustentabilidade nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016

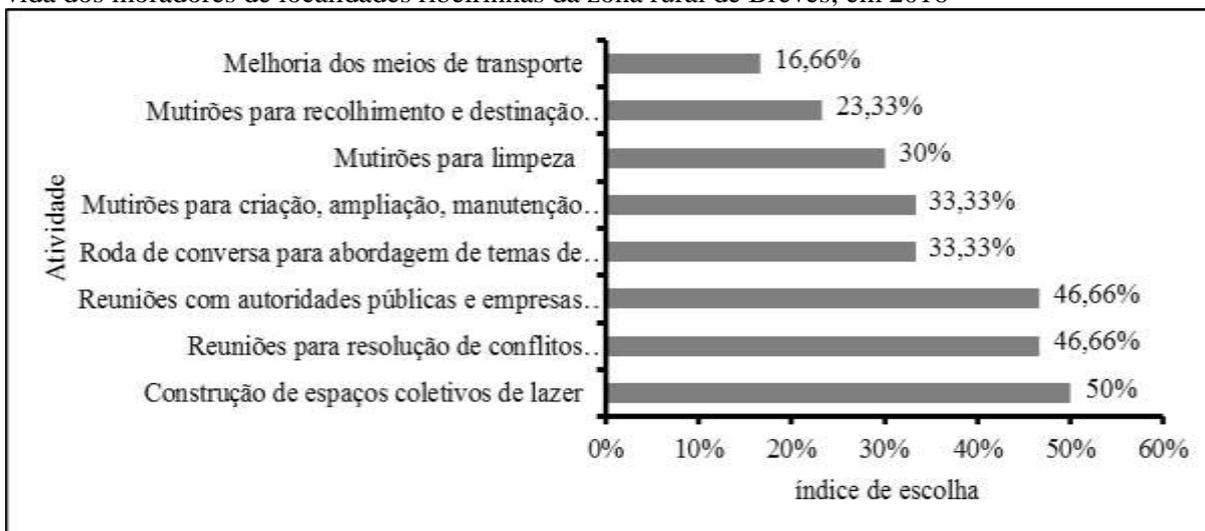


Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

A opção pelo manejo de açazais para extração do fruto e palmito representou 90% entre os pesquisados, o que reflete a natureza inquestionável da relação entre homem e natureza por meio do principal item da alimentação dos ribeirinhos e que tem importante papel na economia municipal⁴³. De forma complementar, também se destacaram a criação de peixes em gaiolas⁴⁴ e a produção da farinha de mandioca⁴⁵, cada uma apresentando índice de 60% nas opções de escolha. De forma interessante, essas escolhas refletem a base alimentar regional. Entretanto, como exposto no Capítulo II desta pesquisa, a cultura de subsistência, a defasagem tecnológica e as limitações dos serviços de assistência técnica na zona rural dificultam o avanço dessas atividades.

A sexta pergunta apresentou opções de atividades de cunho coletivo que devem ser estimuladas para melhoria da qualidade de vida dos moradores de localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves. Os pesquisados puderam escolher três opções que julgaram ser mais pertinentes. O gráfico 6 apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 6- Atividades de cunho coletivo que devem ser estimuladas para melhoria da qualidade de vida dos moradores de localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

⁴³ Mais informações sobre cadeia produtiva do açaí em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STP_157_915_20963.pdf> e <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Frusicultura/34RO/App_Banco_Mundial_Frusicultura.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

⁴⁴ Mais informações sobre criação de peixes em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/918.pdf>> e <<http://www.lersaude.com.br/alcool-as-reais-consequencias-do-consumo/>>, <<file:///C:/Users/PMPA/Desktop/Manual%20de%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20Peixes%20em%20Viveiros.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2016.

⁴⁵ Mais informações sobre cadeia produtiva da mandioca em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Artigo_Mandioca_agroanalysis.pdf> e <<http://www.sober.org.br/palestra/6/818.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2016. opções demonstram uma demanda por mais convivência, diálogo e informação, cuja falta

A construção de espaços coletivos de lazer, com 50%, a Reunião para resolução de conflitos de terra, com 46,66%, e a Reunião com autoridades públicas e empresas de prestação de serviços, com 46,66%, apresentaram maiores índices de escolha entre os pesquisados. As três opções demonstram uma demanda por mais convivência, diálogo e informação, cuja falta geram equívocos, desinteligências e conflitos. Porém, cabe salientar que essas carências também, na devida proporção, se apresentam na zona urbana. Segundo Brasil (2007b, p. 2017) “O homem é um ser social que necessita da interação com outros seres humanos para o seu desenvolvimento na busca da sua realização como Ser. E sua constituição é o somatório de todas as experiências de sua vida”.

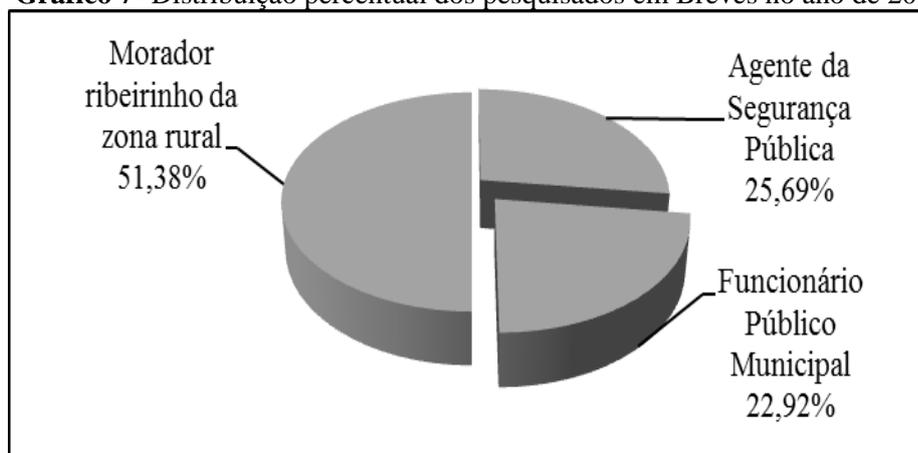
O segundo questionário foi intitulado “Questionário para aplicação da Filosofia de polícia comunitária”, que teve como objetivo identificar as percepções da população brevesse acerca da importância e da possibilidade, ou não, da aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária em áreas ribeirinhas da zona rural do município. Foram aplicados 253 questionários e todos respondidos. O período de aplicação e coleta dos dados se deu entre 15 de março e 15 de julho de 2016, na cidade de Breves, sob a orientação do próprio autor.

Para auxiliar e facilitar o entendimento sobre o significado da Filosofia de polícia comunitária foi apresentado e explicado aos pesquisados, no início do questionário, o conceito de Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 04), para quem Polícia Comunitária é:

[...] uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar (juntos) para identificar, priorizar e resolver os problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da cidade. Tudo isso baseado na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão.

Dessa forma, buscou-se apresentar e esclarecer o significado teórico e prático da estratégia e também sanar eventuais dúvidas entre os pesquisados que não conheciam a Filosofia de polícia comunitária, bem como evitar o entendimento equivocado de que não se tratava da criação de uma nova organização policial ou que os policiais que atuam na região deixarão de executar suas funções tradicionais.

A primeira questão foi exatamente a mesma do questionário anterior, que tratou da representatividade dos grupos de pesquisados, em que os Agentes de segurança pública correspondem a 25,69%, os Funcionários públicos municipais a 22,92% e os moradores ribeirinhos da zona rural a 51,38% do total, conforme pode ser observado no gráfico 9:

Gráfico 7- Distribuição percentual dos pesquisados em Breves no ano de 2016

Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

A segunda questão tratou do grau de importância e a possibilidade de aplicação da FPC em comunidades ribeirinhas da zona rural de Breves. A resposta “É importante e é possível desenvolver” obteve 100% das opções. Diante do quadro preocupante da incidência de ocorrências de crimes na zona rural e da conseqüente “sensação de insegurança”, novas propostas de policiamento acendem a esperança dos ribeirinhos por dias melhores e isso se reflete no resultado da segunda questão, conforme apresentado na tabela 7:

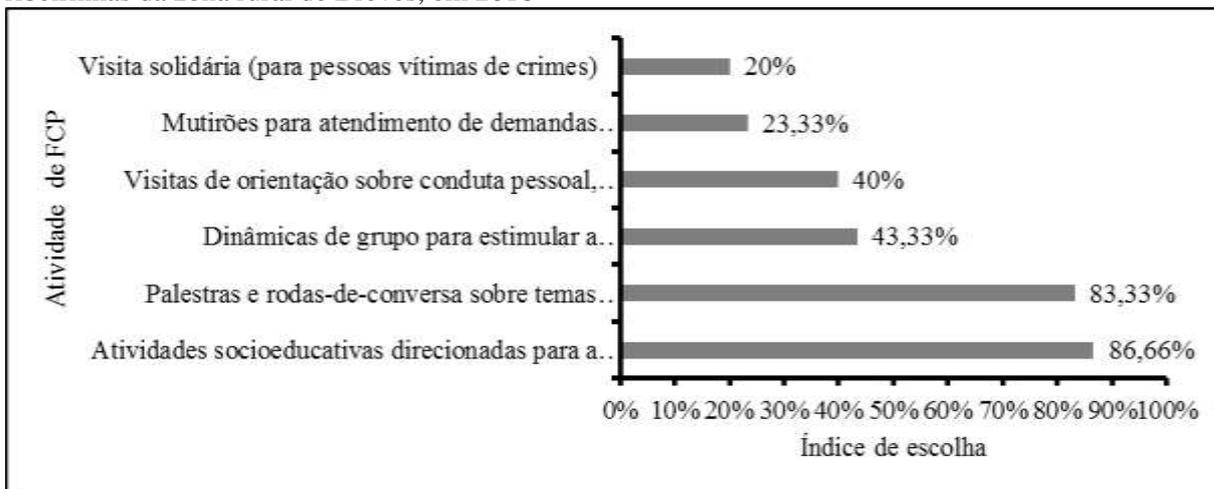
Tabela 7 – Grau de importância e possibilidade de desenvolvimento da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016

Resposta	Porcentagem
Importante e possível de desenvolver	100%
Importante, mas não é possível desenvolver	0%
Sem importância	0%
Não sei responder	0%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

A terceira pergunta apresentou sete opções de atividades de Filosofia de polícia comunitária que podem ser aplicadas em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, sendo que aos pesquisados foi franqueada a escolha de três opções que julgaram ser as mais adequadas para o contexto apresentado no conceito, conforme demonstrado no gráfico 8:

Gráfico 8- Atividades de Filosofia de polícia comunitária que podem ser aplicadas nas comunidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016

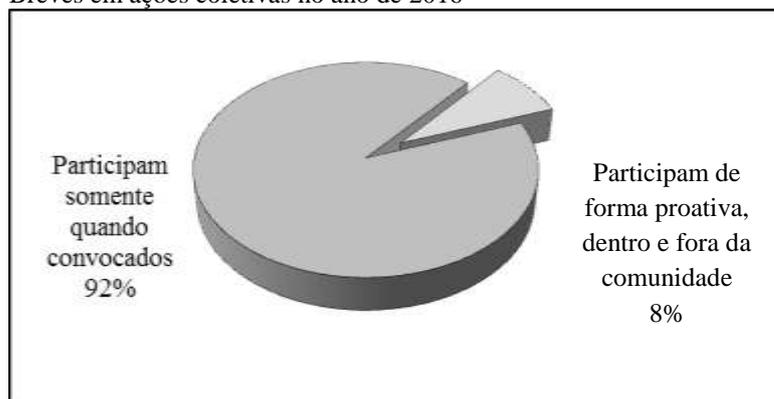


Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

As Atividades socioeducativas direcionadas para as mulheres e jovens, com 86,66%, e as Palestras e rodas-de-conversa sobre temas previamente escolhidos pela comunidade, com 83,33%, foram as mais destacadas, o que possivelmente pode ser reflexo da triste realidade de violência contra a mulher e o crescente envolvimento de jovens em atos infracionais, como anteriormente explorado no Capítulo III na questão dos desafios da PMPA na região.

As perguntas enumeradas de 4 a 6 foram direcionadas para o grupo formado por moradores ribeirinhos da zona rural de Breves. A quarta pergunta buscou traçar o perfil da participação das comunidades rurais ribeirinhas de Breves em ações coletivas. Foram apresentadas quatro opções aos pesquisados, em que apenas uma poderia ser assinalada. O resultado demonstrou que os moradores participam somente quando são convocados. Essa opção revela a característica de pouca participação social, comportamento identificado por Herrera (2003, p. 106) e apresentado no Capítulo II desta pesquisa. Resultados no gráfico 9:

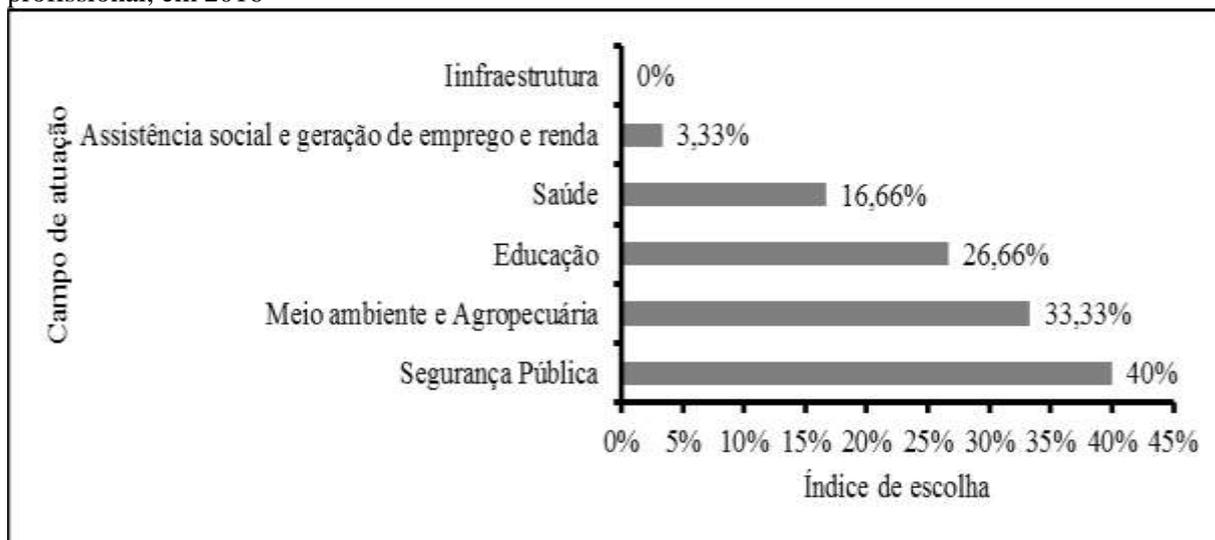
Gráfico 9- Perfil da participação das comunidades rurais ribeirinhas de Breves em ações coletivas no ano de 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

A quinta pergunta buscou mensurar o interesse dos moradores quanto à participação em atividades relacionadas à FPC, mas em uma área profissional específica. Foram apresentadas seis opções aos pesquisados, os quais puderam escolher três que mais despertavam seu interesse. O gráfico 10 apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 10 – Interesse entre moradores da zona rural do município de Breves em participar de atividades relacionadas à FPC na área da comunidade em um determinado campo de atuação profissional, em 2016

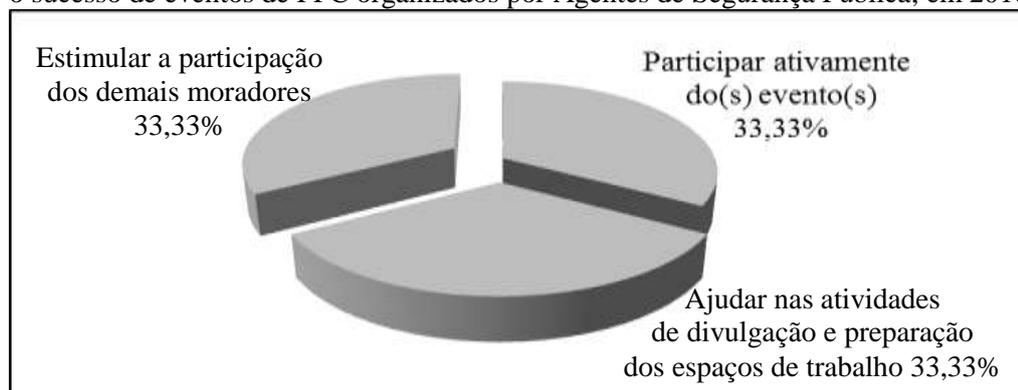


Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

Entre os pesquisados, 40% optaram por atuar no campo da segurança pública. A opção por desenvolver atividades ligadas ao meio ambiente também obteve considerável índice de escolha, representando 33,33% do total. A opção pela atuação no campo da segurança pública reflete as questões abordadas no Capítulo III, referindo-se às dificuldades que a PMPA enfrenta para realizar atividades ostensivas na zona rural do município, o que tem desencadeado o aumento da quantidade de crimes contra o patrimônio e o consequente aumento da “sensação de insegurança” hoje vivida pelo morador da zona rural. “[...] A necessidade de Segurança leva o indivíduo a proteger-se de qualquer perigo real ou imaginário, físico ou abstrato. A procura de segurança, o desejo de estabilidade, a fuga ao perigo, a busca de um mundo ordenado e previsível são manifestações típicas destas necessidades de segurança” (MASLOW apud BRASIL, 2007d, p. 292).

Na sexta questão, foi feita a pergunta: “Na hipótese de Agentes da Segurança Pública precisarem permanecer em sua localidade por um período maior que dois dias para desenvolvimento de atividades de FPC, de que modo você poderia ajudar para o sucesso do evento?”. Foram franqueadas quatro opções, mas apenas uma poderia ser escolhida.

Gráfico 11- Forma de colaboração do morador da zona rural ribeirinha de Breves para o sucesso de eventos de FPC organizados por Agentes de Segurança Pública, em 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

O resultado obtido foi extremamente equilibrado e as opções “Estimular a participação dos demais moradores”, “Participar ativamente do(s) evento(s)” e “Ajudar nas atividades de divulgação e preparação dos espaços de trabalho” obtiveram 33,33% cada. Isso expressa o caráter solícito do interiorano, entretanto a pouca prática em ações coletivas o limita. As respostas reforçam a conclusão de Herrera (2003, p. 106):

Quadro Dimensão social:

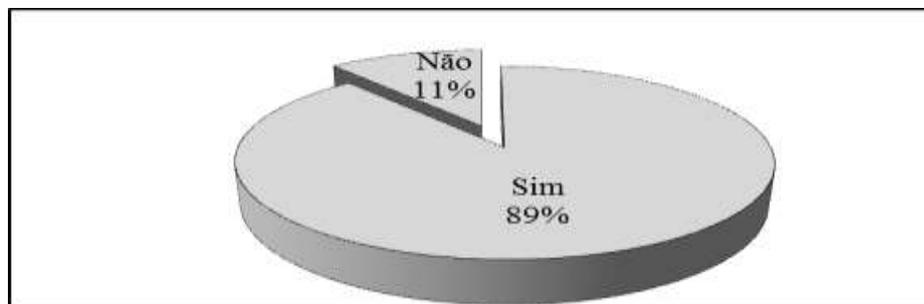
- 1- Baixa participação social, com predomínio de relações de parentesco;
- 2- Perfil individualista nas ações da população local;
- 3- Motivação para o associativismo limitada a cultos, festejos;
- 4- Ausência nas dinâmicas participativas promovidas pela Prefeitura devido ao isolamento e dificuldade de transporte;
- 5- Ações clientelistas de grupos políticos desarticulam a participação social efetiva e associações de natureza religiosa;

O resultado complementa a questão 4, em que os “moradores participam somente quando são convocados”.

As perguntas enumeradas de 7 a 9 foram direcionadas aos componentes dos grupos formados por Agentes da segurança pública e Funcionários públicos do município. Para efeito de orientação nas perguntas, foi apresentado o seguinte texto: “Sabe-se que em geral as localidades ribeirinhas do interior do município são caracterizadas pela precariedade das instalações para pousada, higiene pessoal, preparo da alimentação e transporte, bem como os desconfortos decorrentes do clima e fauna, tais como calor, chuva e insetos indesejados”.

Com base na afirmativa apresentada, a sétima pergunta buscou saber se diante das adversidades apresentadas, os pesquisados ainda assim aceitariam participar de atividades de Filosofia de polícia comunitária por um período maior que dois dias em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves. O gráfico 12 expressa o resultado:

Gráfico 12 – Agentes de segurança pública e Funcionários públicos municipais que aceitaram desenvolver atividades de FPC em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves por período maior que dois dias em 2016

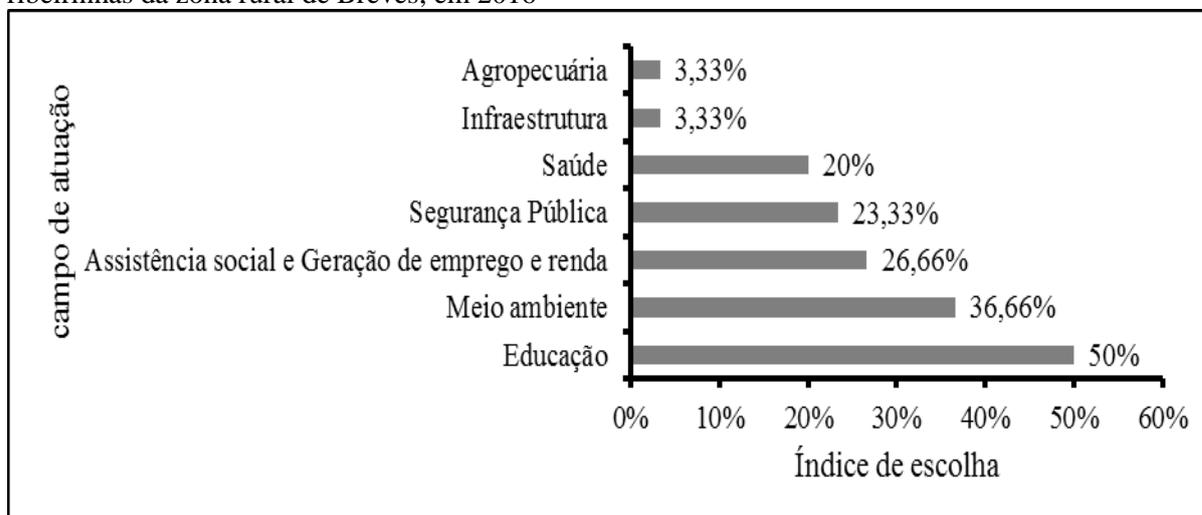


Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

A resposta sim obteve 89% das intenções, o que demonstra compromisso dos pesquisados em quererem participar de eventos dessa natureza. Por experiência própria do autor, vale ressaltar que é importante levar em consideração que praticamente todos os profissionais pesquisados possuem alguma experiência nesse tipo de evento, por força da atividade profissional.

A oitava pergunta buscou mensurar o interesse dos Agentes de segurança pública e dos Funcionários públicos municipais quanto à participação em atividades relacionadas à FPC em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, mas em um campo profissional diferente daquele em que atuam. Foram apresentadas seis opções, dentre as quais puderam escolher três que mais despertassem o interesse. O gráfico 13 apresenta os resultados:

Gráfico 13 – Interesse entre Agentes de segurança pública e dos Funcionários públicos municipais em participar de atividades relacionadas à FPC diferente de seu campo profissional em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, em 2016

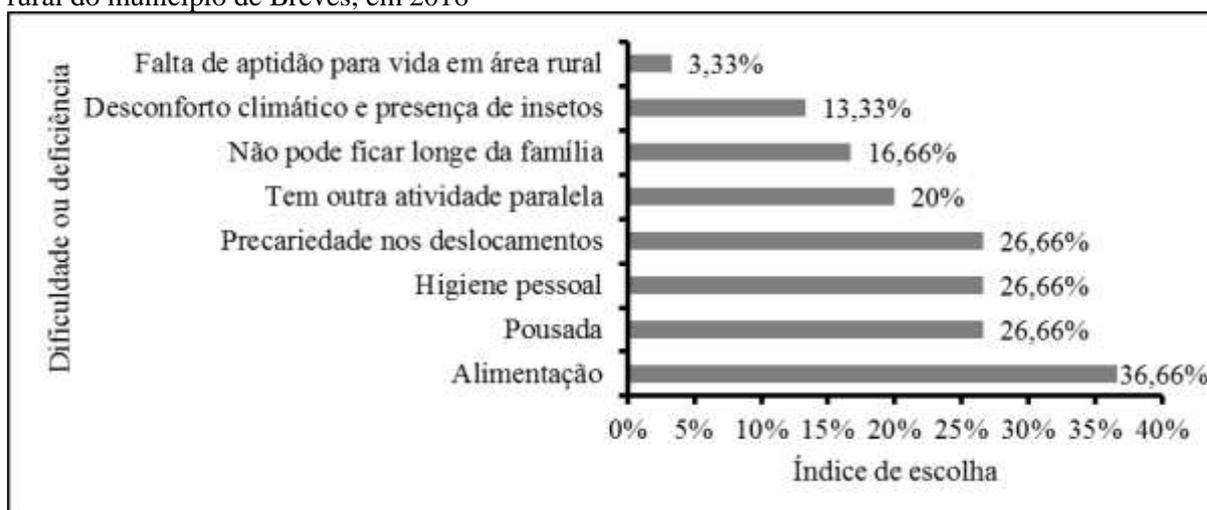


Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

Entre os pesquisados, 50% optaram por atuar no campo da segurança pública. O segundo maior índice de escolha se deu por desenvolver atividades ligadas ao meio ambiente, com 36,66% do total. A opção pela atuação no campo da segurança pública é um reflexo das questões abordadas no Capítulo III que se referem às dificuldades que a Polícia Militar enfrenta para realizar o policiamento ostensivo na zona rural do município.

A nona questão tinha como teor a pergunta: “Na hipótese de você precisar permanecer em uma localidade ribeirinha da zona rural por um período maior que dois dias para desenvolvimento de atividades de FPC, que dificuldades poderiam prejudicar os trabalhos?”. Foram apresentadas oito opções aos pesquisados, os quais puderam escolher três que julgavam representar uma dificuldade ou deficiência que mais os afetavam. O gráfico 14 apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 14 – Dificuldades ou deficiências que podem prejudicar a permanência prolongada de Agentes de segurança pública e Funcionários públicos municipais em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, em 2016



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2016).

O resultado demonstrou que as necessidades básicas são as que definem a permanência, ou não, dos pesquisados. A alimentação, com 36,66%, foi a que obteve maior índice de escolha; a precariedade do deslocamento, a higiene pessoal e a pousada obtiveram o mesmo valor de 26,66%. As quatro opções representam exatamente a base da logística praticada pelos órgãos públicos que atuam em eventos que extrapolam mais de dois dias no interior do município.

Os resultados obtidos com os questionários confirmaram o teor dos textos trabalhados no Capítulo II, que discutiram sobre a caracterização do Marajó e das localidades ribeirinhas da zona rural de Breves. Foi constatado o baixo nível de participação

social em atividades coletivas e identificadas causas que afetam o desenvolvimento das ações estatais. Foram apontadas possibilidades que podem contribuir para o desenvolvimento regional a partir da geração de emprego e renda associados à preservação do meio ambiente, principalmente com a predileção ao cultivo do açazeiro (*Euterpe oleracea*).

A pesquisa revelou que apesar da pouca participação coletiva, há um anseio pela construção de espaços coletivos de convivência e lazer. As opções por realização de reuniões para resolução de conflitos e também com representantes de organizações prestadoras de serviço público revelam que o diálogo é uma demanda reprimida entre os ribeirinhos. Também há de se elogiar a disposição dos moradores em ajudar no desenvolvimento das atividades de FPC em sua comunidade, constatação extremamente positiva que revela não haver resistência por parte dos mesmos em relação à proposta. Essa constatação estimula a continuidade das pesquisas, pois é um importante indicador de que há possibilidades reais em se buscar práticas que estimulem um desenvolvimento endógeno e participativo.

As consequências das dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar em realizar de forma regular o policiamento ostensivo na zona rural incidiram sobre grande parte dos resultados. Ficou constatado que entre todos os grupos há uma ânsia em contribuir com o desenvolvimento de atividades relacionadas à segurança pública. Possivelmente, esse fenômeno se deve ao aumento dos registros de crimes de roubo, pirataria e aqueles que atentam contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes. A violência e as drogas se alastraram e disseminaram na zona rural a sensação de insegurança, alterando o comportamento de despreocupação dos moradores.

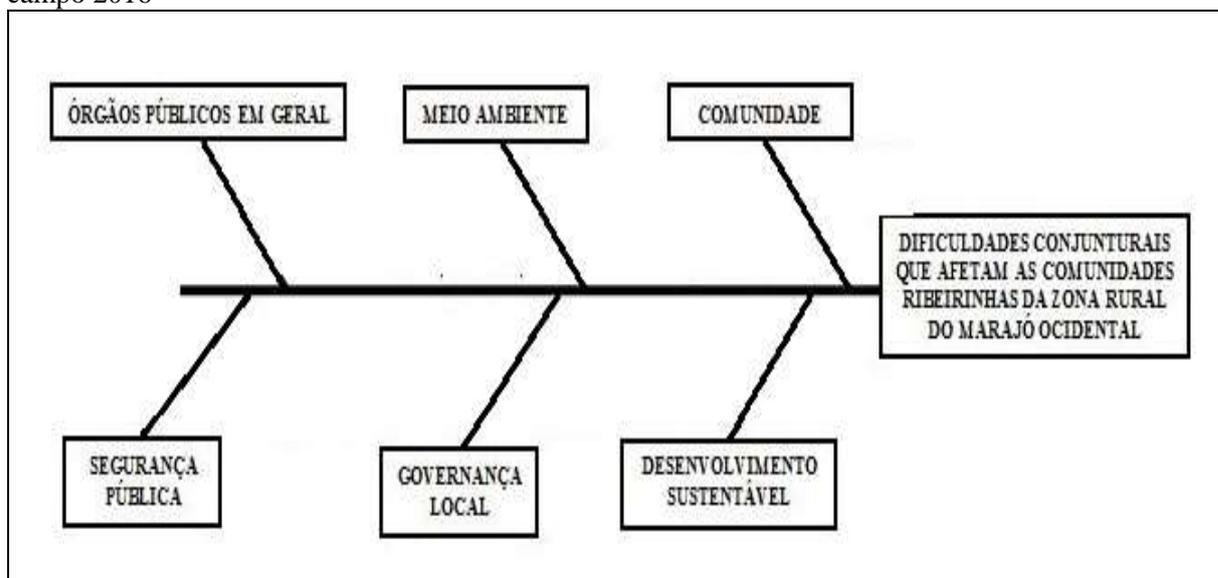
Interessante observar que praticamente não há resistências por parte dos Agentes de segurança pública e Funcionários públicos municipais em permanecer no interior por um tempo prolongado, desde que haja a logística mínima que envolve a pousada, a alimentação, a higiene pessoal e o deslocamento. Isso é um ponto positivo, pois em geral atividades de Filosofia de polícia comunitária exigem tempo disponível para organização e desenvolvimento das ações, considerando que há dificuldades por parte da população em se deslocar para os locais de evento e ao mesmo tempo garantir a continuidade dos afazeres cotidianos. Da mesma forma, exige que haja tempo hábil para as análises e avaliações.

Na busca por tentar entender um pouco mais a respeito da dinâmica e a sinergia entre os fatores que incidem direta ou indiretamente sobre o cotidiano dos interioranos breveses, foi construído em conjunto com dez participantes da pesquisa um “Diagrama de causa e efeito” ou “Diagrama de Ishikawa” (BRASIL, 2007b, p. 146), por meio do qual se objetivou identificar com mais profundidade aspectos conjunturais que de uma maneira ou de outra se

constituem em dificuldades para as comunidades ribeirinhas da zona rural do Marajó ocidental que por ventura extrapolam os estudos tratados nesta pesquisa.

Para o direcionamento dos trabalhos foram apontados dois conjuntos de pontos de partida. O primeiro referente aos conteúdos balizadores da pesquisa: Segurança pública, Governança local e Desenvolvimento sustentável, explanadas no Capítulo II desta pesquisa (p. 32-48). O segundo conjunto se refere a pontos abordados nos questionários de pesquisa de campo, explanados no tópico “Limites, desafios e perspectivas da PMPA na Amazônia Marajoara rural ribeirinha” (Capítulo IV, item 4.3, p. 98-119) e no Capítulo VI que se refere aos resultados (p. 119-141). A figura 7 apresenta os temas propostos para ponto de partida da construção gráfica do Diagrama de causa e efeito:

Figura 7- Temas para elaboração do Diagrama de Ishikawa a ser utilizado na pesquisa de campo 2016

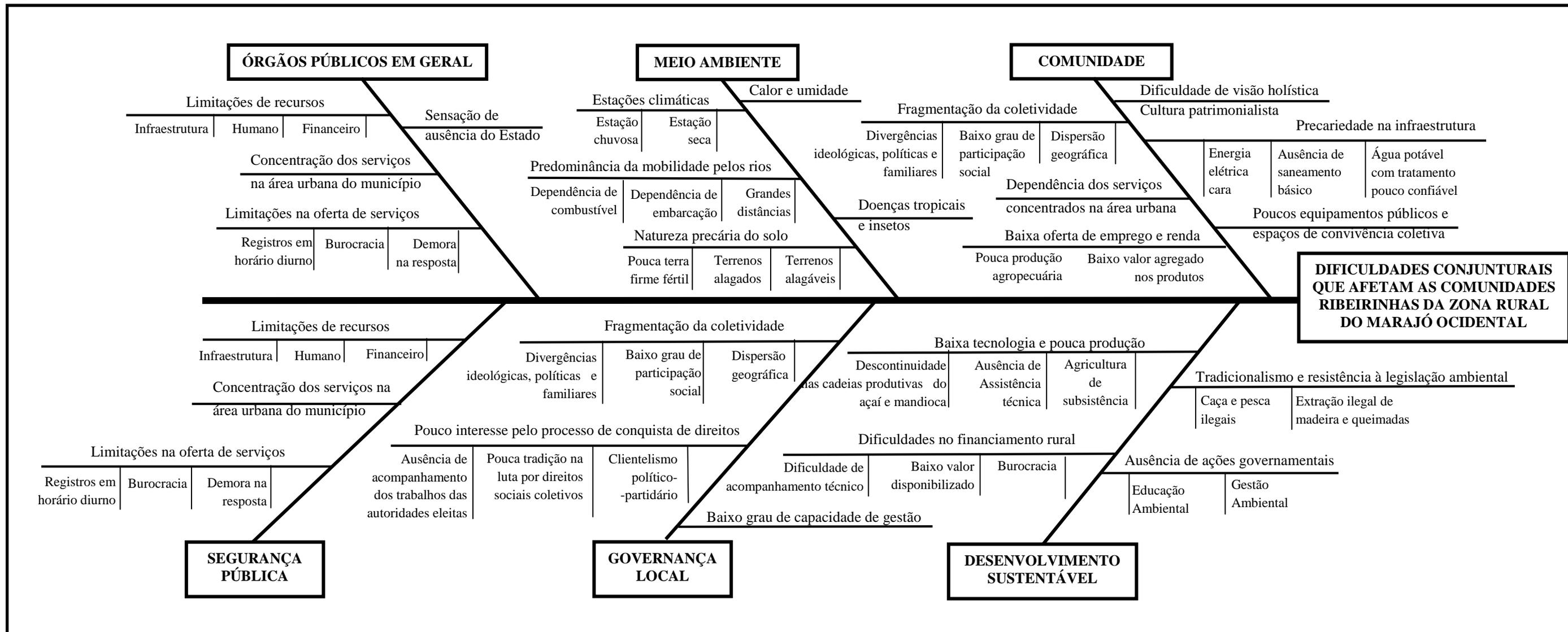


Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O resultado obtido com a construção do diagrama foi extremamente compatível com os conteúdos apresentados no PDTSAM (BRASIL, 2007c), no RATM (BRASIL, 2012a), no IVP (PARÁ, 2012a), no DSEARIM (PARÁ, 2015b), em Pará (2015c), nas obras de Herrera (2003), Santos Júnior (2006), Magalhães (2014) e Oliveira (2012), onde foram expostos alguns óbices que concorrem para o hall de dificuldades que fazem parte do cotidiano das comunidades ribeirinhas do Marajó ocidental.

A figura 8 mostra os resultados obtidos com a construção do diagrama:

Figura 9 - Diagrama de Ishikawa ou Diagrama de causa e efeito



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor (2016).

Com a construção do Diagrama⁴⁶ foi possível identificar algumas causas que compõem o conjunto das dificuldades conjunturais que afetam as comunidades ribeirinhas da zona rural do Marajó ocidental. Para direcionar os trabalhos, foram escolhidos seis grupos de concentração com potencial origem dos problemas. Órgãos públicos, Meio ambiente, Comunidade, Segurança pública, Desenvolvimento sustentável e Governança local são os temas que mais se identificam com o conteúdo trabalhado nesta pesquisa, mas que não excluem outros pontos não trabalhados tais como a Educação, a Saúde e as Políticas públicas.

O objetivo da construção esquemática foi facilitar a visualização dos pontos sensíveis que devem ser priorizados, evitando-se emanar forças em demasia onde não há necessidade e deixando espaços vazios que possam trazer fragilidades futuras. É evidente que cada ponto pode ser explorado de forma mais aprofundada e revelar outros pontos de estrangulamento. Quanto mais se conhece uma fragilidade, maior é a chance de se dar uma resposta oportuna e eficaz para saná-la. Entretanto, o objetivo não é tratar com profundidade os temas escolhidos, mas utilizá-los como ponto de partida para a adoção de dinâmicas coletivas que antecedem o planejamento participativo entre a polícia e a comunidade.

Nesse caso, cada problema identificado aponta para uma ou mais possibilidades de solução, seja direta ou indireta. Ao final do exercício, a perspectiva social que se deseja atingir é o maior envolvimento dos participantes no que diz respeito à sensibilização para com seu próprio meio social, transformando a percepção da mera “reclamação” em fonte de demanda política e ferramenta de participação na vida social.

Os resultados da espinha de peixe (BRASIL, 2007b, p. 146) são fundamentais para em conjunto com a aplicação do Método I.A.R.A. (BRASIL, 2007b, p. 135) se possa embasar com propriedade a implementação do policiamento comunitário em determinada localidade. A saber, os quatro passos do Método I.A.R.A.:

- 1º Passo: Identificar (os problemas),
- 2º Passo: Analisar (os problemas),
- 3º Passo: Responder (aos problemas),
- 4º Passo: Avaliar as respostas (aos problemas) (BRASIL, 2007b).

⁴⁶ O diagrama de ishikawa, também conhecido como diagrama de causa e efeito ou ainda espinha de peixe é uma ferramenta utilizada para a análise de dispersões no processo. O nome Ishikawa tem origem no seu criador, Kaoru Ishikawa, que desenvolveu a ferramenta através de uma ideia básica: Fazer as pessoas pensarem sobre causas e razões possíveis que fazem com que um problema ocorra. Para montar o diagrama de ishikawa, faz parte do procedimento reunir as pessoas em time para realizar um brainstorming (tempestade de ideias) de forma a levantar as causas raízes que originam um problema. Disponível em: <<http://www.citisystems.com.br/diagrama-de-causa-e-efeito-ishikawa-espinha-peixe/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

Esses passos fazem parte da metodologia tradicional dos estudos prévios para implantação da Filosofia de polícia comunitária (FPC) em qualquer área geográfica, mas que não foram explanados neste trabalho. A obra “Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI” (MARCINEIRO; PACHECO, 2005), o manual do “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária” (BRASIL, 2007b), o manual do “Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária: Sistema Koban” (SÃO PAULO, 2010) e o manual “Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias: TEPAC: Redes de atenção e cuidado” (BRASIL, 2012c) são as fontes de consulta especializada para a metodologia de aplicação e desenvolvimento dessas ações. Os resultados obtidos na construção do Diagrama de Ishikawa fornecem subsídios valiosos e bem definidos para o primeiro e segundo passos.

Por fim é necessário lembrar que a proatividade e a prevenção são balizadores desta pesquisa. Em Brasil (2007b, p. 112), essa afirmativa é fortalecida com propriedade:

Polícia proativa visa erradicar as causas da violência, atuando de forma planejada nas mais diversas áreas, contornando problemas socioeconômicos, tudo com finalidade de não permitir que a violência surja. A polícia proativa atua nos antecedentes da violência, e não apenas reage uma vez praticado o ato delituoso. Em termos financeiros, é muito mais lógico não permitir que o fato ocorra, já que de outra forma, toda uma série de atores eventualmente terão de participar: uma equipe de policiais civis, um promotor, um juiz, uma vaga no sistema penitenciário, uma vaga num hospital público etc. Portanto, atuar nas causas que propiciem que a violência surja tem se mostrado mais eficiente que atuar nas consequências. Atuar na consequência torna-se um ônus para a própria Polícia, para o Estado como um todo e para toda a sociedade, por conseguinte. Por fim, a eliminação de fatores de potencial criminógeno melhora a própria qualidade de vida da comunidade, sendo um fator retroalimentador da confiança da população em relação à polícia.

Em se tratando de um território assolado pela pobreza (PARÁ, 2012a), a postura da Corporação Polícia Militar como legítimo representante do Estado e incessante protagonista na promoção dos Direitos Humanos e da cidadania, é incansável na busca de novas metodologias e conhecimentos que possam vir a auxiliar nas atividades definidas em seu Planejamento Estratégico (PARÁ, 2015d).

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O foco do trabalho se deteve em demonstrar que a conjunção de forças e ações embasadas nos conhecimentos e práticas da FPC, Governança local e Desenvolvimento sustentável podem contribuir de forma positiva para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das localidades ribeirinhas da zona rural do Marajó ocidental, valendo-se de uma amostra da realidade no município de Breves. Partiu-se da questão: “É possível aplicar a Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas do Marajó ocidental?”, à qual foi atrelado o objetivo “Analisar a possibilidade de aplicabilidade ou não da Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas do Marajó ocidental”.

De acordo com os resultados, obtidos por meio dos métodos de estatística descritiva, foi constatado que há possibilidade, sim, de aplicação da FCP em localidades ribeirinhas do Marajó ocidental, pois 100% dos participantes consideraram que ela “É importante e é possível desenvolver”. Além dessa resposta, outras indicações, tais como a disposição da maioria dos entrevistados em participar ativamente do desenvolvimento das atividades e eventos ligados à filosofia nas localidades ribeirinhas fortalece essa certeza.

Conforme foi justificado logo na Introdução, a escolha dos temas foi baseada na preservação da ordem pública, que é um dos papéis constitucionais da Polícia Militar contido no Artigo 144-A da CFB (BRASIL, 2013). A Segurança pública, a Tranquilidade pública e a Salubridade pública, vertentes da Ordem pública (NASSARO, 2012, p. 36) determinaram a escolha da Governança local, FPC e Desenvolvimento sustentável, respectivamente. A escolha dos temas também se deu em meio à preocupação em se garantir o êxito de um futuro projeto de aplicação da FPC na região do Marajó ocidental, em pleno acordo com a realidade *bricoleur* marajoara (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 38) e que ao mesmo tempo não conflitasse com as metas governamentais do Executivo Estadual (PARÁ, 2016) nem com as diretrizes organizacionais da PMPA (PARÁ, 2015d).

De acordo com os resultados obtidos, por meio dos procedimentos estatísticos, foi verificado que, quanto à questão da segurança pública na zona rural, há destacada preocupação com relação aos crimes contra o patrimônio, tais com o furto, roubo e Pirataria, o que confirma os dados apresentados pela SEGUP referentes ao aumento desses crimes no ciclo 2011 a 2015 em todo o Marajó (PARÁ, 2015c). As denúncias dos líderes da Igreja Católica sobre Exploração sexual de crianças e adolescentes também se se confirmam, com destaque para as queixas referentes às embarcações que cruzam a rota do Rio Tajapurú (ver Capítulo III, item 3.3).

Sobre as possíveis causas que desencadeiam a violência na zona rural do município, restou demonstrado que 90% dos pesquisados entende que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é a principal causa, bem como o uso de drogas ilícitas (56,66%) e o desemprego (50%) reforçam as questões levantadas no capítulo III desta pesquisa referentes aos desafios da segurança pública na zona rural, principalmente quanto ao avanço do tráfico de drogas e suas relações diretas e indiretas com a prática de furtos, roubos e homicídios. Isso reforça a necessidade de mais empenho e articulação governamental nessas três causas.

Os itens analisados em nada alteram as conclusões expressas na pesquisa referente aos “Indicadores de Vulnerabilidade do Pará” (IVP) do IDESP (PARÁ, 2012a), na qual foi constatado que a taxa de homicídios no Marajó (9,0) está muito abaixo da média estadual (46,4) e que a aferição da Dimensão Segurança na pesquisa acusou desempenho “bom” ou “desejável”. Da mesma forma, o “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Marajó” (DSARIM) elaborado pela FAPESPA (PARÁ, 2015b) conferiu valor baixo à taxa média de homicídios da região (4,37), bem abaixo da estadual (41,69) e níveis “ideais” para o IPS, na Dimensão Necessidades Humanas Básicas, os Indicadores do Componente Segurança Pessoal.

No Capítulo III, foram exploradas as principais deficiências que ocorrem na zona rural de Breves, especificamente as pertinentes ao SIEDS (PARÁ, 2011b), ocasião em que se tratou das dificuldades de se desenvolver o policiamento ostensivo. O fato é que a uma das consequências é o aumento da criminalidade e da sensação de insegurança, segundo a visão dos entrevistados (60%). Com o mesmo índice de escolha (46,66%), a insuficiência de escolas, a baixa disponibilidade de emprego/geração de renda e a ausência quase total de infraestrutura de saneamento básico e fornecimento de água potável completam o hall das deficiências que limitam o desenvolvimento das comunidades do meio rural.

Os estudos do “Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó” (BRASIL, 2007c) já apontavam para a situação de expressiva deficiência, sobretudo estrutural, enfrentada pela PMPA no Arquipélago marajoara. Deficiência essa representada pela insuficiência de efetivo humano e pela precariedade das condições de trabalho nas Unidades de Policiamento Ostensivo nos municípios. Nesse sentido, o aumento de efetivo conjugado com investimentos no aparelhamento, apesar de parecer uma receita óbvia, ainda enfrenta contenções orçamentárias e a resistência da permanência de médio e longo prazo por parte dos concursados estaduais.

Quanto à aferição do nível de participação das comunidades rurais ribeirinhas de Breves em ações coletivas, o resultado demonstrou que os moradores participam somente

quando convocados, o que remete às mesmas conclusões que chegou Antonio Herrera em 2003, quando identificou o baixo nível de participação social e o perfil individualista e familiar do morador interiorano brevense, assunto tratado no Capítulo II desta pesquisa. No entanto, ao se questionar as atividades de cunho coletivo que devem ser estimuladas para melhoria da qualidade de vida, a construção de espaços coletivos de lazer, a resolução de conflitos de terra e as reuniões com autoridades públicas e empresas de prestação de serviços apresentaram maiores índices de escolha.

Ao se tratar especificamente do desenvolvimento de atividades de FPC que podem ser aplicadas em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves, se destacaram as “Atividades socioeducativas direcionadas para as mulheres e jovens”, com 86,66%, e também as “Palestras e rodas-de-conversa sobre temas escolhidos pela comunidade”, com 83,33%. Provavelmente o resultado reflita a violência contra a mulher e o envolvimento de jovens em atos infracionais, como foi explorado no Capítulo III.

A pesquisa revelou que tanto os ribeirinhos quanto os funcionários públicos se interessam pela participação em atividades de FPC no campo da segurança pública e também do meio ambiente. Também identificou que 89% dos funcionários públicos estaduais e municipais aceitam participar de atividades de Filosofia de polícia comunitária por um período maior que dois dias em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, entretanto apontam que deficiências nos quesitos alimentação (36,66%), precariedade do deslocamento (26,66%), higiene pessoal (26,66%) e pousada (26,66%) podem afetar a permanência nas localidades.

Todos os resultados obtidos por meio dos questionários confirmaram o conteúdo dos textos trabalhados nos Capítulos I, II e III, os quais apontam para a atualidade das produções científicas e das documentações governamentais lançadas a partir do ano de 2003. Por outro lado, também revelam que na região marajoara os avanços em todas as áreas se processam com certa lentidão nos âmbitos organizacional e social, muito provavelmente pelas dificuldades ocasionadas pelo isolamento geográfico e também pelo custo-benefício oneroso enfrentados na execução de investimentos direcionados para a região como um todo.

Os resultados obtidos nesta pesquisa não esgotam a possibilidade de que novos questionamentos possam vir a compor o diagnóstico acerca da aplicação ou não da FPC na região. Deixa-se claro aqui que deve haver incessante busca pela evolução e expansão deste estudo para outros espaços remotos da Amazônia brasileira, evidentemente com as pertinentes adaptações decorrentes das peculiaridades locais.

Apesar da existência de uma metodologia básica difundida pela SENASP em todo o território nacional (BRASIL, 2007b), a evolução das demandas sociais e as transformações geopolíticas exigem que, a cada momento, novos mecanismos metodológicos sejam vislumbrados e testados. Considerando a possibilidade de aplicação da FPC, propõem-se as seguintes recomendações:

1) Discutir no âmbito da PMPA se há interesse e condições plausíveis (metodológicas, humanas e logísticas) para o desenvolvimento de um projeto piloto de aplicação de Filosofia de polícia comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves sob a coordenação do CPR XII (PARÁ, 2014b);

2) Adoção de métodos científicos (Método SWOT, I.A.R.A. e Diagrama de causa e efeito) para identificação de pontos fortes e fracos, estudos para definição de propostas metodológicas adaptadas e identificação das localidades propícias ao desenvolvimento do projeto piloto (BRASIL, 2007b, p. 119-154);

3) Discutir com o Gestor municipal, seus secretários e assessores as contribuições que envolvam decisões e ações do poder executivo municipal para identificação, organização e apresentação de propostas de políticas públicas (MAGALHÃES, 2014, p. 106) baseadas na FPC, Governança local e Desenvolvimento sustentável voltadas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas da zona rural do município;

4) Propor a celebração de Convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal de Breves e a PMPA para o desenvolvimento de atividades de FCP, Governança local e Desenvolvimento sustentável direcionadas às comunidades ribeirinhas da zona rural;

5) Caso seja necessário, que seja feita a proposição de previsão orçamentária de disponibilização de cota de Jornada Operacional Extraordinária - JOE (PARÁ, 2006) direcionada para as atividades de Polícia Comunitária em localidades ribeirinhas da zona rural de Breves;

6) Elaboração da grade de disciplinas e instruções (adaptada) para formação profissional dos Agentes de segurança pública na perspectiva da formação em FPC conjugada com conhecimentos de Governança local e Desenvolvimento sustentável;

7) Proposição do envolvimento da comunidade local na elaboração das etapas do processo de implantação do projeto, para fortalecimento e empoderamento endógeno, com estímulos técnicos externos por meio de consultoria e capacitação profissional (MAGALHÃES, 2014, p. 106);

8) Identificação e convite a potenciais parceiros interessados no projeto;

9) Elaboração de mídias promocionais (MAGALHÃES, 2014, p. 108; BRASIL, 2007b, p. 91) para divulgação nos sites do Governo do Estado, da PMPA e da Prefeitura Municipal de Breves e nas redes sociais para garantia do apoio, fortalecimento, difusão, avaliação e retroalimentação dos trabalhos desenvolvidos.

Apesar da predominância da visão de segurança pública nesta pesquisa, a intervenção de maior relevância deve ser do Poder público municipal, o qual tem maiores possibilidades de atuar em várias frentes e com maior capilaridade em serviços tais como educação, saúde, meio ambiente, assistência social, transporte e infraestrutura, com fulcro a se alcançar de maneira concreta e permanente a tranquilidade, a segurança e a salubridade no meio rural (NASSARO, 2012, p. 36). Espera-se que tal intervenção seja irrigada pelo protagonismo dos ribeirinhos, sejam eles jovens ou adultos, mulheres ou homens, empregados ou patrões, pobres ou ricos, analfabetos ou instruídos, desempregados ou empreendedores, mas todos como as mesmas oportunidades.

Em meio às pesquisas, ficou claro e evidente no contato com os pesquisados que existe uma lacuna absurda quanto à formação do capital social no município, tanto na cidade quanto na zona rural. A dinâmica econômica brevesense sem dúvidas é a mais ativa na região, quando comparada aos demais municípios, entretanto sua capacidade produtiva ainda tem muito mais a oferecer, pois há pouca ou quase nenhuma formação profissional nos ramos do comércio varejista/atacadista e da prestação de serviços. Essa deficiência fica mais evidente quando são observados atentamente os serviços oferecidos nos restaurantes e nos hotéis, conforme apontou Teresinha Almeida, atual Presidente da CDL e ACIAB. Para compensar a escassez de especialistas e profissionais qualificados se busca mão de obra em Belém, conforme ressaltou o empresário Reginaldo Sarrafy.

Os temas explorados FPC, Governança local e Desenvolvimento sustentável dependem sensivelmente de uma mudança de postura na maneira como se concebe a educação municipal, principalmente aquela oferecida na zona rural, que “é focada no processo de ensino e não está atrelada a uma proposta de desenvolvimento para o interior a partir da escola”, conforme relatou a Pedagoga Manuelle Espíndola. Fica evidente que a realidade educacional do “campo” (termo utilizado por Manuelle) ainda é de extrema dependência em relação à administração imposta pela SEMED, que difunde uma concepção com valores urbanocêntricos (idem) adversos às necessidades dos alunos interioranos.

Ficou evidente que há demandas reprimidas em todos os níveis e esferas do serviço público, não que elas não existam nas demais Regiões de Integração do Pará (PARÁ, 2012a), mas que no Marajó as questões básicas eclodem de tal forma que no mínimo são desastrosas.

Ao se entender o ciclo de invasão, ocupação e exploração sofrido pelo território e seu povo, se nota que não há de se focar no paradoxo entre a riqueza natural e a pobreza do capital humano, mas na forma injusta como se deu todo esse processo chancelado e controlado pelo próprio Estado e suas forças auxiliares (políticos, empresários e corporações).

Ademais, ainda há muito que se pesquisar para gerar mais conhecimento sobre as potencialidades marajoaras, pois sem sombra de dúvidas a região pode ser considerada com a reserva de desenvolvimento para e do Pará. Os aspectos climáticos, geoambientais e sociais (2012a) oferecem nichos de mercado que, conjugado com o desenvolvimento endógeno do capital social, podem trazer benefícios tão abrangentes e influentes (ALMEIDA e SARRAFY, não paginado) que nem mesmo as melhores expectativas estatais consigam mensurar os resultados e os impactos decorrentes. Oportuno frisar que a UFPA, o IFPA, a UFRA, a UEPA, a UNOPAR, o Museu Emílio Goeldi e a FAPESPA são fundamentais nesse processo de pesquisa e produção do conhecimento.

Dessa forma, os resultados da pesquisa e a proposição da Filosofia de polícia comunitária conjugada com a Governança local e o Desenvolvimento sustentável não estão aqui apresentados como estudos completos e/ou definitivos, mas humildemente como subsídios para elaboração de políticas públicas, nos diversos poderes e esferas, que levem à construção de cenários animadores quanto uma sociedade participativa e sustentável e menos preocupantes do ponto de vista da perda de identidade comunitária e do avanço nefasto da criminalidade, os quais afetam diretamente a qualidade de vida na zona rural ribeirinha no Marajó ocidental.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

AVRITZER, L. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 43-64. 2008.

BAYLEY, D. H. *What Works in Policing*. New York: Oxford University Press, 1998.

BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às ciências sociais*. ed. 5. Florianópolis: EDUFSC, 2002. 340 p.

BARBOSA, S. R. DA C. S. Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção. In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. (Org.). *A temática ambiental e a pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas, SP: UNICAMP, NEPAM, 1998. p. 401-423.

BRASIL. *Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente*. Brasília, DF: DOU, 01.09.1981.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências – ECA*. Palácio do Planalto, Brasília, DF: 1990a.

_____. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências – LOS*. Palácio do Planalto, Brasília, DF: 1990b.

_____. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências – ECA*. Palácio do Planalto, Brasília, DF: 1993.

_____. *Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Brasília, DF: DOU, 05.05.2000.

_____. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto das cidades*. Palácio do Planalto, Brasília, DF: 2001.

_____. *Decreto Lei nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT*. Brasília, DF: 2007a. DOU, 08.02.2007.

_____. *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária – CNPPC*. Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007. Brasília, DF: SENASP. 2007b.

_____. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó*. Brasília, DF: GEI. 2007c.

_____. *Decreto Lei nº. 6. 321 de 21 de Dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia.* Brasília, DF: 2007d. DOU, 22.12.2007.

_____. *Relatório brasileiro sobre drogas.* Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; Organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso. Brasília, DF: SENAD, 2009. 48 p.

_____. *Lei Federal nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.* Brasília, DF: 2011. DOU, 15.10.2011.

_____. *Relatório Analítico do Território do Marajó.* Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: GPTDA; UFPA, 2012a.

_____. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.* CNS-MS. Brasília, DF: 2012b. DOU, 13.12.2012.

_____. *Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias: TEPAC: Redes de atenção e cuidado.* Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça. 1. ed. Brasília, DF: 2012c. 168 p.

_____. *Lei nº. 12651/12, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.* Ministério da Meio Ambiente. Palácio do Planalto. Brasília, DF: 2012d. DOU, 25.05.2012.

_____. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94, pelo Decreto Legislativo nº. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 75/2013 e.* Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2013a.

BRITO, D. C. DE, SOUZA, J. L. C. DE (Org.). *Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais.* Belém: Paka-Tatu, 2013.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CKAGNAZAROFF, I. B. et al. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. *Revista de ciências humanas*, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2008. p. 171-191.

CASTRO, C. de M. *A prática de pesquisa.* Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1978.

CASTELLS, M. *O poder da identidade.* 2. ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CENCI, Â. V. *O que é ética? Elementos em torno de uma ética geral*. Passo Fundo: 2000.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CORREA, F. J.; PURIFICAÇÃO, R. R. da; PEIXE, B. C. S. *Estudo do Projeto POVO: Avaliação do Desempenho da Polícia Militar na Visão de Polícia Comunitária na cidade de Curitiba*. Curitiba, PR: Revista Gestão de Políticas Públicas no Paraná, p. 225-238, 2008.

DIEGUES, A. (Org.). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: NUPAUB; USP; PROBIO; MMA; CNPQ, 2000.

DINIZ, Eli. *Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado. Os desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90*. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências sociais, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.

DUBOIS, J. C. L. *Manual agroflorestal para a Amazônia*. Rio de Janeiro, RJ: REBRAF. 1996. v.1.

FERREIRA, C. A. *Implementação da polícia comunitária: projeto para uma organização em mudança*. São Paulo, SP: POLICIALESP, CSP-II/95, Monografia. 995.

FERREIRA, A.; DEMUTTI, C. M.; GIMENEZ, P. E. O. *A Teoria das necessidades de Maslow: a influência do nível educacional sobre a sua percepção no ambiente de trabalho*. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010, Rio de Janeiro. Artigo... Rio de Janeiro: 2010.

FINKELSTEIN, L. S. “*Whats is Global Governance*”. Associação de Estudos Internacionais. Vancouver – Canadá: 1991. p. 367-372.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza, CE: UEC, 2002. Apostila. 127 p. Disponível em: < [http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostila Metodologia.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostila%20Metodologia.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2015.

FREY, K. *Governança Interativa: uma Concepção para Compreender a Gestão Pública Participativa?* Revista Política e Sociedade. n. 5, p. 119-138, 2004.

GALLI, Í. In: *Encontro nacional dos Delegados de Polícia, 4., 1991, São Paulo. Anais...* São Paulo, SP: São Paulo. 1991.

GERHARDT, T. E.; SOUZA A. C. *Métodos de Pesquisa*. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS (Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS), 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo. São Paulo, SP: Atlas 2007. p. 17, 155-160.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. *Qualidade de Vida: identidades e indicadores*. In: _____. (Org.). *Qualidade de vida e atividade física: explorando teorias e práticas*. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 3-25,

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto. 2005.

HANNERZ, Ulf. *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. Revista Mana. v. 3, n.1, p.7-39, abr. 1997.

HERRERA, J. A. *Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de Vila Amélia*. 2003. Belém, Pará: 120 f. Dissertação. (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Brasília, DF: 2010.

_____. *Estimativas populacionais /Censo Demográfico 2010*. Brasília, DF: 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Norma de Execução DT/INCRA n.º. 69 de 12/03/2008. Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária e dá outras providências*. Brasília, DF: 2008. DOU, 13.03.2008.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 4. ed. (Atual). Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991. p. 13.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1970.

LINCZUK, L. M. W. *Governança aplicada à administração pública - a contribuição da auditoria interna para sua efetivação: um estudo em Universidades Públicas Federais*. Curitiba, PR: 181 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

MAGALHÃES, L. M. F. *Plano de Educação Ambiental do Município de Breves - PEAMB*. Belém, PA: Paka Tatu. 2010.

MAGALHÃES, A. P. F. *Metodologia aplicada ao turismo de base comunitária em Reservas Extrativistas: valoração da atratividade turística de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA*. Belém, PA: [s.n.], 2014.

MATIAS-PEREIRA, J. *A Governança Corporativa aplicada no Setor Público Brasileiro*. v. Revista: Administração Pública e Gestão Social – APGS, Viçosa, MG: 2, n. 1, p. 109-134, Jan./mar. 2010.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. *Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*. Florianópolis, SC: Insular, 2005. 104 p.

MELLO, A. F. de; COSTA, E. J. M. da. *1912-2012 cem anos da crise da borracha: do retrospecto ao prospecto in Amazônia em doze ensaios*. Belém, PA: [s.n.], 2012. Coletânea do VI ENAN.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. *Qualidade de vida e saúde: um debate necessário*. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, RJ: v. 5, n.1, p. 7-18, 2000.

MURPHY, P. V. *Grupo de trabalho para implantação da polícia comunitária*. São Paulo, SP: POLICIALESP; Conselho Geral da Comunidade, 1993.

NASSARO, A. L. F. *O policial militar pacificador social: Emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo*. São Paulo, SP: 142 f. Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) - Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” (CAES), da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2012.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FRANCALACCI, V. L. *O pentágulo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos*. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 5, n. 2, 2001.

NEIRA, M. G.; LIPPI, B. G. *Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional*. Educação & Realidade, Porto Alegre, RS: v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança* [recurso eletrônico]. São Paulo, SP: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Dados eletrônicos. 2009. 104 p. (Disponível em formato pdf).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Governança Participativa e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Nova York, NY-USA: 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. *The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization*. Social science and medicine. v. 41, n. 10, p. 403-40, 1995,

PARÁ. *Constituição do Estado do Pará*. Atualizada até a edição da Emenda Constitucional nº. 51, de 14 de dezembro de 2011. Belém, PA: Assembleia Legislativa do Pará, 1989.

_____. *Lei Estadual nº. 5887, de 9 de maio de 1995. Institui a Política Estadual do Meio Ambiente*. Belém, PA: Gabinete do Governador, 1995. DOE de 10.05.1995. Republicada conforme a Lei Complementar nº. 033, de 04.11.97, com as alterações introduzidas pelas Leis nº. 6.671, de 27.7.2004 e nº. 6.745, de 06.05.2005.

_____. *Lei nº. 6.830, de 13 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a criação da Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para as operações especiais das Polícias Civil e Militar do Estado, a ser paga aos policiais civis e militares que especifica*. Belém, PA: Assembleia Legislativa do Pará, 2006.

_____. *Decreto nº. 54, de 29 de março de 2011. Institui o Programa Municípios Verdes – PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências*. Gabinete do Governador, Belém, PA: 2011a.

_____. *Lei nº. 7.584, de 28 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional*

da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências. Gabinete do Governador, Belém, PA: 2011b. DOE nº. 32066, de 29.12.2011.

_____. *Indicadores de vulnerabilidade do estado do Pará.* Belém, PA: IDESP, 2012a.

_____. *Decreto nº. 352, de 23 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre a institucionalização do modelo de gestão para resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual.* Belém, PA: Gabinete do Governador, 2012b. DOE nº 32103 de 24.02.2012.

_____. *Resolução nº. 185/12 – CONSEP. de 28 de dezembro de 2011. Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e dá outras providências.* Conselho Estadual de Segurança Pública. Belém, PA: 2012c.

_____. *Lei Complementar nº. 53, de 07 de fevereiro de 2006 com as alterações da Lei Complementar nº 093, de 14 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA e dá outras providências.* Belém, PA: Assembleia Legislativa do Pará, 2014a. DOE de 14.01.2014.

_____. *Decreto nº 1017, de 4 de abril de 2014: Ativa, denomina, determina a circunscrição, transforma, extingue e renumera órgãos de execução na estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências.* Gabinete do Governador. Belém, PA: 2014b. DOE nº. 32.617, de 07.04.2014.

_____. *Lei nº. 8.096, de 1º de janeiro de 2015. Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.* Belém, PA: Assembleia Legislativa do Pará, 2015a. DOE de 01.01.2015.

_____. *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó.* Belém, PA: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará-FAPESPA, 2015b.

_____. *Programa de Redução da Criminalidade – PREC. Relatório do ciclo 2014.* Belém, PA: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, 2015c. Acesso restrito.

_____. *Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025.* Estado Maior Geral da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1. Ed. Belém, PA: [s.n.], 2015d.

_____. *Lei nº. 8.335, de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2016-2019 e dá outras providências.* Belém, PA: Assembleia Legislativa do Pará, 2015e Suplemento do DOE nº 33.040 30/12/2015, Publicado no Diário Oficial nº. 33.067 de 15.02.2016.

PEREIRA, L. C. B. *Da administração pública democrática à gerencial. Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, p. 7-40, jan. 1996.

PINTO, Jorge. *Reserva Extrativista de Mapuá: diagnóstico socioeconômico e ambiental (consolidado).* Breves, PA: ICMBIO, 2008.

RENÓ, F. A. G.; RENÓ, J. S. D.; SANTOS, M. M. D. *Reserva Extrativista de Mapuá e Sustentabilidade em Breves/Pará*. Breves, PA: 55 f. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Gestão e Educação Ambiental), Universidade Salgado de Oliveira. Rio de Janeiro, 2010.

RICO, J. M.; SALAS, L. *Delito, insegurança do cidadão e polícia*. Rio de Janeiro, RJ: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1992.

SANTOS, M. H. de C. *Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ: v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.

SANTOS, D. C. M. *Desvelando a prática pedagógica de professores de Língua Portuguesa do CEFET-PI: análise de dilemas emergentes*. Teresina, PI: Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Piauí, 2006.

SANTOS JÚNIOR, G. da S. *Ações e políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure/ Marajó – PA*. Belém, PA: 143 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2006.

SÃO PAULO. *Constituição do Estado de São Paulo*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/1990 a 28/2009. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa de São Paulo, 1989.

_____. *Lei nº. 5.576, de 27 de novembro de 1991. Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e dá outras providências*. Palácio dos Bandeirantes, São Paulo, SP: 1991.

_____. *Decreto nº. 42.209, de 15/09/1997. Institui o Programa Estadual de Direitos Humanos, cria a Comissão Especial de Acompanhamento da execução desse programa*. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1997. DOE-I de 16.09.1997, republicado no DOE-I de 17.09.1997.

_____. *Manual de policiamento comunitário: polícia e comunidade na construção da segurança*. São Paulo, SP: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2009. 104 p.

_____. *Curso Internacional de multiplicador de polícia comunitária: Sistema Koban*. 4. ed. São Paulo, SP: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2010. 310 p.

SCHAFF, A. *O Marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, M. A. P. MALHEIRO, C. P. *A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença*. In: TRINDADE JUNIOR, S. C. C. et al. (Org.). Belém: a cidade e o rio na Amazônia. Belém, PA: EDUFPA, 2006.

SILVA, S. M. DA. *Uma análise dos relatórios de gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação à luz da governança aplicada ao setor público*. Recife, PE: 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Univ. Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, E. da; MENEZES, E. M. *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_4ed.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SIMONIAN, L. T. L. *Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA: MPEG, v. 1, n. 2, p. 119-134, maio/ago. 2005. (Série Ciências Humanas).

SLOMSKI, V. et al. *A governança corporativa e governança na gestão pública*. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

THE WORLD BANK. *Governance and development*. 1. ed. The International Bank for reconstruction and development. Washington-DC, USA: 1992. Disponível em: <http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance_and_Development_1992.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

TOMASSINI, L. *Governabilidad y Politicas Publicas em América Latina*. In: FLOREZ, Fernando Carrillo (Edit.). Democracia em déficit. Governabilidad y Desarrollo em América Latina e el Caribe. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo, SP: Ática, 1987.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. *Policiamento comunitário: como começar*. Rio de Janeiro, RJ: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Reeditado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

URBINATI, N. *Representação como advocacy: um estudo sobre a deliberação democrática*. Política e sociedade. n. 16, p. 51-88, 2010.

VAZ FILHO, F. *Ribeirinhos da Amazônia identidade e magia na floresta: estudo da cultura e das tradições das comunidades do rio Tapajós*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ. 1996.

VIANNA, A. L. R. *O uso da força e de armas de fogo na intervenção policial de alto potencial ofensivo sob a égide dos Direitos Humanos*. São Paulo, SP: Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2000.

VIDAL, J. P. *Continuidade e mudança na gestão pública do Estado do Pará – Uma introdução*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2011, p. 5.

WYMAN, M. *Thinking about Governance: a draft discussion paper*. The Commonwealth Foundation Citizens and Governance Programme. Ottawa, Canadá: 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário para caracterização da área e percepções

Questionário n°: _____ Local: _____ Data: ___/___/____		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA	
--	---	---	---

Título: Filosofia de Polícia Comunitária em localidades ribeirinhas: Realidades e perspectivas no Marajó ocidental

O objetivo deste questionário é identificar os problemas e a percepção da população relacionada à Segurança Pública, Sustentabilidade e Governança local nas áreas ribeirinhas do município de Breves. As informações serão tratadas com o sigilo necessário ao anonimato dos questionados. Sua participação é fundamental para o sucesso e fidelidade da pesquisa.

1. Em que grupo abaixo você se enquadra?

- 1() Agente da Segurança Pública (Policial Militar, Policial Civil, Bombeiro, Guarda Municipal).
- 2() Funcionário Público Municipal (da Prefeitura ou da Câmara Municipal).
- 3() Morador ribeirinho da zona rural de Breves.

2. Baseado em sua experiência, quais os **03 (três)** principais problemas da Segurança Pública nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves?

- 1() Ameaça (de morte, represálias etc.).
- 2() Lesão corporal.
- 3() Furto e Roubo (retirada de coisa mediante violência ou ameaça).
- 4() Homicídio e Roubo seguido de morte (latrocínio).
- 5() Pirataria fluvial.
- 6() Porte ilegal de armas de fogo.
- 7() Violência doméstica.
- 8() Perturbação do sossego alheio e poluição sonora.
- 9() Crimes Sexuais (estupro e ato libidinoso diverso da conjunção carnal).
- 10() Exploração sexual de crianças e adolescentes.
- 11() Tráfico e consumo de drogas .

3. Em sua opinião, quais as **03 (três)** principais causas da violência nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves?

- 1() Consumo excessivo de bebidas alcoólicas.
- 2() Carência de orientação religiosa.
- 3() Conflitos familiares / fim de relacionamento / infidelidade.
- 4() Desemprego / pobreza.
- 5() Desentendimento entre vizinhos (problemas pessoais e conflitos por terra).
- 6() Uso de drogas.
- 7() Rixa / Vingança.

4. Baseado em sua experiência, quais as **03 (três)** principais deficiências nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves?

- 1() Áreas de lazer.
- 2() Escolas.
- 3() Opções de geração de renda e emprego.
- 4() Meios de transporte.
- 5() Fornecimentos de energia elétrica e iluminação.
- 6() Moradia.
- 7() Infraestrutura de saneamento básico e Fornecimento de água potável.
- 8() Postos de Saúde.
- 9() Segurança.
- 10() Gerenciamento e recolhimento de resíduos sólidos.

5. Baseado em sua experiência, assinale **03 (três)** atividades produtivas que devem ser estimuladas para gerar renda e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade nas localidades ribeirinhas da zona rural de Breves.

- 1() Manejo de açaizais para extração do fruto e palmito.
- 2() Captura de camarão.
- 3() Criação de peixes em gaiolas.
- 4() Criação de porcos e aves domésticas.
- 5() Cultivo de hortaliças e Cultivo de plantas ornamentais para venda.
- 6() Artesanato com matéria-prima natural (fibras, argila, madeira, sementes, penas, palha etc.).
- 7() Extração de madeira com manejo.
- 8() Cultivo e coleta de frutos e frutas (cupuaçu, bacuri, cacau, banana, coco, taperebá etc.).
- 9() Fabricação de farinha de mandioca e outros derivados.
- 10() Fabricação de móveis de madeira manejada.

6. Baseado em sua experiência, assinale **03 (três)** atividades de cunho coletivo que devem ser estimuladas para melhoria da qualidade de vida dos moradores de sua localidade ribeirinha.

- 1() Construção de espaços coletivos de lazer.
- 2() Cooperação ecumênica entre as Igrejas Cristãs existentes.
- 3() Melhoria dos meios de transporte.
- 4() Mutirões para limpeza (entorno das casas, trapiches, currais e roças).
- 5() Reuniões para resolução de conflitos envolvendo limites de terra.
- 6() Mutirões para construção, ampliação e reforma (casas, barcos, trapiches, pontes e currais).
- 7() Roda de conversa para abordagem de temas de interesse coletivo.
- 8() Mutirões para criação, ampliação, manutenção e revitalização de áreas de plantio.
- 9() Mutirões para recolhimento e destinação adequada de resíduos sólidos.
- 10() Reuniões com autoridades públicas e empresas prestadoras de serviço público.

Nome (não obrigatório). _____

APÊNDICE B – Questionário para aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária

Questionário nº: _____ Local: _____ Data: ___/___/____		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA	
--	---	---	---

Título: Filosofia de Polícia Comunitária em localidades ribeirinhas: Realidades e perspectivas no Marajó ocidental

O objetivo deste questionário é identificar as percepções da população brevese acerca da possibilidade ou não da aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária em áreas ribeirinhas da zona rural do município de Breves. As informações serão tratadas com o sigilo necessário ao anonimato dos questionados. Sua participação é fundamental para o sucesso e fidelidade da pesquisa.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 04), Polícia Comunitária é:

“uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar (juntos) para identificar, priorizar e resolver os problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da cidade. Tudo isso baseado na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão” (ao aplicador, fazer breve exposição do texto e sanar possíveis dúvidas).

1. Em que grupo abaixo você se enquadra?

- 1() Agente da Segurança Pública (Policia Militar, Policial Civil, Bombeiro, Guarda Municipal).
- 2() Funcionário Público Municipal (da Prefeitura ou da Câmara Municipal).
- 3() Morador ribeirinho da zona rural de Breves.

2- Baseado no conceito de “Filosofia de Polícia Comunitária” (FPC), exposta anteriormente, o que você acha a respeito da importância e da possibilidade de desenvolvimento desse tipo de trabalho junto às comunidades ribeirinhas do município de Breves?

- 1() Importante e possível desenvolver.
- 2() Importante, mas não é possível desenvolver.
- 3() Sem importância.
- 4() Não sei responder.

3- Se você acha que a FPC é importante e que é possível desenvolvê-la em comunidades ribeirinhas, indique até **03 (três)** metodologias de trabalho que podem ser aplicadas.

- 1() Palestras e rodas-de-conversa sobre temas previamente escolhidos pela comunidade.
- 2() Visitas de orientação familiar sobre conduta pessoal, familiar e social.
- 3() Dinâmicas de grupo para estimular a participação social.
- 4() Visita solidária (para pessoas vítimas de crimes).
- 5() Mutirões para atendimento de demandas particulares e/ou coletivas.
- 6() Eventos ecumênicos para resolução de divergências religiosas.
- 7() Atividades socioeducativas para a juventude e violência contra a mulher.

As perguntas enumeradas de 3 a 7 são direcionadas apenas ao grupo formado por moradores ribeirinhos da zona rural de Breves que moram no local há, pelo menos, dois anos.

4- Em sua opinião, como você define a participação da maioria dos moradores na vida social de sua comunidade?

- 1() Cuidam apenas de seus problemas particulares e não ajudam no coletivo.
- 2() Participam somente quando convocados.
- 3() Participam de forma proativa, mas somente dentro da comunidade.

4() Participam de forma proativa, dentro da comunidade e também fora dela.

5- Se você puder participar de atividades relacionadas à FPC em sua comunidade, em que campo gostaria de atuar? Assinale até 03 (três) opções.

1() Segurança Pública.

2() Saúde.

3() Educação.

4() Meio ambiente e Agropecuária.

5() Assistência social e Geração de emprego e renda.

6() Mutirões para melhoria da infraestrutura.

6- Na hipótese de os Agentes da Segurança Pública precisarem permanecer em sua localidade por um período maior que dois dias para desenvolvimento de atividades de FPC, de que forma você poderia ajudar para o sucesso do evento? Assinale somente **01 (uma)** opção.

1() Participando ativamente do(s) evento(s).

2() Ajudando nas atividades de divulgação.

3() Ajudando na divulgação e preparação dos espaços de trabalho.

4() Ajudando na logística (transporte, alimentação, pousada etc.).

As perguntas enumeradas de 7 a 9 são direcionadas apenas aos grupos formados por Agentes da Segurança Pública e Funcionários Públicos do Município. A considerar: “Sabe-se que em geral as localidades ribeirinhas do interior do município são caracterizadas pela precariedade das instalações para pousada, higiene pessoal, preparo da alimentação e transporte, bem como os desconfortos decorrentes do clima e fauna, tais como calor, chuva e insetos indesejados”.

7- Tendo conhecimento das condições acima citadas, você aceitaria desenvolver atividades de FPC em localidades ribeirinhas da zona rural do município de Breves, por um período maior que dois dias?

1() Sim

2() Não

3() Não sabe responder

8- Se puder participar de atividades relacionadas à FPC, em que campo gostaria de atuar? Assinale até **03 (três)** opções. Não assinalar seu campo de atuação profissional.

1() Segurança Pública.

2() Saúde.

3() Educação.

4() Meio ambiente e Agropecuária.

5() Assistência social e Geração de emprego e renda.

6() Infraestrutura.

9- Na hipótese de você precisar permanecer em uma localidade ribeirinha da zona rural por um período maior que dois dias para desenvolvimento de atividades de FPC, que dificuldades poderiam prejudicar os trabalhos? Assinale até **03 (três)** opções.

1() A alimentação.

2() A pousada.

3() A higiene pessoal.

4() O desconforto climático e a presença de insetos.

5() A precariedade nos deslocamentos.

6() Não tem aptidão para permanência por tempo prolongado em área rural.

7() Não pode ficar muito tempo longe da família.

8() Tem outra atividade paralela que precisa de sua presença.

Nome (não obrigatório). _____